



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO**

JOANA ROSA HENRIQUE FERREIRA

Em nome do sagrado: os casos de pedofilia na Igreja Católica da Paraíba na imprensa

JOÃO PESSOA - PB
2019

JOANA ROSA HENRIQUE FERREIRA

Em nome do sagrado: os casos de pedofilia na Igreja Católica da Paraíba na imprensa

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Jornalismo, área de concentração em “Produção Jornalística”, linha de pesquisa “Processos, Práticas e Produtos.

João Pessoa, ____ de _____ de ____.

Orientadora: Professora Gloria De Lourdes Freire Rabay

JOÃO PESSOA - PB
2019

Em nome do sagrado: os casos de pedofilia na Igreja Católica da Paraíba na imprensa

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-graduação em Teologia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Teologia, área de concentração em Teologia Teológica, linha de pesquisa Teologia, Práticas e Produtos.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F383e Ferreira, Joana Rosa Henrique.

Em nome do sagrado: os casos de pedofilia na Igreja Católica da Paraíba na imprensa / Joana Rosa Henrique Ferreira. - João Pessoa, 2020.

104 f.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCTA.

1. Reportagem; Jornal da Paraíba; Pedofilia; Igreja. I.
Título

UFPB/BC





ATA DE DEFESA DE MESTRADO

Aos 9 dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, às _____ horas, foi realizado, na Sala 'CCTA' 319, na Universidade Federal da Paraíba, Banca de Mestrado da (o) discente **Joana Rosa Henrique Ferreira**, matrícula 20181000840, para obtenção do Título de Mestre em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba.

Título : Em nome do sagrado: os casos de pedofilia na Igreja Católica da Paraíba na imprensa – seus impactos na vida de uma repórter e processos de produção

AVALIAÇÃO

Aprovado () Reprovado () Insuficiente

As observações sobre o referido trabalho acadêmico encontram-se no verso desta Ata.

BANCA EXAMINADORA:

Gloria Rabay
Dr.ª Glória de Lourdes F. Rabay - Orientador (a) (PPJ/UFPB)

Patricia Monteiro
Dr.ª Patrícia Monteiro - Membro Titular Interno (PPJ/UFPB)

Suelly Maria Maux
Dr.ª Suelly Maria Maux - Membro Titular Externo (UFPB)



ATA DE BANCA EXAMINADORA DE DEFESA (Joana Rosa Henrique Ferreira)

A banca considerou o trabalho pertinente às exigências do Mestrado, considera também que traz importantes contribuições ao debate no jornalismo. Recomenda revisão da língua portuguesa e ABNT e aumento de uma apresentação do jornal analisado e da repórter objeto de análise.

ORIENTADOR:

Gláucia Pinheiro

AVALIADOR EXTERNO:

Smalley

AVALIADOR INTERNO:

Digitizada com CamScanner

JOANA ROSA HENRIQUE FERREIRA

Em nome do sagrado: os casos de pedofilia na Igreja Católica da Paraíba na imprensa

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Gloria De Lourdes Freire Rabay - UFPB

Prof^a Dr^a Suelly Maria Maux Dias – UFPB

Prof^a Dr^a Patrícia Monteiro Cruz Mendes

JOÃO PESSOA - PB
2019

AGRADECIMENTOS

Não é fácil conciliar a carga horária de um trabalho em redação com um mestrado, é doloroso e muito sacrificante. Você deve abrir mão de inúmeras coisas para conseguir conquistar seu objetivo e, se eu escrevo este agradecimento hoje, foi porque consegui conquistar o meu. Como sabemos, ninguém nesta vida é capaz de fazer nada sozinho, eu também não fui. Tive pessoas importantes ao meu lado que me deram todo o suporte necessário para que eu conseguisse alcançar o meu objetivo, me tornar mestre. Sendo assim, seguem os meus agradecimentos para aqueles que não largaram a minha mão durante esta caminhada.

Primeiramente, gostaria de agradecer a luz que iluminou todo o meu percurso, Glória de Lourdes Freire Rabay. Não teria conseguido sem sua orientação e paciência. Você acreditou em mim quando nem eu mesma acreditava. Felicidade a nós duas. Ainda no âmbito acadêmico, não poderia deixar de agradecer aos meus fiéis amigos que estiveram comigo durante os últimos dois anos: Suely Porfírio, Fabiano Sousa, André Resende e Thiago Marques, obrigada sempre pelo apoio, por ouvirem meus desabafos e pela companhia. Valéria Sinésio, meu muito obrigada por dividir comigo um pouco da sua experiência profissional e permitir que eu possa apresentar um pedaço da sua história no jornalismo. Angélica Nunes e Nara Valusca, obrigada por me receberem tão bem.

Estendendo os agradecimentos ao âmbito pessoal, gostaria de expressar o quanto sou eternamente grata por ter você ao meu lado, Geri Júnior. Obrigada por ser um companheiro incrível, por oferecer sempre o seu acalento nos meus dias de desespero e por confiar no meu potencial desde o primeiro semestre do curso de jornalismo.

Gostaria também de agradecer a todos da minha família que me deram a base necessária para chegar onde estou. Em especial as minhas mães Jussara Ferreira e Josélia Ferreira e ao meu pai, Francisco de Assis. Sem vocês três eu jamais saberia o tamanho da importância da educação na vida de um ser humano. Obrigada! Aos meus irmãos, Roberta Giovanna, Maristelli e Quinzinho.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a todos aqueles que me apoiaram desde quando estava concluindo a graduação e embarquei na ideia de entrar em um mestrado, vocês foram essenciais para o início e para o fim desta jornada. Priscila Dias, Joalisson Douglas, Hebert Araújo e Adriana Costa. Muito obrigada!

“Qualquer, porém, que fizer tropeçar a um destes pequeninos que creem em mim, melhor lhe fora que se lhe pendurasse ao pescoço uma grande pedra de moinho, e fosse afogado na profundidade do mar”. (Mateus 18.6)

RESUMO

No ano de 2013 que o Jornal da Paraíba veiculou sua primeira matéria trazendo denúncias sobre casos de pedofilia envolvendo a Arquidiocese do estado. Após três anos de cobertura do jornal, o então arcebispo Dom Aldo Pagotto teve sua ordem suspensa e renunciou ao cargo. Este trabalho apresenta a forma como se deu a cobertura sobre o caso, a importância da relação de confiança entre repórter e fonte, como foi o trabalho de investigação da repórter Valéria Sinésio durante a produção das matérias e o modo como as reportagens impactaram na sua vida social e profissional após ter assinado as matérias. A coleta dos dados foi realizada através de entrevistas com a repórter e outros profissionais da equipe de jornalismo do Jornal da Paraíba, durante o período de fevereiro de 2018 a novembro de 2019. Os resultados da análise mostram que a tensão da reportagem somada à carga de trabalho própria do jornalismo nos tempos atuais cria um ambiente propício ao adoecimento. Sintomas físicos e mentais, como insônia, ansiedade, nervosismo, perda de peso foram relatados no decorrer do período de investigação jornalística, corroborando com outros estudos onde se afirma o alto grau de periculosidade a que é submetido o profissional de jornalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Reportagem; Jornal da Paraíba; Pedofilia; Igreja.

ABSTRACT

In 2013, the newspaper “Jornal da Paraíba” published their first article bringing complaints about pedophilia cases involving the state Archdiocese. After three years of coverage of the newspaper, Dom Aldo Pagotto, the Archbishop at the time, had his order suspended and resigned. This paper presents the coverage of the case, the importance of the trust relationship between reporter and source, how was the research work of reporter Valéria Sinésio during the production of the stories and how the reports impacted her social and professional life, after having signed the articles. Data collection was conducted through interviews with the reporter and other professionals from the “Jornal da Paraíba” journalism team, from February 2018 to November 2019. The results of the analysis show that the tension of the report, added to the load of Journalism's own work in modern times, creates an environment conducive to illness. Physical and mental symptoms, such as insomnia, anxiety, nervousness and weight loss were reported during the period of journalistic investigation, corroborating with other studies that state the high degree of danger to which journalism professionals are subjected.

KEYWORDS: Reporting; Journal of Paraíba; Pedophilia; Church.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E METODOLOGIA.....	7
2. SILÊNCIO NO SANTUÁRIO: SEXUALIDADE, PEDOFILIA E CILEBATO.....	16
2.1 Lei divina vs. Lei dos homens.....	22
2.2 Pedofilia sob o manto sagrado.....	26
3. JORNALISMO E REALIDADE.....	31
3.1 O que é a notícia?.....	34
3.2 Critérios de noticiabilidade.....	38
3.3 A ética jornalística e a relação de repórter e fonte.....	42
4. RASGANDO O VÉU: A COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE PEDOFILIA NA IGREJA CATÓLICA.....	45
4.1 Spotlight na Paraíba	56
4.2 Os efeitos da cobertura na vida da repórter.....	59
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS	80
ANEXOS	85

1 INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

A crise da Igreja Católica por causa dos abusos sexuais nos força a olhar sob uma perspectiva diferenciada quando se trata de religião. De acordo com o levantamento realizado por uma ONG britânica, Child Rights International Network (CRIN)¹ em 2019 a Igreja na América Latina passou pela terceira onda de denúncias de casos de abusos de menores, tendo a primeira eclodida em 2002 nos Estados Unidos, seguido pela Europa e Oceania.

De acordo com o relatório com mais de 70 páginas, hoje a Igreja Católica enfrenta mais de mil denúncias em relação a abusos sexuais. Este primeiro estudo abrange 18 países que falam a língua espanhola e também o Brasil, tratado pela ONG como o país com o maior número de católicos do mundo.

O relatório é claro quando destaca que quatro países são os primeiros que romperam o silêncio e denunciaram a Igreja, sendo eles: México (550 denúncias), Chile (243), Argentina (129) e Colômbia (137). Ele ainda afirma que em outros países, à exemplo de Brasil, Cuba, Honduras e Equador, o problema ainda não foi eclodido oficialmente. Porém, segundo o Jornal El País², em 2005 o Vaticano realizou um levantamento onde apresentou uma estimativa que um a cada dez padres brasileiros estão envolvidos em casos de abusos, o que equivale a 1.700 integrantes do clero brasileiro.

Ainda de acordo com o relatório da ONG britânica, existem táticas de encobrimento que a Igreja utiliza para abafar as denúncias, são elas: culpar as vítimas e suas famílias, comprar o silêncio com pagamentos e transferir o acusado para outra paróquia, assim o problema é “resolvido” em determinada comunidade, porém inicia um novo ciclo de abusos em outra região. O levantamento relata que de acordo com grupos de Direitos Humanos, apesar dos discursos do Papa Francisco sobre iniciar uma campanha de combate aos casos de abusos, a Igreja segue sem dar respostas nem reparar danos sobre os escândalos de abusos sexual, apesar das vítimas pressionarem os governos nacionais para que possam atuar e iniciar uma investigação que traga uma resolução diante da justiça comum.

Apesar de existir diversos escândalos ainda não revelados em outros países, conforme aponta o levantamento do CRIN, a Igreja tem aplicado sua própria punição para os padres que são acusados do crime. O papel da imprensa em publicar as denúncias contra a instituição católica e a forma funciona a cultura da não punição em relação aos padres que cometem este tipo de crime tem sido fundamental para que os crimes não fiquem impunes.

¹ <https://home.crin.org/issues/sexual-violence/child-sexual-abuse-catholic-church-latin-america>

² https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/19/internacional/1574186102_002170.html

O jornalismo é conhecido por ter um forte papel na sociedade, principalmente quando se trata de investigar e expor crimes que estão sendo cometidos e escondidos da sociedade. Um exemplo que podemos trazer é apresentado no filme *Spotlight: segredos revelados*, onde uma equipe de jornalistas do jornal *The Boston Globe* se propõe a investigar denúncias de casos de pedofilia na Igreja Católica. O caso aconteceu em 2000 e apresenta a investigação jornalística desvendou o modo como os líderes da Igreja de Boston protegeram dezenas de padres das acusações de abusos sexuais contra menores ao longo das décadas.

O filme se passa no início do século XXI, e ainda é bastante atual. Em 2013 quando o Papa Francisco assumiu a posição no Vaticano, ele montou uma comissão especial para tratar destas acusações de pedofilia cometidas por sacerdotes. Passados seis anos, o assunto ainda é recorrente em seus discursos e as denúncias sobre pedofilia na Igreja tem sido constantemente tema na imprensa.

Segundo o *Acervo o Globo*³, as denúncias de pedofilia na Igreja começaram a surgir na década de 1980, nos Estados Unidos e Canadá. A primeira condenação de um padre por cometer abusos sexuais foi em 1986, anos depois, outras denúncias chegaram aos tribunais americanos. Foi na década de 1990 que os abusos cometidos por sacerdotes na Irlanda e no México ganharam destaques na mídia.

No Brasil, O G1 São Paulo⁴ veiculou uma matéria sobre uma das maiores condenações por pedofilia cometida pelo clero, a do padre José Afonso Dé, 82 anos, que atuava na cidade de Franca, interior de São Paulo. O padre foi condenado a 60 anos de prisão, acusado de abusar sexualmente de quatro adolescentes no ano de 2010. O caso corre em segredo de Justiça.

Ainda de acordo com o site da *Veja*⁵, outros três padres foram afastados em Arapiraca (AL) após a imprensa denunciar escândalos sexuais. O caso ganhou repercussão internacional e chegou ao conhecimento do Vaticano. Eles foram denunciados por antigos coroinhas que teriam sido molestados ainda crianças.

Em 2013, a Arquidiocese da Paraíba também entrou em destaque devido ao escândalo divulgado no *Jornal da Paraíba*, sobre padres afastados envolvidos em casos de abuso sexual e pedofilia. A responsável por publicar a denúncia no jornal impresso foi a repórter Valéria Sinésio, após obter uma confissão do arcebispo do estado, Dom Aldo di Cillo Pagotto, e

³ <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/denuncias-de-pedofilia-na-igreja-comecaram-surgir-nos-anos-80-11509839>

⁴ <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/11/justica-condena-padre-60-anos-de-prisao-por-abuso-sexual-em-franca.html>

⁵ <https://veja.abril.com.br/brasil/padres-de-arapiraca-sao-afastados-apos-escandalo-sexual/>

confirmar a informação no Ministério Público. Na época, dois padres estavam afastados da ordem devido a denúncias de pedofilia.

A pesquisa apresenta o processo de produção de cinco principais matérias que foram realizadas pela repórter durante os anos de 2013 a 2016 e de que forma a cobertura do caso impactou a sua vida pessoal e profissional. A pesquisa também aborda de que forma a sexualidade, religião e pedofilia estão imbricadas e os critérios de noticiabilidade que nortearam a divulgação das matérias.

A partir do depoimento do Arcebispo a repórter Valéria Sinésio iniciou um processo de investigação para dar visibilidade e realizar a cobertura do caso. Este trabalho traz depoimentos de jornalistas que cobriram o acontecimento para o veículo de comunicação e de como a produção deste conteúdo impactou (ou não) a vida pessoal e profissional de cada um deles.

Durante a pesquisa para a realização deste trabalho, foi realizada em 2018 uma entrevista com Valéria Sinésio, na qual informou que quando o assunto era sobre o caso de pedofilia, as notícias costumavam ganhar um lugar em destaque na capa do Jornal. Para uma notícia se transformar em uma manchete é necessário analisar os critérios de noticiabilidade. Charaudeau (2007, p. 146-147) acredita que tais critérios são definidos de acordo com cada veículo de comunicação. “A notícia é apresentada segundo critérios determinados de construção do espaço redacional e icônico, que seria correspondente ao grau de importância que se atribui a ela”.

Para destacar a escolha dos objetos de estudo, é importante destacar que o Jornal da Paraíba era um dos jornais mais antigos do estado, ele foi fundado no dia 05 de setembro de 1971 e tinha duas sedes próprias instaladas em João Pessoa e Campina Grande, tendo correspondentes nas principais cidades da Paraíba. O jornal anunciou o seu fechamento do impresso e início do digital no dia 7 de abril de 2016, sua última versão impressa a circular nas bancas foi no dia 10 de abril do mesmo ano.

Valéria Sinésio e o Jornal da Paraíba foram escolhidos por ser a personagem e o primeiro veículo de imprensa paraibano a noticiar os casos de pedofilia que vinham acontecendo no clero paraibano. A repórter que deu a matéria com exclusividade, por isso ela é de suma importância para a construção desta pesquisa, pois é a partir dos relatos de sua vivência durante os três anos de cobertura, de 2013 a 2016, que este trabalho foi realizado.

Das cinco matérias que saíram sobre o caso, quatro foram assinadas por Valéria. Ela esteve envolvida no assunto desde o início, em agosto de 2013, quando em conversa com o

então arcebispo do estado, Dom Aldo, ele revelou que haviam padres afastados da ordem por estarem envolvidos em denúncias de pedofilia. Desde a divulgação da primeira matéria, a repórter iniciou um trabalho investigativo para conseguir os desdobramentos do caso. Para isso, ela contou com o apoio da equipe de profissionais dentro do seu ambiente de trabalho e estreitou a relação de repórter x fonte, para ganhar confiança naqueles que ali lhe entregavam a sua história.

O primeiro passo da pesquisadora foi ir a campo para realizar uma coleta do material necessário, realizar um levantamento sobre quantas matérias foram publicadas sobre o assunto durante o período em que Valéria Sinésio esteve no jornal impresso, até o momento que as denúncias culminaram na renúncia do arcebispo envolvido nos casos de pedofilia, Dom Aldo.

Partindo desta premissa, se faz necessário analisar quatro matérias sobre os assuntos que foram publicados no Jornal assinadas com nome de Valéria durante os anos de 2013 a 2016. São elas:

- Dois padres afastados da Arquidiocese devido a denúncias de pedofilia (publicado na data 20/08/2013);
- Pesquisa do IBGE revela que Igreja Católica teve baixa no número de fiéis paraibanos (colocar data);
- Arcebispo da Paraíba tem ordem suspensa pelo Vaticano (publicado na data 31/08/2015)⁶;
- Carta denúncia de Itatuba (13/09/2015)⁷.

Com o material do estudo selecionado e coletado, se iniciou a construção do trabalho que consiste em responder como determinadas coberturas jornalísticas podem afetar a vida de um repórter. Esta pesquisa também pretende responder como foi o processo de investigação do Jornal no caso de pedofilia na Arquidiocese do Estado. Esse assunto interferiu na vida dos repórteres? Como fica a relação de repórter e fonte em casos como este? É possível manter a isenção jornalística? A pedofilia na Igreja foi considerada um tabu dentro do veículo de comunicação? A pesquisa traz respostas de modo que possa contribuir para a compreensão de como foi realizada esta cobertura jornalística a respeito das denúncias de pedofilia na Arquidiocese da Paraíba. Para obter tais respostas, foi realizado uma pesquisa empírica,

⁶ http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/investigado-dom-aldo-tem-poderes-suspensos-pelo-vaticano.html

⁷ https://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/carta-denuncia-mosteiro-em-itatuba-cercado-de-polemicas.html

também conhecida como uma pesquisa de campo, e de abordagem qualitativa, que consiste em recolher dados e informações de como foi a produção da notícia dentro da redação.

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

A pesquisa empírica pode ser caracterizada como busca de dados relevantes obtidos através da experiência do pesquisador. Entre seus objetivos, está classificado a chegada a novas conclusões a partir da maturidade experimental do objeto de estudo.

Alguns pesquisadores acreditam que diferente da teoria, a pesquisa empírica não pode ser considerada autosuficiente por necessitar de um embasamento teórico para fundamentar os experimentos e os dados colhidos em campo.

Embora uma determinada pesquisa tenda sempre para um lado do que para outro, é importante salientar que teoria e empiria sempre terão no mínimo de complementariedade, no geral um método acaba complementando o outro e juntos formam uma metodologia mais sólida. (CAVALINI, 2016)

Sendo assim, com a realização da pesquisa empírica, se fez necessário obter embasamento em newsmaking, critérios de noticiabilidade e jornalismo investigativo para analisar a construção da reportagem de forma teórica. As escolhas dessas bases teóricas foram feitas por considerarmos que explicariam como se deu o processo de produção de notícias que faziam parte da cobertura do Jornal sobre o caso.

Para pensar a produção da notícia no Jornal da Paraíba é possível adotar uma abordagem da comunicação, o *newsmaking*. Esta teoria é constituída pela forma de se dedicar a pesquisa, de que forma as rotinas produtivas e organizativas do trabalho do jornalista podem influenciar durante o processo de construção da notícia.

Na lógica do *newsmaking*, a elaboração da pauta, a seleção das fontes e o trabalho de apuração, redação e circulação da notícia constituem elementos determinantes da operação de produção informativa. Trata-se de um processo que envolve também escolhas pessoais e direcionamentos político-editoriais e ideológicos (ANTONIOLLI; JUNIOR, p. 2, 2016).

O que leva um jornal a publicar a notícia de certa forma, a razão das fontes serem escolhidas, o motivo pelo qual a informação chamou a atenção do repórter. Todos esses critérios são discutidos no *newsmaking* como forma de seleção de informações para apresentar o resultado final da notícia ao público.

Outro instrumento para a coleta de informações foram as entrevistas com a repórter para entender de que forma foi realizado este processo de investigação até a produção da notícia.

Antes de marcar uma entrevista em profundidade com a repórter, a pesquisadora realizou uma pré-entrevista para construir um embasamento sobre quais pontos deveriam ser abordados e quais linhas deveriam ser traçadas durante a pesquisa. Desta forma, foi realizada uma pré-entrevista, mais conhecida como uma conversa rápida, “em off”, onde se é possível realizar anotações importantes para a construção do roteiro para entrevistas com perguntas mais embasadas sobre determinados assuntos. Com a realização deste primeiro momento de entrevista, foi possível compreender o contexto da história sobre a cobertura do Jornal e elaborar os questionamentos para uma entrevista oficial com a repórter.

A pré-entrevista se fez necessária para a formulação das questões, a pesquisadora sentiu a importância deste momento como uma forma de conhecer um pouco mais a história que a repórter pretende contar para reformular as perguntas de forma que consiga obter mais informações com a entrevistada. Segundo Amaral (1997, p. 23) “entrevistar não é somente fazer uma pergunta, esperar uma resposta e juntar à resposta a outra pergunta. É um exercício profissional trabalhoso e ingrato.”

Para isto, é importante que o entrevistado seja conduzido pelo entrevistador, porém ele só fará isso se estiver bem informado e preparado sobre o tema que ele pretende tratar com quem questiona. Bourdieu (1999) acredita que só é possível obter uma narrativa natural se o pesquisador não realizar uma pergunta direta, mas sim fazer com que o entrevistado relembre com naturalidade parte da sua vida.

Beltrão (1969) classifica a entrevista como uma “técnica de obter matérias de interesse jornalístico por meio de perguntas e respostas.” Porém, apesar de ser um elemento fundamental para o fazer jornalístico, ela também é utilizada para outros fins, a exemplo de desenvolvimento de pesquisas, entrevistas de emprego, etc. Ela é uma das formas mais eficazes para a coleta de dados de um tema específico, considerada a técnica mais utilizada durante o trabalho de campo.

O tipo de entrevista utilizada pela pesquisadora foi a entrevista em profundidade, para que assim ela pudesse relatar detalhadamente como foi sua rotina para a produção de conteúdo das matérias trazendo consigo o seu relato pessoal sobre as consequências daquela cobertura. A entrevista foi realizada de forma que pudesse fluir com espontaneidade permitindo que cada resposta pudesse ser o encaixe para a pergunta seguinte ou que possibilitasse uma forma de ajustar as perguntas de acordo com o contexto que estava sendo desenvolvida a entrevista naquele momento.

A entrevista em profundidade foi escolhida devida a classificação de Duarte (2008) que acredita que ela deve ser considerada parte de uma pesquisa qualitativa, já que é uma entrevista que busca a intensidade e qualidade dos dados colhidos em campo e não sua quantidade, deixando de lado a estatística. O autor ainda destaca duas características de perguntas que podem ser nos seguintes aspectos: abertas e semiabertas. Ele ainda caracteriza este tipo de entrevista como “um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher experiências a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que deseja conhecer”.

A forma de elaboração das perguntas foi realizada com um roteiro-base com questões específicas sobre o tema e com espaço para a interferência e possíveis reajustes no decorrer da conversa, desta forma a pesquisa foi realizada através de um roteiro semiaberto, para que a entrevistada pudesse desenvolver detalhadamente o tema, não deixando que ficasse alguma lacuna por ser questões abertas ou limitando-se apenas em responder questionamentos fechados. Ainda para Duarte (2008), a elaboração das perguntas é primordial para manter o pesquisador e a fonte dentro do tema ali discutido.

Foram realizados oito contatos com a repórter, e primeira entrevista em profundidade, foi realizada no dia 20 de fevereiro de 2019, a partir de um roteiro semi-aberto, com duração de duas horas de conversação. A entrevista foi realizada com foco na experiência profissional da repórter sobre os empecilhos encontrados durante o percurso da cobertura jornalística do caso e o seu método para a produção das notícias.

O último contato com a jornalista foi realizado no dia 29 de outubro de 2019, também com uma entrevista em profundidade que durou cerca de duas horas e foi fundamental para a conclusão desta pesquisa.

Além de conversar com Valéria Sinésio, por diversas vezes, também se fez necessário realizar uma entrevista no dia 20 de novembro de fevereiro de 2019 com a repórter Angélica Nunes, na qual ela relata como foi sua participação durante o acompanhamento de Valéria na

cobertura do caso e como foram as mudanças da cobertura após o jornal impresso fechar e ser redirecionado para o online e quais impactos isso causou na cobertura. Além de também conversar com a editora do Jornal, Nara Valusca, que acompanhou Valéria e deu todo o suporte necessário durante a apuração dos fatos e conversa com as fontes sigilosas.

Também para a construção desta pesquisa, na fase de análise do material coletado nas entrevistas buscamos relacionar as teorias com a vivência da repórter durante os três anos de cobertura do caso. A definição de critérios de noticiabilidade e *newsmaking*, além de inventariar a relação entre repórter e fonte, um dos principais destaques na fala de Valéria, que de acordo com ela, só conseguiu realizar a cobertura do caso devido a confiança que as fontes mantinham nela.

Além disto, também trazemos um relato da repórter falando sobre que forma esta vivência profissional lhe afetou emocionalmente, nas relações familiares e entre amigos e até profissionalmente e quais foram os desdobramentos até o final do jornal impresso, em 2016.

Buscando responder as questões lançadas pela pesquisa, esta dissertação foi organizada em XXX capítulos, antecedidos desta introdução e a conclusão. O primeiro “Silêncio no Santuário: sexualidade, pedofilia e celibato” discute a forma como esses três elementos estão interligados quando se trata sobre os casos de abuso sexual ocorridos dentro da Igreja Católica. Ainda nele, apresentamos uma análise sobre como a Lei Canônica e a Justiça comum estão interligadas e quais diferenças para as penas de pedofilia nessas duas leis. Além disto, também apresentamos a forma como a pedofilia foi denuncia na Igreja Católica, trazendo uma linha do tempo que mostra como as denúncias foram chegando na mídia e a importância da divulgação destas informações na punição dos abusadores.

O segundo capítulo, “Jornalismo e Realidade”, é a fundamentação teórica, nele é discutido o que é notícia, de que forma ela pode ser caracterizada, seus critérios de noticiabilidade para a construção de uma matéria e como ela pode chegar ao público e auxiliar na construção da realidade social. Além de estabelecer como a ética jornalística e a relação de repórter e fonte pode ser um fator primordial para realizar um jornalismo com credibilidade e obter informações exclusivas a respeito dos casos investigados.

O terceiro capítulo é a parte primordial deste trabalho. Ele traz a contribuição da pesquisa para o debate sobre Jornalismo “Rasgando o véu: a cobertura sobre pedofilia no estado da Paraíba” analisa as matérias veiculadas pelo Jornal da Paraíba, como foram construídas e os resultados diante do público. Este capítulo apresenta os bastidores da produção das matérias e constrói uma linha do tempo apresentada para que se possa entender

como as matérias foram realizadas. Além de mostrar o impacto e as consequências dessa cobertura na vida pessoal e profissional da jornalista, trazendo uma análise sobre de que forma o seu envolvimento com a notícia pôde afetar a sua saúde ocupacional.

Por fim, na conclusão respondemos os questionamentos feitos na introdução deste trabalho e, após a finalização da pesquisa é possível afirmar que ela cumpriu o objetivo de apresentar a forma que a produção do conteúdo gerou consequências na vida da repórter e demonstrou pontos sobre a importância do jornalismo e a cobertura responsável do Jornal da Paraíba em apresentar à sociedade os crimes cometidos dentro da Igreja Católica no estado.

2 SILÊNCIO NO SANTUÁRIO: SEXUALIDADE, PEDOFILIA E CELIBATO

Quando falamos sobre os casos de abuso sexual na Igreja é necessário descrever três esferas complexas que estão interligadas neste tipo de crime no ambiente católico, são elas: sexualidade, celibato e pedofilia. Esses três temas percorrem o ambiente familiar, escolar e religioso. Desta forma, é necessário levantar uma discussão e definição em torno dos assuntos aqui citados.

Sexualidade é classificada como um termo abrangente que aborda diversos fatores, dificilmente se encaixa em uma definição única, se transformando em uma conceituação difícil de abordar. Da forma que a conhecemos, de acordo com Art. 2º do Estatuto da Criança e do adolescente – ECA, a sexualidade inicia-se juntamente à puberdade ou adolescência, o que deve ocorrer por volta dos 12 anos de idade.

A sexualidade possui uma conceituação difícil de entender, nela existem diversos sentimentos, ao exemplo do amor, agressividade e violência, podem manifestar-se através dela. O ser humano possui necessidades sexuais e a biologia caracteriza isso como o instinto sexual, caracterizado da mesma forma que a fome. Essa necessidade sexual é denominada de libido. Ela tem sua origem na energia aos processos mentais, ou seja, é considerada algo mais psicológico do que carnal.

A sexualidade forma parte integral da personalidade de cada um. É uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado dos outros aspectos da vida. Sexualidade não é sinônimo de coito e não se limita à presença ou não do orgasmo. Sexualidade é muito mais do que isso, é a energia que motiva a encontrar o amor, o contato e a intimidade e se expressa na forma de sentir, na forma de as pessoas tocarem e serem tocadas. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e tanto a saúde física como a mental. Se a saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser considerada como um direito humano básico (OMS, 1975, apud EGYPTO, 2003, p. 15 e 16).

Segundo Bearzoti (1993, p.1) a sexualidade “tem sido alvo de tabus, repressões, distorções e tentativas de reduzi-la a sinônimo de genitalidade e de reprodução”. Os conceitos de sexualidade estão ligados a fatores genéticos e principalmente culturais. A busca da sexualidade como forma de prazer, descobrir sensações e atrações por outras pessoas do mesmo sexo ou sexo oposto pode confundir a sexualidade com o sexo propriamente dito. Porém, não é necessário que um venha acompanhado do outro.

[...] Falando sério, não é fácil delimitar aquilo que abrange o conceito de “sexual”. Talvez a única definição acertada fosse „tudo o que se relaciona com a distinção entre os dois sexos“. [...] Se tomarem o fato do ato sexual como ponto central, talvez

definissem como sexual tudo aquilo que, com vistas a obter prazer, diz respeito ao corpo e, em especial, aos órgãos sexuais de uma pessoa do sexo oposto, e que, em última instância, visa à união dos genitais e à realização do ato sexual. [...] Se, por outro lado, tomarem a função de reprodução como núcleo da sexualidade, correm o risco de excluir toda uma série de coisas que não visam à reprodução, mas certamente são sexuais, como a masturbação, e até mesmo o beijo (FREUD, 2006, p. 309).

Para entender sobre a diferença entre a sexualidade e o ato sexual, Costa e Oliveira (2011, p.3) afirma que “enquanto o sexo é entendido a partir do biológico, remetendo-se a ideia de gênero, [...] a sexualidade vai além das partes do corpo, constituindo-se como uma característica que está estabelecida e presente na cultura e história do homem”.

Existem diferentes abordagens sobre a sexualidade, ela pode variar de acordo com a concepção e crença de cada ser humano. Em algumas religiões podemos encontrar visões preconceituosas sobre a vivência e discussão sobre a sexualidade de acordo com os desejos de cada um. Já em outros locais, podemos encontrar um ambiente mais livre e de aceitação na hora de discutir sobre o tema.

É aceito que o potencial de cada indivíduo só se desenvolve adequadamente se ele estiver em um meio social ao lado de outros seres da mesma espécie com os quais possa manter vínculos e relacionamentos, estimulando e sendo estimulado; esta é uma das condições indispensáveis para que ele possa cumprir seu programa pessoal e o da espécie (BEARZOTI, 1993, p.4).

Utilizando a psicanálise Freudiana, é possível perceber que a sexualidade já exista na criança a partir do momento em que ela nasce. De acordo com Freud (2006), a sexualidade acompanha o ser humano a partir do momento do nascimento até a morte. Quando Freud publicou o seu primeiro estudo sobre a sexualidade infantil a sociedade não quis aceitar, pois ela acreditava que nesta faixa etária a criança é um ser assexuado.

A opinião popular tem ideias muito precisas a respeito da natureza e das características e do instinto sexual. A concepção geral é que está ausente na infância, que se manifesta por ocasião da puberdade em relação ao processo de chegada da maturidade e se revela nas manifestações de uma atração irresistível exercida por um sexo sobre o outro; quanto ao seu objetivo presume-se que seja a união sexual, ou pelo menos atos que conduzam nessa direção (FREUD, 1977, p. 135)

Para Freud (2006), a sexualidade na infância passa por quatro fases que podem ser denominadas de: Fase Oral; Fase Anal; Fase Fálica e Fase Genital. Porém, para ele a sexualidade não está vinculada apenas a parte psíquica do ser humano, mas também a sua formação pessoal e que, as crianças, buscam constante prazer em todas as fases vivenciadas por ela a partir do momento que nasce. Para Costa e Oliveira (2011, p. 16) “A família faz

parte do processo de formação da sexualidade de seus filhos, o diálogo aberto e sem preconceito entre pais e filhos é o melhor caminho para a construção da sexualidade da criança”.

Como vimos, a sexualidade é um fator determinante para o ser humano a partir do momento que se ganha a vida até a fase adulta. Muitos teóricos relacionam a sexualidade também com a religião, que impõe regras, dogmas e ações que devem ser seguidas de acordo com os preceitos da fé e o ordenamento de sua crença. A religião tem sido um instrumento que orienta o indivíduo através de sua moral e muitas delas classificam a sexualidade como algo impuro.

De acordo com Foucault (1999) o tema sexualidade apareceu nos séculos XVIII, XIX, e XX, na família burguesa, quando os pais começaram a se preocupar com a vida sexual dos seus filhos por reprovarem o ato de masturbação, desta forma, ficaram apavorados e decidiram vigiar a sexualidade das crianças. Ainda de acordo com Foucault (1999), como a família burguesa não sabia o que fazer com essas manifestações sexuais, eles pediram auxílios de profissionais, passando a responsabilidade para os especialistas para tratar da sexualidade de mulher, crianças, homossexuais e de casais heterossexual.

Os discursos sobre sexualidade foi se perpetuando pela Igreja desde o início do Cristianismo, de acordo com Dantas (2010) “a hierarquia eclesiástica desenvolveu instrumentos que exigiram a confissão do sexo, convertendo-o em prática discursiva. Era preciso falar constantemente das experiências e desejos sexuais”.

Michael Foucault (1993) é conhecido como o historiador que fala sobre as proibições e o poder que existe em torno da sexualidade, principalmente quando se fala sobre a repressão sofrida dentro do cristianismo. De acordo com ele, o modo de fazer com que a sexualidade exista dentro do âmbito católico, foi coloca-la como um exame da consciência, caracterizada como a confissão. Para Foucault (1993) na confissão deve-se falar sobre os desejos carnis apenas se for para ser repudiado e proibido, pois os cristãos precisam examinar, vigiar, confessar e transformar o sexo em discurso.

Mas, pode-se muito bem policiar a língua, a extensão da confissão e da confissão da carne não para de crescer. Pois a Contra-Reforma se dedica, em todos os países católicos, a acelerar o ritmo da confissão anual. Porque tenta impor regras meticulosas de exame de si mesmo. Mas, sobretudo, porque atribui cada vez mais importância, na penitência — em detrimento, talvez, de alguns outros' pecados — a todas as insinuações da carne: pensamentos, desejos, imaginações voluptuosas, deleites, movimentos simultâneos da alma e do corpo, tudo isso deve entrar, agora, e em detalhe, no jogo da confissão e da direção espiritual. (FOUCAULT, 1998, p. 22)

Foucault (1998) traz algumas características que são associadas à repressão sexual: o silêncio, condenação, desaparecimento, inexistência e o assunto sexual reprimido. Ainda no século XXI a Igreja Católica é tida como uma instituição que possui uma postura retrógrada quando se trata de sexualidade, porém para muitos fiéis a posição é extremamente necessária devido a “liberação carnal” existente no mundo atual.

Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada. Quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei; antecipa, por menos que seja, a liberdade futura. [...] O enunciado da opressão e a forma da pregação referem-se mutuamente; reforçam-se reciprocamente. Dizer que o sexo não é reprimido, ou melhor, dizer que entre o sexo e o poder a relação não é de repressão, corre o risco de ser apenas um paradoxo (FOUCAULT, 1998, p. 10-12)

Tendo em vista a grande preocupação da Igreja com a conjunção carnal, ela pouco se posicionou, antes do Papa Francisco, em relação aos crimes de pedofilia cometido dentro do seu ambiente. Porém, ela sempre se manteve firme em negar o casamento de pessoas do mesmo sexo, reafirmando sempre que a reprodução deve ser o principal objetivo do ato sexual.

Já sobre a pedofilia, existem diferentes nuances históricas que envolvem a temática na Igreja Católica juntamente com seu funcionamento interno e suas estruturas de poder. Definida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como um comportamento sexual criminoso, a pedofilia tornou-se no final do século XX um dos grandes debates entre a imprensa e o clero, quando na década de 1980 começaram a surgir denúncias de pedofilia dentro da Igreja nos Estados Unidos e Canadá. Desta forma, o tema transformou-se em uma questão de enfrentamento para a mais respeitada instituição moral do mundo.

No Ocidente contemporâneo, o termo “pedofilia” vem designar uma prática socialmente inadequada e, na maioria dos países, criminosa. Um transtorno sexual classificado como parafilia – fantasias ou comportamentos sexuais recorrentes e intensos que envolvem objetos, atividades ou situações incomuns – assim como uma perversão sexual. Por essa razão, tanto polemizou-se quando casos diversos em âmbito clerical vieram à tona. Sabe-se que este comportamento não ocorreu – e ocorre – única e exclusivamente nos espaços da Igreja Católica, mas lamentavelmente em escolas, residências e outras instituições religiosas no Brasil e no mundo (GENARO; BENATTI, 2014, p. 22).

No final do século XX os casos de pedofilia vinham sendo notados em diferentes regiões do mundo, porém a cultura de silêncio permanecia entre o Estado do Vaticano e suas filiais. Para Gernaro e Benatti (2014), “diferente do que conhecia a comunidade de fiéis sobre

o posicionamento público de seus líderes espirituais [...] a pedofilia em âmbito clerical ou ações, chegavam a ser inomináveis, para o público, inexistiam”.

Estudos mostram que a vasta maioria dos padres molestadores da Igreja Católica havia sido ordenada antes do final dos anos 1970 [...] e que muitos fizeram diversas vítimas ou cometeram abusos por um longo período de tempo. Grande parte das vítimas tinha de 11 a 14 anos e a ampla maioria – 81% - era de garotos (ROBERTSON, 2011, p. 35).

Foram apresentados, no ano de 2018, estudos na Alemanha encomendado pelos próprios bispos alemães sobre os casos de abuso na Igreja, onde enfatiza a abuso de poder e o clericalismo. De acordo com a pesquisa, que levou cerca de quatro anos para ser concluída, 3.677 menores foram abusados em 68 anos por membros de ordens religiosas. As vítimas do sexo masculino foram cerca de 62,8% e $\frac{3}{4}$ das vítimas tinham algum tipo de relação religiosa com os acusados.

No que diz respeito ao celibato, todavia, o estudo sugere a ser questionado como, para alguns grupos de pessoas, essa escolha "poderia ser um fator de risco de abusos sexuais". Na literatura – é enfatizado - esta questão é objeto de controvérsia ". Por essas razões, os pesquisadores afirmam que se reveste de fundamental importância "a seleção, a formação e um aconselhamento psicológico ininterrupto, aliado à profissão sacerdotal. Deve-se, por isso, prestar uma maior atenção aos aspectos da formação da identidade sexual e às exigências psíquicas específicas do sacerdócio" (CENTOFANTI, 2019).

Entre as análises e condenações feitas sobre abuso sexual e celibato na Igreja Católica, é necessário discutir o componente principal que liga ambas as situações, a sexualidade. Tida como elemento essencial para a realização de discussões acerca do assunto, a sexualidade é uma realidade misteriosa e bastante complexa, principalmente no âmbito católico. Para o Santo Agostinho, a atividade sexual era o caminho para o pecado original, por isso a Igreja alimenta historicamente um comportamento de desconfiança e discriminatório em relação à sexualidade.

[...] os escritos agostinianos mostram-se de importância capital na construção de uma tradição de regramento do sexo cujo objetivo era o de desenvolver, nas mentes e na cultura, determinados valores e normas de comportamento, constituintes da identidade cristã (VELOSO, S/D, p.2).

A educação para formação dos padres no seminário é realizada longe do contato com as mulheres, além da educação para a integração da sexualidade ser ausente durante a formação dos seminaristas. Segundo Gambini, Llanos e Roggia (2017), não existe a opção para os sacerdotes conhecerem a própria sexualidade.

Para muitos sacerdotes, não houve a possibilidade de explorar a própria sexualidade nem de aprender, nos anos de seminário, como aceitar a si mesmo como ser sexual chamado a gerir adequadamente desejos, emoções e comportamentos relacionados à própria sexualidade (GAMBINI; LLHANOS E ROOGIA, 2017).

Para ser padre ou religioso, existe a condição de se aderir ao celibato. Ainda no seminário, os sacerdotes abrem mão de atos sexuais para servir a Deus. É uma opção pessoal de vida escolhida atribuída aos que decidem seguir uma carreira religiosa, com determinação de viver longe das tentações da carne, adotando uma vida de castidade e entregue aos dogmas católicos.

Segundo o professor de Filosofia Elias Dalabreda (2007), ex-seminarista (1979 – 1985) salesiano, de Ponta Grossa Paraná, na formação sacerdotal os seminaristas não tem tido ao longo do tempo uma formação na área da sexualidade. Que o seminarista apenas é orientado por meio da confissão de se manter casto estando vigilante sempre na oração. Afirma o professor que o celibato não deveria ser uma condição para ser padre e sim uma sugestão: “Quem quer se dedicar à vida religiosa deveria ser celibatário, mas quem quer se dedicar à vida sacerdotal, o celibato deveria ser apenas uma recomendação”. Ainda afirma que a pedofilia na Igreja é um sintoma da crise do celibato em função de não se ter abertura (SILVA, s/d apud, DALABREDA, 2007).

A obrigação do celibato possui uma longa história na Igreja Católica. Conhecido por ser um tema polêmico e bastante criticado, o papa Francisco afirmou que o voto que obriga os padres a permanecerem castos não é um dogma de fé, mas fazer parte do regulamento da Igreja que deve ser obedecido através do Direito Canônico.

De acordo com Miranda (1998), nos séculos XVII e XVIII a interdição sexual funcionou como um afrodisíaco para as freiras que tinham que se enclausurar nos conventos para fugir dos demônios sexuais.

[...] a interdição sexual teve a função de afrodisíaco. (...) Em resposta à demonização do sexo, os instintos de Eros se manifestavam dentro dos mosteiros através de alucinações e extravasamentos, como o refinamento cruel da autoflagelação do corpo, os desfalecimentos ambíguos, as convulsões eróticas do êxtase, a homossexualidade e a própria heterossexualidade, com o testemunho dos bastardos (MIRANDA, 1998, p. 5-6).

Para os fiéis, o celibato é a vivência e prática de uma vida entregue a sua fé, inibindo os desejos do corpo. Porém, o assunto ficou em evidência após a imprensa veicular, diversas denúncias sobre pedofilia e exploração sexual no clero. Para Doyle (2006), o celibato é uma das causas principais para a ocorrência de abusos sexuais na instituição e para afirmar o poder e influência da comunidade católica na sociedade.

O celibato é essencial para a continuidade do poder e proeminência da subcultura clerical, lar de uma elite minoritária que controla a Igreja Católica. Apesar de um documentado histórico de violações ao celibato através dos séculos, lideranças

católicas resistiram fortemente a qualquer consideração de que possa haver algo errado com o conceito em si. Abandonar o celibato significaria arriscar a morte do fortificado mundo clerical e a consequente perda de poder e influência (DOYLE, 2006, p. 8).

No relatório apresentado pela Conferência Episcopal alemã, a pesquisa sustenta que o celibato obrigatório dos sacerdotes é um forte motivo que pode favorecer o abuso dentro do clero, mas para o padre Hans Zollner (2019) o celibato e seu favorecimento em abuso sexual é algo que não pode ser comprovado, ele discorda da associação.

Que a vida celibatária possa se converter, a longo prazo, em um fator de risco para o abuso, mas não só abuso de menores, como também de álcool ou outra coisa, é um assunto diferente. Para isso se necessita outra forma de proceder. Esperar que com a eliminação do celibato desaparecerá de uma vez por todas o abuso, seria muito errado. Sobretudo se olharmos o que ocorre na sociedade e em outras regiões. Há pouco vimos o relatório sobre a Igreja Batista nos Estados Unidos. Ali, nos últimos 20 anos, cerca de 700 crianças e jovens foram vítimas de abusos de pastores, todos eles casados. (Zollner, entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos no dia 28 de fevereiro de 2019).

Seguindo a Lei Canônica, o celibato se quebra quando o padre se casa. A Igreja justifica o voto de castidade como uma forma de tornar o humano mais próximo aos propósitos divinos referencie.

2.1 Lei divina vs. Lei dos homens

O Direito Canônico foi criado com a necessidade e o propósito de organizar e manter a ordem de acordo com os preceitos divinos da Igreja Católica, definido por Rafael Llano Cifuentes (1971, p. 10) como “o conjunto de normas jurídicas, de origem divina ou humana, reconhecidas ou promulgadas pela autoridade competente da Igreja Católica, que determinam a organização e atuação da própria Igreja e de seus fiéis, em relação aos fins que lhe são próprios”.

A Igreja, instituição de poder em todo o mundo, é intitulada soberana dentro âmbito em que atua, igualmente assim como o Estado. Desta forma, ambos possuem um ordenamento jurídico as suas necessidades com o propósito de manter a ordem entre seus seguidores ou governados.

O direito estatal e canônico de estão interligados devido a diversas manifestações sociais despertarem interesse do Estado e da religião, à exemplo do casamento a instituição. Porém, ao contrário do direito estatal, o canônico possui normas restritas ao caráter divino. “sempre proclamou seu caráter de sociedade independente do poder estatal [...]. Como tal, procurou-se dar um ordenamento jurídico adequado à sua natureza” (CIFUENTES, 1989, p. 29-30).

O ordenamento jurídico canônico é criticado quando utilizado para “encobrir” crimes cometidos dentro do ambiente da Igreja. Em 2016, foi divulgado pelo papa Francisco a incorporação do direito canônico que os bispos culpados de negligência no exercício de suas funções, “ante casos de abusos sexuais contra menores”, poderão ser destituídos.

Com a presente, quero precisar que entre estas chamadas 'causas graves' se inclui (a partir de agora, NR) a negligência dos bispos no exercício de suas funções, em particular no que diz respeito aos casos de abusos sexuais contra menores e adultos vulneráveis. (FRANCISCO, 2016)⁸

Em maio de 2019, o Papa Francisco divulgou um decreto⁹, “Vos stis lux mundi” (vós sois a luz do mundo), que entrou em vigor em junho do mesmo ano e tornou obrigatório os padres e pessoas ligadas à igreja, denunciarem às autoridades eclesiásticas, suspeitas de casos de abusos sexuais, no entanto, no decreto não consta nenhuma orientação para que os casos sejam denunciados às autoridades civis. A carta também estabelece ordenamentos de como as Arquidioceses devem lidar em casos de suspeitas de abuso sexual. Entre as diretrizes, estão:

Religiosos podem ser responsabilizados por acobertar casos de abuso; Dioceses têm um ano para criar sistemas simples e acessíveis de notificação de denúncias; Denúncia pode ser enviada para arcebispo metropolitano ou diretamente para a Santa Fé; Vítimas devem receber assistência espiritual e Igreja deve fornecer assistência médica, terapêutica e psicológica; Dioceses devem incentivar igrejas a envolver especialistas de fora do âmbito católico para auxiliar nas investigações; Investigações devem garantir a confidencialidade dos envolvidos e durar até 90 dias (FRANCISCO, 2019).

Ainda no decreto, o Papa traz explicações sobre o que, para o Direito Canônico, pode ser considerado delito sujeito à investigação e que indique o abuso sexual. Ou seja, o abuso só será investigado quando indique que algum religioso forçou alguém com violência, ameaça ou abuso de autoridade, a realizar ou sofrer atos sexuais; teve a conjunção carnal com um menor de idade ou uma pessoa em situação de vulnerabilidade.

Além do contato físico, o crime também será investigado, de acordo com o mesmo documento, se a situação abarcar “qualquer representação dum menor, independente do meio utilizado, envolvido em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, e qualquer representação de órgãos sexuais de menores para fins predominantemente sexuais.”

Além do decreto, ainda em 2019, o papa publicou uma lei sobre a prevenção e o combate à violência sexual contra menores e pessoas em estado de vulnerabilidade. As novas

⁸ Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/papa-francisco-edita-regra-para-punir-bispos-coniventes-com-a-pedofilia.html> / <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/papa-bispos-poderao-ser-destituídos-por-negligencia-em-casos-de-pedofilia.html>> Acesso em: 05 de nov de 2019.

⁹ Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/motu_proprio/documents/papa-francesco-motu-proprio-20190507_vos-estis-lux-mundi.html> Acesso em 05 de nov de 2019.

regras foram se aplicam ao clero, aos funcionários da Cúria e do Vaticano, e ao corpo diplomático da Igreja Católica.

O estatuto da nova lei inclui a prescrição de 20 anos para denúncias de atos de violência, em casos de menores que são violentados, esse prazo passa a contar a partir dos 18 anos. Porém, a lei não se aplica quando a descoberta for feita através da confissão para os eclesiásticos, o papa aponta que existe sim a obrigação dos religiosos denunciarem os casos às superioridades hierárquicas em casos de abuso sexual, mas sem utilizar a informação obtida através do sacramento da confissão.

O sigilo da confissão é abrangente. Um padre não pode divulgar quem estava ou não no confessional, o que foi dito ou o que não foi dito. Assim, se um padre fosse levado ao tribunal, ele não poderia testemunhar que o acusado havia mencionado o abuso na confissão; ele sequer poderia negar que ouviu a confissão do acusado. Basicamente, ele não pode dizer nada. Ele não tem utilidade para a promotoria ou para a defesa. (REESE, 2019).¹⁰

De acordo com o que o Direito Canônico prevê em diversos artigos, o sigilo da confissão nunca poderá ser violado, independente da denúncia feita sob o sigilo. Romper o sigilo da confissão é considerado na lei católica um pecado grave, que não pode ser perdoado por eclesiástico nenhum, apenas a um tribunal conhecido no vaticano como Penitenciária Apostólica..

Este código apresentado pelo papa no novo decreto refere-se ao número 2 do artigo 1548. Estão “isentos da obrigação de responder a um juiz os clérigos no respeitante ao que lhes foi manifestado em razão do sagrado mistério”, o que significa ‘segredo da confissão’. Ainda de acordo com o Papa Francisco, a pessoa condenada por abuso sexual deve ser ‘demitida do cargo’, além de passar por uma ajuda psicológica e espiritual adequada para sua reintegração na sociedade.

O mais difícil é o caso de uma vítima que conta a um confessor sobre o abuso. A vítima obviamente não é uma pecadora, mas o sigilo da confissão ainda cobre tudo o que é dito. Aqui o padre deve encorajar a criança a contar ao pai ou mãe, professor, conselheiro, policial ou até mesmo a repetir a história ao padre fora da confissão. Isso garante que algo seja feito para proteger a criança. (REESE, 2019)

O Papa Francisco é conhecido por trazer à tona o tema sobre o abuso sexual na Igreja e está sempre declarando que não vai ignorar as “abominações” dos membros do clero que cometeram este tipo de crime. Ainda em 2018, o Papa pediu para que os padres que

¹⁰ Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/586082-por-que-obrigar-o-clero-a-denunciar-os-abusos-nao-vai-resolver-a-crise-artigo-de-thomas-reese>> Acesso em: 10 de out de 2019.

cometeram abuso se entreguem à justiça. “Para aqueles que abusam de menores eu diria: converta-se e entregue-se à justiça humana, e prepare-se para a justiça divina”. Diante da sua declaração, não ficou imediatamente claro se estava se referindo ao sistema judicial da Igreja Católica ou à justiça civil.

Atualmente, a problemática diante das diversas denúncias de abusos sexuais envolvendo menores de 14 anos, tem se tornado uma problemática. De acordo com a Lei nº 12.015/09, os menores de 14 anos são classificados como vulneráveis.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é importante identificar a pessoa em desenvolvimento como criança ou adolescente, devido ao tratamento especial estabelecido por cada categoria. Desta forma elas estão classificadas como: criança está na faixa de zero a 12 anos incompletos e adolescentes estão na faixa de 12 a 18 anos incompletos. Como pondera o Estatuto, “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.”

Para a justiça civil pelo artigo 217-A do Código Penal, a violência sexual é entendida como qualquer tipo de conduta que possa constranger a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso. Ele é toda ação que utiliza da criança ou adolescente para fins sexuais, para estimulação sexual do agente ou de terceiros.

O abuso sexual infantil é qualquer envolvimento de uma criança ou adolescente em uma atividade sexual que ela não compreende, nem consente, podendo ser com um adulto, ou entre uma criança, ou adolescente que devido à idade ou o grau de desenvolvimento está em uma relação de confiança, poder, coação e sedução com a criança abusada, nem sempre estando ligada a um ato violento, podendo ser beijo e toque lascivo, que não deixam marcas visíveis, o que dificulta a comprovação (LOBATO, 2017).

Com os crescentes casos de abuso sexual cometido contra crianças e adolescentes no Brasil, a Lei de nº 12.015/09 foi inovada e surgiu a criação dos “Crimes sexuais contra vulnerável”, que busca proteger o processo de formação da sexualidade das vítimas menores de 18 anos.

Diferente do direito canônico, o Código Penal Brasileiro traz diferentes classificações de abusos em menores e pessoas em estado de vulnerabilidade trazendo penas que podem ser aumentadas de acordo com o tipo de crime cometido.

Estupro de vulnerável: Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos. Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos. § 3º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave: Pena - reclusão, de 10 (dez) a 20 (vinte) anos. § 4º Se da conduta resulta morte: Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos. § 5º As penas previstas no caput e nos §§ 1º, 3º e 4º deste artigo aplicam-se independentemente do consentimento da vítima ou do fato

de ela ter mantido relações sexuais anteriormente ao crime; Corrupção de menores: Art. 218. Induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos; Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente: Art. 218-A. Praticar, na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos; Abuso de incapazes: Art. 173 - Abusar, em proveito próprio ou alheio, de necessidade, paixão ou inexperiência de menor, ou da alienação ou debilidade mental de outrem, induzindo qualquer deles à prática de ato suscetível de produzir efeito jurídico, em prejuízo próprio ou de terceiro: Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa. (CÓDIGO PENAL)

2.2 Pedofilia sob o manto sagrado

A primeira condenação de um padre por cometer abusos sexuais aconteceu em 1986, em Munique, na Alemanha, anos depois, outras denúncias chegaram aos tribunais. Foi na década de 1990 que houveram revelações de crimes cometidos por sacerdotes da Irlanda e do México.

No ano de 2002, o Jornal Boston Globe realizou uma cobertura jornalística revelando que cinco padres da maior diocese católica dos Estados Unidos abusaram sexualmente de crianças com o consentimento do bispo Bernard Law que, ao receber as denúncias, transferia o padre de paróquia e mantinha em sigilo as acusações. A cobertura do jornal foi inspiração para a produção do filme “*Spotlight: Segredos Revelados*”¹¹, vencedor do Oscar 2016. De acordo com Dines (2010), “A igreja adotou com relação à pedofilia a mesma arma utilizada no passado no tocante à Inquisição: o sigilo”.

Segundo dados de um estudo encomendado pela Conferência Episcopal Americana, entre 1950 e 2002, foram cerca de 11 mil denúncias de abusos sexuais cometidos por padres. O que engloba 4.392 padres, 4% do clero americano. Segundo matéria publicada no site da BBC¹², em 2002, os bispos americanos aprovaram a política de “Tolerância Zero” nos casos que envolvam crime de pedofilia dentro do clero.

No início de 2010, diversos crimes desta natureza se tornaram manchetes dos jornais brasileiros. Eram constantes as divulgações de novas denúncias de abuso sexual contra crianças cometidos por representantes da instituição católica em diversos países. Apesar dos crimes não serem recentes, eles ganharam destaques e repercussão na imprensa brasileira.

¹¹ Spotlight: segredos revelados. Filme estreou em 2015 e traz a história de jornalistas que investigam os abusos de crianças cometidos por padres católicos, acobertados pela Igreja. Em 2016, o filme ganhou o Oscar de Melhor Filme é Melhor Roteiro Original.

¹² Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/020614_igreja1dicgg.shtml>. Acesso em 03 de outubro de 2019.

No Brasil, aconteceram denúncias em diversos estados. Entre elas, ganhou destaque o caso de Arapiraca, no estado de Alagoas, onde três religiosos foram proibidos pelo vaticano de conduzir missas ou exercer atividades como padres após um escândalo que ganhou repercussão nacional, sob acusação de se envolverem sexualmente com coroinhas de sua paróquia.

No mesmo ano, buscando repercutir o caso, após a cobertura de diversos veículos de comunicação, o Observatório da Imprensa realizou um programa para debater sobre como foi a cobertura da imprensa nos casos, o tema era “Pedofilia na Igreja e nas manchetes”. Participaram do programa os jornalistas Roberto Cabrini e José Maria Mayrink¹³.

Os convidados eram, o senador Magno Malta (PR-ES), na época presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia e o jornalista investigativo Roberto Cabrini, apresentador do programa Conexão Repórter do SBT, que veiculou na TV as primeiras denúncias sobre o crime de Arapiraca, incluindo vídeos de um dos padres realizando sexo oral em um jovem.

Durante o programa, Alberto Dines ainda questionou Cabrini o motivo pelo qual as denúncias de Arapiraca não encontram força em outras partes da mídia no país, o repórter acredita que “o fato pode ser explicado pela força da Igreja católica no Brasil, que teve um papel importante em vários momentos da vida política”. Ele ainda relatou que diversas vezes tentou divulgar o conteúdo do vídeo, mas que não houve interesse algum da mídia local. Para ele, existia uma política do silêncio em relação a esses casos.

Considerado católico, José Maria Mayrink é jornalista e defende que, como jornalista, é necessário divulgar todas as informações.

A igreja nem sempre foi santa, mas sobreviveu a todas as crises. A diferença para o atual momento está na transparência. O problema é que a igreja trabalha em dois planos. No plano interno, ela mesmo ouve os criminosos em confissão, perdoa, pede conversão e pune. Ao mesmo tempo, ela tem que dar satisfação à sociedade (MAYRINK, 2010).

No Brasil a maior condenação por pedofilia cometida pelo clero, foi a do padre José Afonso Dé, de 82 anos, que atuava na cidade de Franca, interior de São Paulo. Em 2011, o sacerdote foi condenado pela 2ª Vara Criminal de Franca a 60 anos e oito meses de prisão pelas acusações de estupro e atentado violento ao pudor. Ele estava sendo acusado por nove garotos de cometer abuso sexual. Ele recorreu em liberdade e foi absolvido de sete casos pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP).

¹³ Disponível em <<http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/pedofilia-na-igreja-e-nas-manchetes/>>. Acesso em 15 de setembro de 2019.

O sacerdote chegou a ter seu nome citado, entre os outros padres acusados de pedofilia, na famosa “lista da vergonha”, exibida antes dos créditos finais do filme “Spotlight – Segredos Revelados”. No dia 14 de julho de 2017, o Padre Dé, como era conhecido, faleceu no Santa Casa, em decorrência de um tratamento contra o câncer.

Após as denúncias em diversos veículos de comunicação, a Igreja Católica se encontra no meio de uma onda de escândalos que envolve este tipo de crime, como o caso de George Pell, cardeal da Austrália, condenado por abusar sexualmente de dois menores. Em fevereiro de 2019, o Vaticano realizou uma cúpula sobre pedofilia, durante o encontro, o papa Francisco prometeu travar uma “luta de todos os níveis” contra os abusos sexuais dentro da Igreja.

Em fevereiro de 2019, o ex-cardeal americano Theodore McCarrick, de 88 anos, foi expulso do sacerdócio, acusado de cometer abuso sexuais há cerca de 50 anos. Esta, foi a primeira vez que um cardeal teve sua ordem reduzida por tais motivos.

De acordo com o site O Jornal de Notícias (JN)¹⁴ um relatório realizado nos Estados Unidos, afirma que entre os anos de 1950 e 2013, a Igreja Católica recebeu 17 mil denúncias de vítimas de abuso cometidos por 6.400 membros do clero entre os anos de 1950 e 1980.

Em janeiro de 2018, durante viagem ao Chile, o papa Francisco defendeu o bispo Juan Barros, que estava sendo acusado de encobrir durante décadas o padre Fernando Karadima, condenado por abusos sexuais a menores entre as décadas de 1980 e 1990. Em maio do mesmo ano, o papa convidou algumas vítimas dos abusos à Roma e também convocou para uma reunião os bispos chilenos que apresentaram sua renúncia, entre eles estava o bispo Juan Barros.

Na Paraíba, o caso de maior repercussão envolveu o arcebispo emérito do estado, Dom Aldo. A primeira matéria a ser veiculada na imprensa foi através de um dos principais jornais impressos do estado, o Jornal da Paraíba, em 2013, que deixou de circular em 10 de abril de 2016. No momento, o então arcebispo teria revelado que dois padres estariam afastados por responderem processo no MPPB pelo crime de pedofilia.

Os desdobramentos do caso duraram cerca de três anos, até o Jornal ter acesso a fontes e cartas denúncias e publicar o envolvimento de Dom Aldo em abuso e exploração sexual e de ser suspeito de acolher padres que estariam sendo investigados por cometer crime de pedofilia em outras paróquias do país.

¹⁴ Disponível em <<https://www.jn.pt/mundo/interior/vinte-e-cinco-anos-de-casos-de-abusos-sexuais-que-abalaram-a-igreja-catolica-10674047.html>>. Acesso em 30 de setembro de 2019.

Segundo Pinto (2010), a discussão sobre pedofilia é uma das mais importantes no catolicismo hoje em dia. Para ele, a questão não é propriamente nova, pois a pedofilia não aumentou, ele acredita que o que aumentou foi a percepção e a aversão a ela, o que é um fato positivo quando se fala sobre o crime.

Pinto (2010) acredita que existem três coisas importantes a serem discutidas e que acabaram por se tornar mitos quando se discute a pedofilia e sua relação com o clero.

A primeira questão diz respeito á prevalência: não há mais pedófilos entre o clero que entre a população em geral. (...) O segundo mito tem relação direta com esse primeiro: se não há mesmo uma prevalência maior de pedófilos entre o clero, então não há também qualquer conexão direta entre o celibato e a pedofilia, como gostariam de acreditar alguns. Tivesse, de maneira geral, o celibato alguma relação com a pedofilia, deveríamos encontrar entre os celibatários um número maior de pedófilos, o que não ocorre. O terceiro mito é uma possível relação entre o comportamento pedofílico e a homossexualidade. Embora houvesse, no princípio dos estudos sobre esse tema, a crença de que se encontraria uma prevalência de homossexuais entre os pedófilos, inúmeros estudos hoje demonstram que, pelo contrário, a maioria dos pedófilos provavelmente é heterossexual (PINTO, 2010, p. 04).

Uma pesquisa realizada pela Rede Nacional Primeira Infância, em 2011, no Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo¹⁵ afirma que 88% das violências sexuais infantis praticadas, o agressor faz parte do círculo de convivência e confiança da criança. Em alguns casos, principalmente em comunidades carentes, o padre é visto pelas famílias como uma representação divina, alguém que inspira confiança e, muitas dessas famílias, confiam seus filhos a participarem de ciclos sociais da Igreja.

Sua traição é mais traiçoeira – ela é humana e simbólica, ela fere a confiança no humano e a confiança no mistério. Por mais que, estatisticamente, haja tantos padres pedófilos quanto leigos pedófilos, a pedofilia do padre é mais ofensiva e mais lesiva. Por isso é vivida como se fosse mais frequente. Ela não é mais frequente, é mais pungente (PINTO, 2010, p. 05).

Os três últimos papas tiveram posturas diferentes nos escândalos de pedofilia na Igreja. João Paulo II (1978-2005) foi criticado por acobertar os crimes sexuais cometidos pelo padre mexicano, Marcial Maciel, fundador da Congregação Legionários de Cristo. Bento XVI (2005-2013) foi denunciado em 2011 ao Tribunal de Haia por proteger os sacerdotes que abusaram sexualmente de jovens, após o ocorrido ele excomungou 394 padres. Francisco (2013) criou um tribunal para julgar bispos que mantiveram em sigilo os padres acusados de crimes sexuais contra menores.

Em relação à pedofilia na Igreja, ela pode ser apresentada em três aspectos: teólogos, morais e criminais. Em 2019, o Fantástico, programa dominical da Rede Globo, trouxe uma

¹⁵ Disponível em <<http://primeirainfancia.org.br/maioria-das-criancas-sofre-abuso-sexual-do-pai-ou-padrasto/>>. Acesso em 03 de julho de 2019.

matéria especial falando sobre pedofilia, exploração e abuso sexual envolvendo a Arquidiocese da Paraíba. Os desdobramentos são frutos da série de matérias que o Jornal da Paraíba realizou entre os anos de 2013 e 2016. A repercussão da notícia em rede nacional, onde afirma que padres da Igreja católica do estado estavam envolvidos com o crime, foi objeto de discussões em redes de conversa dentro e fora da igreja. Dines (2010) acredita que “a explosão do noticiário sobre pedofilia não é fruto de conspiração contra o Vaticano, como alegam alguns fanáticos. É fruto de um represamento que se tornou insustentável”.

Na sociedade moderna, obrigatoriamente aberta e participantes, crimes não podem ser mantidos eternamente sob o manto de segredo. (...) A avalanche que hoje assistimos é mera consequência de anos de acumulação de sigilo. Sigilo e complacência. Complacência e impunidade (DINES, 2010).

Em fevereiro de 2019, o Papa Francisco participou de reunião histórica para discutir a luta contra a pedofilia nas Igrejas e se comprometeu a combater os casos de abuso sexual com a “máxima seriedade”. Na sala Regia do Vaticano, onde foi realizada a reunião, estavam líderes das 114 conferências episcopais do mundo, secretários de congregações, cardeais e bispos.

3 JORNALISMO E REALIDADE

Considerada que as notícias são como são porque a realidade assim as determina, a Teoria do Espelho levanta a discussão sobre o dever do jornalismo e sua transcrição da realidade.

Tida como a mais antiga das teorias do Jornalismo, ela foi desenvolvida no século XIX e surgiu no contexto de mudanças que a imprensa passava nos Estados Unidos. Durante o período, surgiram jornalistas e estudiosos que acreditavam que a imprensa é o espelho do real, que as notícias só são notícias por refletirem exatamente a realidade, colocando o jornalista como um ser estritamente profissional, deixando sua sensibilidade, humanidade lado, seria alguém absolutamente observador, desinteressado e isento dos fatos. Sobre o reflexo que a Teoria do Espelho poderia ocasionar nos profissionais da comunicação Traquina (2005, p. 147) acredita que partindo desta premissa, “o jornalista é um comunicador desinteressado, isto é, um agente que não tem interesses específicos a defender que os desviem de sua missão de informar, procurar a verdade, contar o que aconteceu, doa a quem doer”.

Um dos princípios básicos desta teoria é a separação dos fatos das opiniões do jornalista, concepção que podemos ainda encontramos durante o exercício do jornalismo no século XXI. O que se pregava ainda nos anos de 1700, no início da definição da Teoria do Espelho, é que assim como a fotografia, o jornalismo tinha a obrigação de transmitir apenas a verdade ao público, sem se envolver emocionalmente ou passar informações através do seu ponto de vista, apenas relatar o fato.

Esta teoria, inspirada no positivismo do filósofo francês Auguste Comte, defende a ideia da objetividade no jornalismo, e acredita que o jornalista é um comunicador que conta a verdade sempre, “doa a quem doer”, sem se preocupar com as consequências dos desdobramentos da notícia.

Essa ideia cai por terra se levar em conta que existe contato do jornalista com os fatos, além da utilização de técnicas para se conseguir apurar as informações. De um lado, temos esses que defendem a notícia como um espelho da realidade e do outro temos os que pensam a notícia como uma construção da realidade (VASCONCELOS, 2011).

Para Alsina (2009, p. 18) a atividade jornalística pode ser entendida como “um papel socialmente legitimado para produzir construções da realidade que são publicamente relevantes”. Desta forma, o jornalista tem a obrigação de relatar os acontecimentos, reproduzir os temas importantes para que só assim possa atribuir-lhes sentido.

Segundo Lobo (2013), “o verdadeiro papel do jornalista é, e sempre foi, fazer pensar”. É desta forma que ele desconstrói a ideia que o jornalismo trabalha apenas com a produção de conteúdo, para dizer que o jornalismo é um construtor social que oferece à sociedade uma reflexão para incentivar a construção de suas próprias ideias.

Em sociedades modernas, o jornalismo tem participado ativamente na mediação das pessoas com a realidade ao seu redor. Muitas vezes, por relatar os acontecimentos, ele pode se confundir com a única realidade possível, mas, na verdade, ele é apenas um recorte do que se passa na sociedade. Na prática, o jornalista deve seguir com o método e a ética para tentar aproximar cada vez mais a verdade dos fatos para a população. Para Medina (1982, p 22) a função do jornalista é “estabelecer pontes na realidade dividida, estratificada em grupos de interesses, classes sociais, extratos culturais e faixas até mesmo etárias”.

Ijuin (2009, p. 32) lembra que “o respeito a este papel histórico [de construtor social] faz com que tenha destaque em documentos fundamentais dos profissionais de imprensa, como nos Princípios Internacionais da Ética Profissional no Jornalismo”. A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) possui um dos seus princípios sobre o tema.

Informação em jornalismo é compreendida como bem social e não como uma comodidade, o que significa que os jornalistas não estão isentos de responsabilidade em relação à informação transmitida e isso vale não só para aqueles que estão controlando a mídia, mas em última instância para o grande público, incluindo vários interesses sociais. A responsabilidade social do jornalista requer que ele ou ela possa agir debaixo de todas as circunstâncias em conformidade com uma consciência ética pessoal (ABI, 2009).

Apesar deste processo de construção social depender dos conteúdos e do discurso jornalístico, é necessário que o jornalista reconheça a participação ativa da sociedade na escolha de conteúdo, já que os receptores da notícia têm cada vez mais interagido com os profissionais no dia a dia.

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros classifica a profissão do jornalista como uma atividade social, que estabelece uma relação de responsabilidade com o público receptor da notícia.

Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que: I - a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente de sua natureza jurídica - se pública, estatal ou privada - e da linha política de seus proprietários e/ou diretores. II - a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público; III - a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão; IV - a prestação de informações pelas organizações públicas e privadas, incluindo as não governamentais, é uma obrigação social. V - a obstrução direta ou indireta à livre

divulgação da informação, a aplicação de censura e a indução à autocensura são delitos contra a sociedade, devendo ser denunciadas à comissão de ética competente, garantido o sigilo do denunciante (CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS, 2007, p. 01).

Desta forma, a responsabilidade social do jornalista é cumprir seu dever de receber a informação, checá-la e passá-la adiante de uma forma verídica ao seu público receptor. Com esta responsabilidade em relatar os fatos e trazer à tona assuntos que, muitas vezes, são silenciados por órgãos institucionais, estatais e privados, e podem não agradar aos detentores do poder.

Partindo desta premissa, alguns jornalistas são impedidos de realizar a cobertura de algum evento ou noticiar determinada informação que possa ser entendida como prejudicial para a obtenção de lucros empresariais. Um desses exemplos, sem nos aprofundarmos no assunto, é a relação da interferência do setor comercial nas redações jornalísticas. Muitas matérias deixam de ser publicadas devido ao vínculo de determinada empresa com a empresa de comunicação.

De acordo com o Mapa das Religiões, divulgado em 2011, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), 80,25% da população paraibana é composta por católicos, ficando em terceiro lugar do Brasil com o maior número de pessoas que são adeptas dessa fé, chegando a contabilizar três milhões de fiéis.

Foi com a responsabilidade de informar ao público o crime que envolvia a Igreja Católica, que a repórter do Jornal da Paraíba, Valéria Sinésio, deu início a uma grande cobertura sobre os casos e a ligação do então Arcebispo da época, Dom Aldo Pagotto, com os crimes.

Desta forma, o escândalo sexual envolvendo a Arquidiocese repercutiu em toda a sociedade. Segundo Valéria, alguns agiram de forma positiva em reconhecer o trabalho e a ética da repórter, em contrapartida, outros acharam um absurdo a “calúnia” que o veículo de comunicação estava espalhando sobre a Igreja.

Com o objetivo de manter a responsabilidade em divulgar as informações verídicas sobre o assunto e informar à sociedade o que acontecia por trás dos muros da Igreja Católica, a repórter deu início a um trabalho minucioso.

O jornalista é, ao mesmo tempo, funcionário de uma empresa capitalista, responsável pela produção de uma mercadoria (a notícia) submetida às leis de mercado; e uma espécie de contra-poder, cuja autoridade, delegada pela sociedade, lhe permite fiscalizar as instituições em nome do interesse público (PEREIRA, 2004).

Durante o exercício do jornalismo, Ijuim (2009, p. 35 apud MEDINA. 1982, p.23) acredita que “[...] para rastrear o maior número de versões, na busca incessante de uma verdade inatingível, na solidariedade aberta a fatos que tenham alguma coisa a falar, o jornalista constrói a realidade.”

Se é assim, o jornalista não executa simples técnicas de investigação e redação, mas desenvolve apurada e cuidadosa habilidade de ver o mundo [sentir-se com o mundo]. Da mesma forma, ao concluir sua reportagem, o profissional não apresenta apenas um relato sobre fatos, pois o que viu, ouviu, sentiu e vivenciou foi processado pela sua inteligência e pelos seus sentimentos – um processo de atribuição de significados. Ele apresenta uma narrativa viva, uma construção da realidade, mediada pelo social (IJUIM, 2009, p. 35)

Para HALL (1999, p.226), esta maneira do jornalista encarar a realidade, trazer sua narrativa e envolver-se diante dos fatos que lhe foram narrados e apresentados, é uma forma deles não permitirem que “[...] os acontecimentos permaneçam no limbo do aleatório, mas que sejam trazidos aos horizontes significativos.”

Desta forma, o jornalista cumpre o seu papel de construção social cotidianamente quando tem um papel formador e de conscientização da população. Pois é de sua responsabilidade ir a fundo e transmitir as informações de maneira que a sociedade possa tomar conhecimento.

Utilizando os veículos de comunicação, o jornalista manifesta seu pensamento e seu posicionamento em relação aos fatos, por isso, este profissional deve ser coerente com aquilo que acredita, e acima de tudo, deve ser atento a conduta ética que cerca os profissionais da comunicação. Essa responsabilidade pode ser ampla, mas, as pessoas merecem ser bem informadas sobre os acontecimentos, o que deve contribuir para que elas se tornem cada vez mais esclarecidas e motivadas a cumprir o seu papel enquanto cidadã.

3.1 O que é a notícia?

Considerada uma das teorias do jornalismo mais antiga, a Teoria do Espelho surgiu nos anos de 1850. Ela considera que o profissional deve ser um mediador das informações desinteressado e isento, apenas um observador da realidade capaz de descrever os fatos. Porém, com a chegada da Teoria do Newsmaking, o conceito de construção e reprodução da realidade no jornalismo começou a ser caracterizado a partir de outros aspectos.

Indo em contrapartida da Teoria do Espelho, a Teoria do Newsmaking apresenta uma concepção de notícia que não reflete com fidelidade a realidade e se caracteriza como um instrumento da construção social. A teoria apresenta a forma que o jornalista pode enxergar a

produção da notícia de forma industrial, recebendo influência de diversos fatos durante sua construção.

O Newsmaking afirma que a notícia pode ser caracterizada como a construção da realidade, se opondo a Teoria do Espelho que classifica a notícia como o seu reflexo.

A marca mais importante das teorias produzidas dentro deste paradigma são as considerações acerca das rotinas de produção de notícia. Na lógica do *newsmaking*, a elaboração da pauta, a seleção das fontes e o trabalho de apuração, redação e circulação da notícia constituem elementos determinantes da operação de produção informativa. Trata-se de um processo que envolve também escolhas pessoais e direcionamentos político-editoriais e ideológicos (ANTONIOLLI; JÚNIOR, 2016, p. 44).

O newsmaking apresenta o processo pelo qual a informação pode passar até chegar ao conhecimento do receptor e os fatores presentes na sua produção. Para Hohlfeltd, Mratino e França (2001, p. 204) o newsmaking se refere ao termo “fazedores da notícia ou a criação da notícia”. Ele também tem como objetivo estudar a produção e os produtores da notícia, destacando a importância em saber de que forma a rotina jornalística pode influenciar e impactar durante a representação dos acontecimentos.

Os estudos sobre esta teoria procuram abordar todo o processo de construção da notícia e a forma que ela pode se tornar de interesse social, para que assim obtenha a atenção devida. Ela traz consigo a ideia da construção da realidade a partir do processo de produção do jornalista, que está sujeito a fatores externos, sejam eles pressão, rotinas e até os próprios critérios de noticiabilidade. O nosso dia a dia é marcado por diversos acontecimentos que podem nos afetar em pequena ou a grande escala, seja no aumento da conta de luz ou numa catástrofe nacional ou internacional.

A veiculação destes acontecimentos acontece através do que o profissional determinou que é a notícia. De acordo com Curado (2002, p.15) “notícia é a informação que tem relevância para o público. A importância de um acontecimento é avaliada pelo jornalista, que julga se o fato é notícia e se deve ser divulgado”.

Os conceitos de notícia são vários, cada teórico ou profissional a conceitua com diversos segmentos e várias características. Alguns a tratam como uma simples transcrição de um fato que ocorreu, outros a enxergam apenas como um produto (exclusivo) do jornalismo ou a encaram como uma forma de representação da realidade, mas, para muitos profissionais da área, a notícia pode também se caracterizar como um conjunto de fatores, a exemplo de uma transcrição da realidade através do olhar do profissional e até mesmo o olhar do próprio leitor.

O estudo da notícia faz parte da área de pesquisa em comunicação que se dedica a examinar os processos de produção dos meios ou newsmaking. O esforço de análise de uma questão de tal modo específica – a notícia e como se chega ao relato noticioso – serve a que compreendamos os tipos de articulação realizados durante a sua feitura ou como um fato se torna notícia (JORGE, 2006, p. 01).

Notícia significa informação a respeito dos acontecimentos, mudanças recentes, novidade, conhecimento do paradeiro ou da situação. Jorge (2006) acredita que as notícias podem ser classificadas sob diversos aspectos.

[...] por sua forma de apresentação, pelo conteúdo, pela estrutura – e segundo distintos ângulos de observação, como, por exemplo, a notícia em cada um dos meios de comunicação (rádio, jornal, revista, TV, internet). Elas podem ser objeto de consumo (mídia para as agências de publicidade, matéria paga nos veículos ou resultado de transações comerciais entre empresas); unidade discursiva (na literatura, retórica, ou lingüística); ou forma de transmissão cultural (na sociologia). No jornalismo, a notícia, além de aparecer como sinônimo de comunicação, informação, ainda é um gênero, por contraposição a outros (reportagem, artigo, coluna), e uma unidade básica de produção, que engloba um determinado *modus faciendi*, obedece a regras e oferece um certo resultado: o relato publicado. (JORGE, 2006, p. 02)

Em um mundo onde não para de ter acontecimentos importantes a cada segundo e que afeta alguém em algum lugar do mundo, qualquer meio de comunicação com um telejornal até mesmo de duas horas, portal ou rádio, é incapaz de trazer todas as notícias. O jornalista tem o papel de decidir quais são as ocorrências que merecem o destaque suficiente para informar ao público. Com o imediatismo da internet e o bombardeio de informações, a escolha da notícia é tida como um dos maiores desafios enfrentados pelos jornalistas do século XXI. Mas como o jornalista pode saber o que o público quer? Como escolher o acontecimento que prenda a atenção do público ao noticiar?

Vários autores são divergentes quando definem a notícia, Brandão (2006) acredita que a notícia não é um relato, mas sim uma construção que está relacionada e passa, obrigatoriamente, por três fases: a de produção, circulação e o consumo, pretendendo distrair o público enquanto os vende uma história, seja ela qual for de escolha do jornalista. Já Curado (2002) afirma que a notícia é apenas “a informação que tem relevância para o público”, mas nem sempre o jornalista agrada ao público quando veicula uma informação.

A notícia é um conceito aberto (...) [que] surge no fim de um processo, de uma manipulação que obedece não só a técnicas, mas a éticas. O momento fundamental desse processo é o inicial: aquele em que alguém que tem esse poder define (...), classifica, nomeia o que é notícia. Se o jornalismo é poder, ele reside aqui: apontar o que, em cada momento, em cada dia, é notícia. (FONTCUBERTA, 2010).

A linguagem da notícia é tida como uma linguagem simples, clara, concisa e acessível, utilizando vocabulário coerente e frases curtas, que possam ser acessíveis para todo o público. Para isso, no Brasil, se usa uma estrutura esquemática de se começar um texto jornalístico (notícia): o modelo clássico da pirâmide invertida. As primeiras informações são sempre o que pretende prender a atenção do consumidor (o famoso *lead*), depois as informações complementares e, por fim, uma finalização a respeito da informação principal.

Para Galarça (2007) a presença deste padrão privilegia as últimas informações a respeito do fato que está sendo narrado e prende a atenção do leitor.

[...] permite uma melhor organização textual e uma melhor cognição da recepção [...] Despertado a partir de uma informação prévia acerca da essência do acontecimento a ser narrado – exposta no título de cada matéria – o leitor busca, já nas primeiras linhas do texto, a resposta às perguntas essenciais (o quê, quem, quando, onde, como e por quê), um conjunto de informações jornalísticas que, apresentadas de maneira objetiva, serão responsáveis pela compreensão do fato e pela referência semântica do evento a ser narrado posteriormente (GALARÇA, 2007, p. 09).

É correto afirmar que a notícia é o produto dos meios de comunicação e a principal fonte de alimentação para o jornalismo. Mas como o profissional consegue decidir realmente o que é notícia? Quais são seus critérios? De acordo com o código deontológico do jornalista, a imparcialidade e objetividade é um dos principais fatores do jornalismo ético, pois é o jornalista que antes de qualquer análise do veículo de comunicação, decide o que pode ser relevante ou não para a sociedade.

Para Marcondes Filho (1986, p.13) “a notícia de hoje é como um produto, um artigo de consumo.” Desta forma, pode-se afirmar que a notícia dispõe de um valor que determina o seu potencial de receptividade do público. Da mesma forma que a publicidade vende seus produtos para consumidores em potencial, para o jornalismo é necessário produzir notícia que deixem em evidência o valor da informação para que desta forma possa ter o interesse do leitor de maneira atrativa. Marcondes Filho (1986, p.19) ainda acredita que a “notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais”.

Assim como uma roupa que se pode adquirir em uma loja, assim como uma fruta que se pode obter em uma quitanda, também notícias podem ser compradas. Elas não são somente produtos, como supõe a acepção mais ingênua. Elas são, de fato, "a forma elementar da riqueza no capitalismo (Marx); são mercadorias. São produzidas para um mercado real e encerram em si a dupla dimensão da mercadoria: o valor de uso e o valor de troca. Ao passar por uma banca de jornais, o indivíduo pode ser atraído para a aquisição de um periódico por força das promessas de satisfação de necessidades ou interesses que essa mercadoria contém. Da mesma forma que uma roupa, um alimento, um objeto de uso pessoal, também o jornal é produzido para a

venda. Uma informação pura e simples não é mercadoria. Para tanto é preciso que ela seja transformada em notícia. Um acidente só vira notícia se nele estiver envolvido alguém, que o jornal pretenda destacar, conforme suas intenções, positiva ou negativamente. O jornal, então, cria, a partir da matéria-prima informação, a mercadoria notícia, expondo-a à venda (por meio da manchete) de forma atraente. Sem esses artifícios a mercadoria não vende, seu valor de troca não se realiza (MARCONDES, 1986, p. 25).

Apesar de ter o poder de decisão para diferenciar o que deve ou não ser notícia, o jornalista também encontra dificuldades sobre o que realmente deve disputar o espaço no veículo de comunicação já que não há espaço para noticiar todos os acontecimentos. As respostas para suas prioridades na hora de dar a notícia, às vezes, estão atreladas ao perfil do veículo de comunicação do qual o jornalista trabalha e quais os seus interesses. Em um portal onde se é discutido política, a declaração de um político é mais forte do que um simples acidente em uma das principais avenidas da cidade. Já este mesmo acidente, pode ser manchete de um jornal onde a sua prioridade é passar a informação em tempo real sobre os famosos factuais.

A imprensa incorpora, como missão sua, a de ser os olhos da sociedade. Mas os jornalistas também entendem que devem seduzir os leitores pela importância do material que transmitem. E o que é atraente, agradável e bonito, pensam os jornalistas, pode atrair mais leitores. Ao mesmo tempo, existe consenso entre os profissionais da imprensa – nem que seja por instinto de sobrevivência – que é necessário lugar pela inclusão social, pelo aumento do número de pessoas que sabem ler e escrever e têm acesso à informação. [...] O jornalista lida com fatos e deve ter habilidade para classificar acontecimentos pelo nível de interesse ou impacto que causam no leitor, descartando os que concentram pouco ou nenhum valor jornalístico. [...] A esse talento especial geralmente se dá o nome de faro para a notícia. Tem faro quem sabe selecionar os melhores fatos e transformá-los em notícia (JORGE, 2006, p. 05).

Partindo desta premissa, pode-se afirmar que a notícia é um conjunto de fatores dos quais o jornalista procura estampar uma parte. Adicionando decisões no dia a dia, juntamente com sua experiência, para selecionar com os critérios de que forma ele pretende passar a informação para o público e o quanto aquilo pode ser relevante para a sociedade. Esses critérios podem determinar a qualidade da notícia e a receptividade do público, trazendo consigo a fidelidade dos leitores, telespectadores ou até mesmo ouvintes, para aquele determinado jornal.

3.2 Critérios de noticiabilidade

Um dos principais critérios de noticiabilidade é o fato ser uma novidade e gerar um impacto na sociedade, ou seja, assunto de interesse do público. Como definir qual interesse do

público? De que forma esses critérios podem ser utilizados para decidir o que será informado ao público e o que será descartado?

Os critérios de noticiabilidade também podem ser chamados de valores-notícia, que são os componentes que determinam a importância dos acontecimentos. Os valores somados tratam da seleção de acontecimentos até a conclusão do trabalho jornalísticos, que é o que define o que vai ou não chegar ao público receptor. Quais os acontecimentos que são considerados interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícia? São esses valores escolhidos que destacam a linha editorial de cada jornal.

Para caracterizar esses critérios, se faz necessário levantar uma discussão sobre quais critérios foram utilizados pelo Jornal da Paraíba durante a cobertura do caso de pedofilia que envolveu a Arquidiocese do Estado. Segundo Valéria Sinésio (2019) repórter do jornal da época, um dos principais fatores para desenvolver esta temática, foi o dever social que tinha como objetivo apresentar a sociedade que a pedofilia é crime, independente de ser cometida por um padre ou não.

Eu acredito que a cobertura do jornal foi fundamental para que as coisas tivessem um desfecho como teve, pelo menos publicamente. Como ao que tudo indica, dentro da Igreja essa situação já era conhecida, poderia ter esse desfecho, mas talvez ela chegasse com outra roupagem para o público caso não tivesse tido a cobertura. (SINÉSIO. Entrevista cedida à pesquisadora em 10 de janeiro de 2019).

Galtung e Ruge (1965) citados por Aguiar (2016, p. 54-55) identificam os valores-notícia e os classifica em 12 características:

I - O **primeiro** critério ele afirma que é construído pela frequência “a duração de tempo entre o momento em que o acontecimento se dá e o instante em que esta passa a adquirir significado”.

II - O **segundo** critério é a amplitude, o que significa que se “estabelece um paralelismo, [...] os autores consideram que quanto mais amplo for o sinal/acontecimento, maior será a sua audição/recepção”.

III - O **terceiro** valor é a clareza ou falta de ambiguidade, acreditado que “quanto mais claro e inequívoco for o sinal, maior será sua captação”.

IV - O **quarto** é correspondente a significância da notícia, “não só diz respeito à importância

<p>de um acontecimento, ou seja, ao impacto que este tem sobre o público, mas também à sua proximidade, nomeadamente a proximidade cultural.</p>
<p>V - Já a consonância foi elencada como o quinto critério, se caracterizando como “a facilidade com que se adapta um novo acontecimento a uma velha imagem mental pré-concebida, construindo assim, uma nova imagem a partir de um acontecimento passado”.</p>
<p>VI - A sexta classificação é relacionado ao inesperado, já que para os autores “os fatos mais inesperados são aqueles que melhor conseguem captar a atenção do auditório” e são os mais prováveis a se transformarem em notícia.</p>
<p>VII - O sétimo diz respeito a continuidade, caracterizado como “ a continuação como notícia de algo que já ganhou noticiabilidade graças à existência de um acontecimento anterior previamente noticiado”, o que no dia-a-dia das redações se caracteriza como o suiter, o que significa puxar diversas vertentes de algo que já aconteceu ou trazer os desdobramentos de um caso cuja relevância é discutida no âmbito editorial.</p>
<p>VIII- O oitavo critério refere-se à composição, o que eles denominam de “necessidade de equilíbrio dos noticiários que, perante o risco da rápida perda de valor das notícias, querem uma diversidade de assuntos abordados”.</p>
<p>IX e X - Já o nono e décimo critério, os autores afirmam a importância de noticiar acontecimentos que envolvem “elites” como interesse público, “uma vez que as ações das elites, sejam países ou pessoas, são geralmente vistas como mais importantes do que as atividades levadas a cabo por terceiros”.</p>
<p>XI - O décimo primeiro traz como característica a personalização, definido como “a referência das pessoas envolvidas nos acontecimentos”, os autores defendem que “as ocorrências noticiadas são vistas como consequência das ações dos sujeitos implicados”.</p>
<p>XII - E para encerrar as doze classificações de valores-notícias identificadas pelos autores, o décimo segundo critério fala sobre a negatividade do acontecimento, “as notícias negativas acabam por prevalecer sempre em termos de interesse sobre as notícias positivas”.</p>

Partindo desta premissa de classificação dos critérios de noticiabilidade proposto por Galtung e Rulge (1965) citados por Aguiar (2016), podemos afirmar que o Jornal da Paraíba utilizou pelo menos quatro critérios para noticiar os crimes de pedofilia que aconteciam dentro do clero. O primeiro critério a ser identificado, foi o quarto, que fala sobre a “significância”, o impacto que assunto tem sobre o público e sua proximidade cultural. O Jornal da Paraíba utilizou este critério após a empresa notar a relação que o público teve com a recepção da notícia, ou seja, “sua proximidade” com o âmbito que ali estava sendo exposto, o ambiente Católico. O tema que tratava de um crime cometido por padres contra crianças e adolescentes gerou impacto social e na mídia local.

Outro critério encontrado na cobertura do jornal, foi o sexto classificado por Galtung e Rulge (1965) como o “inesperado”. Para os autores, os fatos mais inesperados são os que possuem mais capacidade de captar a atenção do público e, conseqüentemente, são capazes de se transformarem em grandes notícias. O fato é que, com a visão que a população possui pela Igreja Católica, é inesperado que uma denúncia surja contra a instituição que prega conduta social moral.

A Igreja Católica é considerada um dos maiores poderes diante a sociedade, devido a um grande histórico cultural e moral estabelecido desde o início de sua fundação. Desta forma, o nono e décimo critério de noticiabilidade identificado por Galtung e Rulge (1965) é encontrado na cobertura do Jornal da Paraíba quando os autores classificam que “as ações das elites são vistas como mais importantes do que as atividades levadas a cabo por terceiros”, classificando a notícia sobre a igreja uma maneira de chocar e prender a atenção do público com a chegada da informação.

Já o último critério identificado dentro da cobertura do Jornal da Paraíba, classificado por Galtung e Rulge (1965) como o décimo segundo critério, a “negatividade”. Fala sobre as notícias negativas acabarem prevalecendo sempre em termos de interesse sobre notícias positivas, como foi o caso da cobertura sobre pedofilia, onde identificavam crimes cometidos por padres dentro da Arquidiocese do Estado.

Desta forma, após definirmos o que são os critérios de noticiabilidade e identificarmos de que forma eles foram trabalhados na cobertura do jornal, de acordo com a classificação dos autores Galtung e Rulge (1965), podemos concluir que a jornalista tornou suas decisões e seleções baseada em algo comum e natural à sua rotina, sem precisar necessariamente de tempo extra para desenvolver os seus critérios de noticiabilidade.

3.3 A ética jornalística e a relação de repórter e fonte

Todo jornalista acredita que uma boa fonte pode lhe render vários importantes furos de notícias que podem chegar à primeira página do jornal. Uma fonte confiável é o caminho para uma boa e qualificada apuração jornalística. Desta forma, ela se torna peça fundamental durante a produção de uma notícia. Para Grandim (200, p.79) entende-se como fonte “qualquer entidade detentora de dados que sejam susceptíveis de gerar uma notícia”.

É comum que a fonte não queira revelar sua identidade para não comprometer sua vida pessoal ou sofrer constrangimentos profissionais, porém quando sua identidade não é revelada, o jornalista pode ser questionado se aquela informação publicada no jornal é ou não verdadeira, já que sua fonte está anônima. Segundo Cornu (1999, p.86), o sigilo protege explicitamente a fonte, ou seja, “o jornalista que recebe informações a título de confidencial é autorizado pela deontologia a servir-se delas, desde que não revele sua origem”.

A relação ética entre a fonte e o jornalista foi o ponto central para Valéria Sinésio durante os desdobramentos do caso de pedofilia. Foi sua relação com as fontes e a confiança ali estabelecida que a repórter conseguiu uma cobertura exclusiva com informações privilegiadas de quem convivia dentro da Igreja Católica ou conhecia vítimas dos abusos ocorridos na Instituição. Esta relação entre o jornalista e sua fonte torna possível a construção de matérias singulares, inéditas.

Um dos primeiros ensinamentos da graduação em jornalismo é que a fonte quando não deseja ter sua identidade revelada, é dever do jornalista preservá-la. Independente da pressão dos chefes, públicos ou até mesmo personagens afetados diretamente na matéria devido às declarações de sua fonte, que quis permanecer anônima, é obrigação do jornalista manter sua identidade em sigilo.

Para manter este bom relacionamento, é necessário que o jornalista investigue tudo o que ela diz, se ela não quiser ser identificada, que os seus desejos sejam realizados e que ela se sinta à vontade para soltar a informação obtendo a garantia que sua identidade não será divulgada. O essencial, nestes casos, é fazer com que a fonte se mantenha confortável o suficiente para acreditar que o jornalista ou o seu veículo de comunicação irá atender aos seus desejos como fonte oficial.

Os contactos pessoais do jornalista, as suas fontes privadas cuja confiança ele conquistou ao longo do tempo; e o público em geral, através de cartas, alertas, e telefonemas muitas vezes anónimos, contribuem também para o cabedal de informações diárias do jornal (GRANDIM, 2000, p. 81-82).

Um dos maiores conflitos vividos pelos profissionais da imprensa após as denúncias contra a Arquidiocese se referia ao sigilo da fonte. O trabalho ficou sob suspeição em virtude da impossibilidade ética de revelar as fontes, chegaram, até mesmo dentro da redação onde a equipe que cobria o fato atuava, a dizer, segundo nossa entrevistada que, por não terem os nomes das fontes revelados, as informações publicadas no Jornal da Paraíba não eram verídicas. Ressaltamos, porém, não existe uma norma jurídica no Brasil que obrigue o jornalista a quebrar o sigilo da fonte.

Desta forma, vários questionamentos éticos envolvem a relação. Até onde vai a proteção da fonte? Como saber quando as fontes não utilizam desta “proteção” para aproveitar o sigilo e difamar ou caluniar outra pessoa? Segundo o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2008) “é direito do jornalista resguardar o sigilo da fonte”, amparado pela Constituição Federal (BRASIL, 2010) que assegura “o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício da profissão”. Partindo desta premissa, subentende-se que o profissional da imprensa quando decide omitir a fonte, fica totalmente responsável pelo o que foi revelado por ela, chegando a responder civil e criminalmente.

Para isso, o repórter tem o dever de publicar a informação apenas quando checada e ter total confiança na sua fonte. Para Christofolletti (2008, p. 41) “não se faz jornalismo sem fontes de informação, assim como não se tem notícias sem apuração, checagem de dados e confirmação de versões”.

Para produzir um conteúdo jornalístico relevante é necessário saber quais fontes localizar, escolhendo de que forma você pretende utilizá-la em função do trabalho que irá executar. Para Grandim (2000, p. 85) elas devem ser selecionadas e avaliadas antes de publicar uma matéria com as suas informações. Para a autora, existem alguns princípios que devem ser seguidos para o jornalista estabelecer um bom relacionamento com elas.

Em primeiro lugar, a recolha de informação deve ser sistemática, rigorosa, todos os dados – especialmente em assuntos delicados – devem ser cuidadosamente verificados e, se possível, quando não houver testemunho directo por parte do jornalista, confirmados por outras fontes. O jornalista deve recolher sistematicamente a informação de que vai necessitar na realização do trabalho, e por isto, entende-se que deve ter já pré-definido quem, quando, e por que ordem contactar para construir uma notícia. Mas não só. Também deve saber do que anda à procura, e preparar cuidadosamente as entrevistas a realizar, documentando-se e esboçando mentalmente as perguntas que deseja ver respondidas, sob pena de poder vir a ser manipulado (GRANDIM, 2000, p. 85).

A jornalista Valéria Sinésio, durante a realização de sua segunda matéria dentro do Seminário Católico, teve acesso a outras fontes através de sua fonte inicial. Ou seja, ela selecionou sua rede de contatos para a construção desta matéria que a rendeu diversas

informações para investigar e realizar outras matérias adiante. Para Grandim (2000, p. 85), neste momento “não é hora de entrar em greve de zelo. Deve, caso o assunto o justifique, realizar também esses contatos.”

Quando se divulga uma informação dita por uma fonte, ela deve ser referenciada, ainda que anônima, mas todas as informações prestadas devem claramente ser atribuídas a ela no corpo do texto, mesmo sob sigilo da sua identidade. Em alguns casos, como o de Valéria, em que havia poucos documentos, foi necessário - pela delicadeza que envolvia o assunto - ser discutido com a chefia se aquela informação realmente seria publicada, devido ao anonimato da fonte. Todas as matérias publicadas no Jornal as informações só foram divulgadas após checagens com instituições competentes.

Grandim (2000, p. 86) afirma que esta situação pode se assemelhar ao que é classificado por *off the record*, momento em que “a fonte não pode ser identificada, e as informações que presta não podem ser publicadas” sem checagem, para isso é necessário que “o jornalista tente confirmar as informações recebidas por meio de outras fontes - isto é, começar a investigar”.

Apesar da necessidade de manter um bom relacionamento e de confiança com a sua fonte, é indispensável que o jornalista obtenha cuidados com as rotinas e esses laços, para que os contatos não sejam feitos demasiado e evitem uma proximidade que possa comprometer seu exercício profissional.

Nunca é demais lembrar: as relações com a fonte não são de amizade, mas sim relacionamentos profissionais, moldados por interesses dos dois lados. Jornalistas querem informações; fontes querem dar suas versões, vê-las em público. Jornalistas devem orientar seus esforços pelo interesse público, que muitas vezes colide com os desejos das fontes de informação, geralmente guiadas por interesses privados. Essa é portanto, uma relação tensa ou que pode vir a sê-la (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 43).

Apesar da cordialidade, as fontes devem ser tratadas com certas barreiras, o jornalista deve impor limites na sua relação com elas para que não atrapalhe o desenvolvimento da sua matéria e nem comprometa o conteúdo por amizade. Ela deve saber que o relacionamento, pelo menos no setor de trabalho, deve ser apenas profissional, em razão da credibilidade da informação.

Desta forma, podemos concluir que por mais que um jornalista tenha um bom relacionamento com sua fonte, esta zona deve ser restrita ao profissionalismo, que apesar de ouvir e entender a sua fonte, o profissional deve checar a informação, ouvindo outras fontes, para ter autonomia para publicar a notícia.

4 RASGANDO O VÉU: A COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE PEDOFILIA NA IGREJA CATÓLICA

Durante os anos de 2013 até 2016, o Jornal da Paraíba, em sua versão impressa, veiculou matérias sobre os escândalos envolvendo pedofilia e abuso sexual na Arquidiocese do Estado. Um dos principais suspeitos em acobertar os acontecimentos dentro do clero era o então arcebispo Dom Aldo di Cillo Pagotto. O caso ganhou repercussão durante a série de reportagens veiculadas no jornal durante os três anos, um dos fatos que pode ter influenciado na renúncia do ex-arcebispo do Estado.

Foi no mês de agosto de 2013 que a repórter Valéria Sinésio conversava ao telefone com o arcebispo sobre um assunto “corriqueiro”, nada relacionado algum escândalo sexual. Durante a conversa, a jornalista questionou Dom Aldo sobre a conduta de padres dentro das igrejas católicas do estado e se havia algum suspeito de cometer pedofilia na Paraíba.

Eu não lembro exatamente como chegamos nesse assunto, mas eu perguntei se haviam padres afastados por pedofilia, perguntei de forma bem direta e ele me disse que sim, que haviam dois padres afastados da Igreja e que o crime já havia sido comunicado ao Ministério Público da Paraíba (MPPB). Logo em seguida, após desligar, comuniquei a minha editora, na época era Angélica Lúcio e claro, a notícia rendia uma manchete. Afinal de contas, era o arcebispo dizendo que a Arquidiocese tinha dois padres afastados por suspeita de pedofilia (SINÉSIO, entrevista concedida à pesquisadora em 25 de março de 2019).

A primeira matéria foi publicada no dia 20 de agosto de 2013, na notícia a repórter Valéria Sinésio relatava os casos dos dois padres que foram afastados de suas funções por estarem sendo acusados de pedofilia e trazia informações do MPPB juntamente com uma fala de Dom Aldo sobre comportamentos inadequados de padres dentro da Igreja. Na matéria se relatava, além dos dois padres já mencionados, que havia mais três sacerdotes afastados de suas funções, o que não significava que todos eram por denúncias de pedofilia.

Quando a matéria foi veiculada como manchete do dia no jornal, houve uma intensa repercussão sobre o assunto. De acordo com Valéria, por ter sido um dia de semana que a matéria foi publicada, a matéria terminou rendendo para todos os outros veículos de comunicação.

Programas de rádio, outros veículos e até o pessoal da própria empresa tentando confirmar. Alguns perguntando como tinha sido, outros vibrando porque a matéria tinha saído e todos viram como foi meu processo de apuração para ela. Até tentaram me desqualificar como profissional. Mas a partir do momento que MPPB confirmou, não havia como questionar a existência dessas denúncias (SINÉSIO, entrevista concedida à pesquisadora em 25 de março de 2019)

Um ano após a primeira matéria, que trazia pela primeira vez o escândalo de pedofilia na Arquidiocese da Paraíba, em agosto de 2014, Valéria realizou uma visita ao seminário católico de João Pessoa. A ideia da pauta era falar sobre a queda do número de católicos na Paraíba, de acordo com pesquisa do IBGE, divulgada na época, que falava sobre as religiões no Brasil.

Valéria relata que na época algumas pessoas que já haviam passado pelo seminário, teriam confessado a ela coisas a respeito da postura adotada não condizia com a postura da Igreja Católica na sociedade.

Isso foi questionado ao reitor do seminário e logo após contatei duas pessoas, se não me engano. [...] Tem outro fato importante nessa fase da segunda matéria, eu conversei com um padre e o padre me indicou outra pessoa também. Isso foi falado o tempo inteiro para a edição, até porque não fui eu quem escolheu a pauta, eu não sugeri, eu só corri atrás das coisas e quando encontrei, como tinha esses relatos, eu falei para a editora. Mas a todo momento tudo foi discutido em conjunto. (SINÉSIO, entrevista concedida à pesquisadora em 25 de março de 2019)

Das quatro matérias assinadas por Valéria Sinésio sobre o assunto, uma delas foi a que mais teve repercussão no Estado, a que foi veiculada no dia 30 de agosto de 2015 e trazia Dom Aldo como suspeito de silenciar e acobertar padres que cometeram o crime de pedofilia e a suspensão de seus poderes pelo Vaticano.

Figura 1 Capa do Jornal da Paraíba da edição do dia 30 de agosto de 2015¹⁶



¹⁶ Disponível em <http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/investigado-dom-aldo-tem-poderes-suspensos-pelo-vaticano.html>. Acesso em 03 de outubro de 2019.

Figura2 - Jornal da Paraíba da edição do dia 30 de agosto de 2015

PADRES AFIRMAM QUE DOM ALDO ESTÁ PROIBIDO DE ORDENAR

Valéria Sinésio

Pode celebrar missa e casamento, mas não pode ordenar padres e diáconos. É com essa limitação que o arcebispo dom Aldo Pagotto continua à frente da Arquidiocese da Paraíba, onde chegou no ano de 2004. Quem revela essa restrição é um grupo de padres, que pediu o anonimato para esmiuçar o que acontece nos bastidores da Igreja Católica na Paraíba. Dom Aldo estaria proibido de ordenar presbíteros e diáconos, desde o início deste ano, por determinação do Vaticano.

A crise no clero da Paraíba não se instalou da noite para o dia. Segundo um padre que não quis se identificar, a insatisfação com o arcebispo foi crescendo ao longo dos anos. O ápice se deu em 2013, quando ocorreu uma visita canônica, ocasião na qual um representante do Vaticano veio a João Pessoa com a missão de

ouvir os religiosos sobre a realidade vivida na Arquidiocese da Paraíba. Ao todo, 26 padres prestaram depoimentos contrários à conduta de Pagotto.

A visita canônica ou visita apostólica é uma iniciativa da Santa Sé, que prevê o envio de um representante – visitador apostólico – para avaliar um instituto eclesial, como uma diocese. No caso da Paraíba, o visitador apostólico foi o então arcebispo de Garanhuns (PE), dom Fernando Guimarães, hoje arcebispo da Diocese Militar em Brasília.

Um relatório foi feito e se transformou em um processo que tramita na alta cúpula da Igreja. No início deste ano, segundo o grupo de padres, dom Aldo foi a Roma prestar esclarecimentos sobre as investigações envolvendo seu nome. A expectativa, de acordo com o grupo que conversou com o JORNAL DA PARAÍBA, é de que o Vaticano emita um parecer sobre a situação até no-

vembro próximo, que pode ser, inclusive, a saída de dom Aldo.

A reportagem procurou a Nunciatura Apostólica, em Brasília, onde foi dito que o órgão não presta informações sobre nenhum processo, independentemente de sua natureza. A Nunciatura, que representa o Vaticano no Brasil, recomendou procurar a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que, por sua vez, não enviou resposta ao que foi solicitado.

As reclamações são muitas, mas o pedido dos religiosos é claro: eles querem a saída do arcebispo. A principal queixa contra Pagotto é a falta de diálogo e a tomada de decisões de forma unilateral. "Ele não ouve ninguém, não consulta quem deve ser consultado. É um bispo que se considera dono da Igreja", reclama um dos padres. Nem mesmo o Conselho Presbiteral participaria das decisões do arcebispo, segundo o grupo.

Suspenso de ordenar, dom Aldo tenta se defender do que classifica de 'denúncias infundadas'. A Arquidiocese da Paraíba rebate a informação e diz que isso não existe.

Contudo, revela que não há previsão de nova ordenação. A decisão de ordenar presbíteros e diáconos é exclusiva do bispo, segundo os regulamentos da Igreja Católica. Em outras palavras: é o bispo quem decide quando deve ordenar novos padres e diáconos, quando achar que eles estão prontos para isso, sem ter que se alongar nas explicações. A arquidiocese pede provas em relação às denúncias.

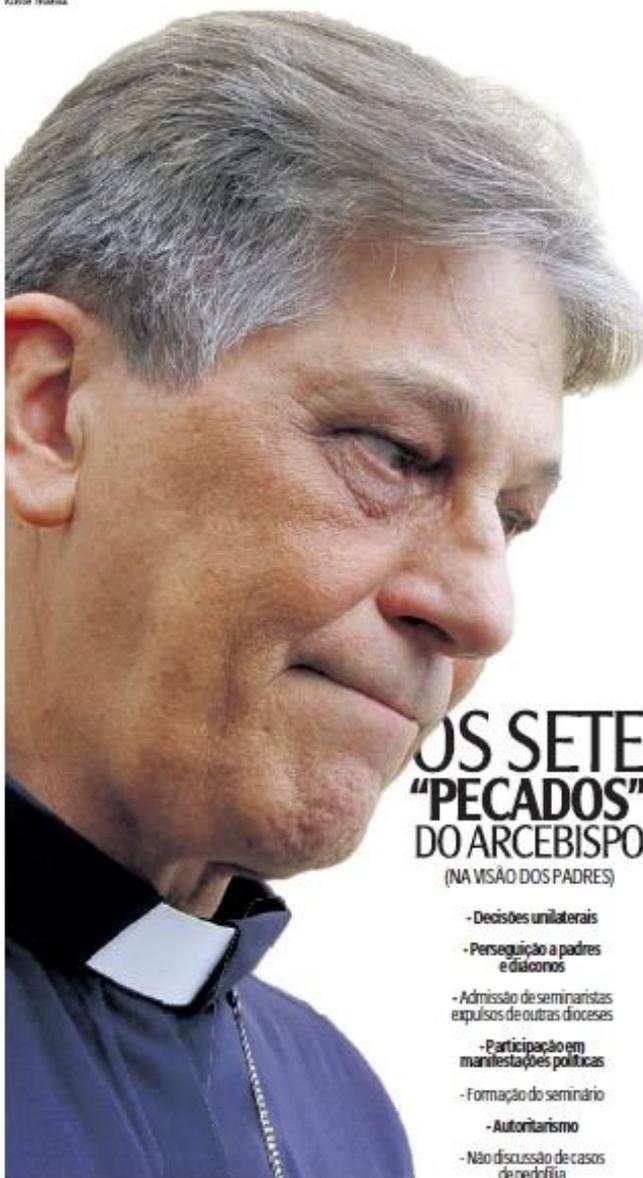
Procurado pela reportagem

para dar sua versão, o arcebispo limitou-se a dizer a seguinte frase: "Isso de novo? É tudo calúnia". Depois disso, todas as respostas foram dadas pela assessoria de imprensa da Arquidiocese da Paraíba.

Continua na Página 10

Figura 3 Jornal da Paraíba da edição do dia 30 de agosto de 2015

KLEVER TRAVASSA



OS SETE "PECADOS" DO ARCEBISPO

(NA VISÃO DOS PADRES)

- Decisões unilaterais
- Perseguição a padres e diáconos
- Admissão de seminaristas expulsos de outras dioceses
- Participação em manifestações políticas
- Formação do seminário
- Autoritarismo
- Não discussão de casos de pedofilia

RELIGIOSOS CRITICAM PRESENÇA DO BISPO EM PROTESTOS

Valéria Sinésio

Dividido, o clero da Paraíba vê dom Aldo como "o bispo que não deu certo". O ministério dele não é aprovado, assim como suas atitudes. Recentemente, a presença do arcebispo nas manifestações de rua pedindo impeachment da presidente Dilma Rousseff foi vista como uma afronta ao que prega a Igreja. Ironicamente, o bispo que vai às ruas pedir a saída da presidente, enfrenta o pedido de impeachment dentro de sua própria Igreja.

Os padres lamentam o envolvimento de Pagotto em escândalos. "A presença de dom Aldo em manifestações de rua arranha a imagem da Igreja, e isso não é visto. Ele não representa a Igreja nesses e em muitos outros momentos", declara um dos párocos. Os religiosos

esperam de flama uma solução: a saída de dom Aldo.

Um bispo de decisão forte, que enfrenta as denúncias sem se abalar. É assim que a Arquidiocese da Paraíba descreve dom Aldo Pagotto, que completa 66 anos no próximo dia 16. Há 11 anos na Paraíba, depois de ser bispo em Sobral, no Ceará, ele rebate as denúncias. Afirma que são infundadas e sem lógica. Nega que esteja proibido de ordenar presbíteros e diáconos e diz que o calendário de ordenação segue normalmente. A última aconteceu em dezembro do ano passado, mas a próxima ainda não tem data prevista.

Segundo a Arquidiocese, o arcebispo consulta os conselhos presbiteral e pastoral, mas sua decisão é soberana, conforme preveem as normas da Igreja. As reuniões acontecem

normalmente. A última delas, com o conselho pastoral, foi realizada no dia 22 de agosto. É durante essas reuniões que surgem discussões como, por exemplo, a transferência de padres de uma paróquia para outra. O objetivo dessa mudança, explica a Arquidiocese, é para evitar comodismo entre os padres.

Pagotto não esconde que vai às ruas durante as manifestações. Mas diz que o intuito é o de pedir ética e transparência na política. Embora já tenha sido visto ao lado de lideranças políticas durante o tempo em que está na Paraíba, ele afirma que não se envolve com política partidária. Pagotto não vê problema, por exemplo, em "se vestir" com a bandeira do Brasil e se juntar a outros manifestantes que pedem a saída da presidente.

O QUE DIZEM OS PADRES

- “Pensei que a situação não chegaria a esse ponto. E realmente não chegaria, desde que houvesse diálogo.”
- “Nós, padres, falamos no anonimato porque temos medo da perseguição dentro da Igreja. As pessoas dizem que há intervenção na Arquidiocese da Paraíba e negam, mas o bispo está, sim, com seus poderes limitados.”
- “Acho que ele (dom Aldo) deveria se explicar sobre tantas denúncias envolvendo seu nome. É preciso tratar disso publicamente. As atitudes dele maculam a imagem da Igreja como um todo.”

Figura 4 Jornal da Paraíba da edição do dia 30 de agosto de 2015

ARQUIDIOCESE VIVE UM 'RACHA'

Valéria Sinésio

Falta de comunhão e dispersão de padres. Esse é o cenário atual da Arquidiocese da Paraíba. Segundo o grupo de padres que conversou com o JORNAL DA PARAÍBA, embora a situação seja crítica, a recomendação é que os religiosos evitem comentar assuntos dessa natureza fora da Igreja. Há uma clara e forte divisão na Igreja Católica da Paraíba: os que apoiam dom Aldo e os que o condenam.

A postura do arcebispo, segundo o grupo contrário, não condiz com as atitudes de um bispo, que, na doutrina católica, representa o sucessor dos apóstolos, como Pedro e João.

Outro padre que não quis se identificar conta que a Ar-

quidiocese vive um caos.

"A capacidade evangelizadora da Igreja está comprometida com um clero desunido e distante. Pagotto perdeu a credibilidade da sociedade e dos religiosos", afirma.

Ele diz que sente saudades do tempo de dom José Maria Pires e dom Marcelo Carvalheira, antecessores de Aldo. Com tantos problemas que os padres dizem ter, houve uma falência pastoral.

As críticas a dom Aldo incluem as de que ele permitiu a vinda de seminaristas que teriam sido expulsos de outras dioceses.

"Aqui na Paraíba essas pessoas foram acolhidas como se tivessem um histórico limpo. As decisões foram tomadas unicamente por dom Aldo e contribuíram para a desunião

que vivenciamos hoje", critica o padre.

Segundo ele, a arquidiocese abriu portas para rapazes expulsos de seminários de Fortaleza (CE), Olinda e Recife (PE) e outras cidades.

Essa atitude do arcebispo, segundo o grupo de padres insatisfeitos, culminou com a divisão da Igreja. Daí, instalou-se o clima de perseguição a quem contrariasse os interesses e decisões de Pagotto.

A condução do seminário, a propósito, é uma das principais divergências entre os bispos e parte do clero. O atual perfil do seminário, segundo os padres, é conservador.

"Os rapazes que lá estão só se interessam pela liturgia e recebem uma formação que os distancia do povo", conta outro padre.

Sai ou não sai



Respondendo às especulações sobre uma possível saída do arcebispo, a arquidiocese informou que "a única certeza que existe é que um arcebispo, ao completar 75 anos, é obrigado a pedir renúncia". A distância entre a idade limite e a de Pagotto atualmente é de 9 anos. A arquidiocese afirma que, mesmo em meio às denúncias, dom Aldo nunca cogitou renúncia. Foi informado ainda que a decisão soberana sobre a permanência de um bispo é do papa, autoridade máxima da Igreja Católica. O anúncio sobre transferências de bispos acontece sempre às quartas-feiras.



Segundo Valéria, um levantamento realizado pelo departamento comercial do jornal, mesmo o veículo de comunicação impresso passando por uma crise no número de leitores, a edição daquele dia foi esgotada em todas as bancas da Paraíba.

Não lembramos de outro momento como este e ainda mais esgotado tão rapidamente. Vale ressaltar também que já vivíamos uma crise muito forte do impresso aqui no estado, tanto que em menos de um ano depois tivemos o fechamento do jornal (SINÉSIO, entrevista concedida à pesquisadora em 25 de março de 2019).

Apesar de trazer denúncias contundentes, checar informações diante do Ministério Público e na Justiça, onde os processos tramitavam, a repórter ainda não teria como relacionar a ligação do arcebispo com os padres envolvidos no crime. Mas, de acordo com Valéria, havia denúncias de fontes que preferiram não se identificar, que Dom Aldo era conivente com os fatos que aconteciam dentro da Arquidiocese, entre eles, receber seminaristas que haviam sido expulsos de outros estados devido à má conduta.

Esse foi um dos motivos de ter muita reunião, muita discussão de como íamos fazer para publicar isso, porque ao mesmo tempo em que eles não queriam se identificar a denúncia era muito grave, ou a gente encarava, enfrentava e jogava o que estava acontecendo mesmo ou a gente era cúmplice. O sentimento era esse. Mas conversamos muito com os denunciantes e eles mostravam várias evidências que não podíamos fotografar, infelizmente. Mas vimos muitas cartas. Eles não deixavam fotografar, tinha documentos, eles poderiam ser expulsos como padres. (SINÉSIO, entrevista concedida à pesquisadora no dia 29 de outubro de 2019)

Apesar das denúncias, antes da matéria ser veiculada, a repórter relata que conversou com Dom Aldo e ele negou tudo e afirmou ser vítima de perseguição. No dia seguinte a veiculação da matéria, a Arquidiocese soltou uma nota tentando desqualificar o veículo e o trabalho da repórter em proteger suas fontes.

Figura - 5 Nota divulgada pela Arquidiocese da Paraíba no dia 31/08/2015¹⁷

Nota oficial

31/08/2015 - "É na calma e na conversão que está a vossa salvação"

+ Aldo di Cillo Pagotto, sss
Unum Corpus + Unus Spiritus

*Por mercê do Senhor Uno e Trino e da Santa Mãe Igreja
Arcebispo Metropolitano da Paraíba*

João Pessoa (PB), 31 de agosto de 2015.

NOTA OFICIAL

A respeito de reportagem publicada num jornal impresso paraibano, nesse fim de semana, esclareço: o que caluniosamente foi afirmado no ANONIMATO, desprovido de provas documentais, deve ser negado, porquanto não há como responder à série de boatos acusatórios.

Informo, todavia, que mantenho comunicação transparente junto à Nunciatura Apostólica, única instância legitimamente constituída e autorizada para encaminhar oportunamente questões eclesásticas de foro interno.

"É na calma e na conversão que está a vossa salvação. É no silêncio e na esperança que reside a vossa força. Felizes os que esperam no Senhor" (Is. 30, 15-18).

Dom Aldo di Cillo Pagotto, sss
Arcebispo Metropolitano da Paraíba

Ainda segundo a matéria veiculada no jornal, Dom Aldo podia celebrar missas e casamentos, mas não podia ordenar padres e diáconos. Apesar da limitação, o arcebispo continuou à frente da Arquidiocese, aonde chegou em 2004. Quem teria revelado esta informação ao jornal, foi um grupo de padres que pediram o anonimato e revelaram o que acontece nos bastidores da Igreja Católica do estado.

A crise no clero da Paraíba não se instalou da noite para o dia. Segundo um padre que não quis se identificar, a insatisfação com o arcebispo foi crescendo ao longo dos anos. O ápice se deu em 2013, quando ocorreu uma visita canônica, ocasião na qual um representante do Vaticano veio a João Pessoa com a missão de ouvir os religiosos sobre a realidade vivida na Arquidiocese da Paraíba. Ao todo, 26 padres prestaram depoimentos contrários à conduta de Pagotto (JORNAL DA PARAÍBA, 30 de agosto de 2015).

Para conseguir produzir a quarta matéria, veiculada no dia 13 de setembro de 2015, a repórter teve acesso a uma carta denúncia que foi deixada na sede do Jornal da Paraíba. Valéria classifica a confiança da fonte em deixá-la em suas mãos devido ao seu compromisso

¹⁷ Disponível em < www.arquidiocesepb.org.br > Acesso em 15 de ago de 2019.

e sua ética em, apesar da pressão por parte de leitores, editores, dono do jornal e até mesmo amigos, ela jamais revelou quem eram suas fontes.

Figura 6 - Capa do Jornal da Paraíba do dia 13 de setembro de 2015¹⁸



¹⁸ Disponível em <https://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/carta-denuncia-mosteiro-em-itatuba-cercado-de-polemicas.html>. Acesso em 15 de agosto de 2019.

O mosteiro Mãe da Ternura, localizado no município de Itatuba, interior paraibano, funciona sem o reconhecimento da Arquidiocese da Paraíba e foi protagonista de mais um capítulo de pedofilia dentro do clero que o Jornal da Paraíba realizou a cobertura.

Após ter acesso à cópia da carta-denúncia redigida pelo monge dom Raphael Caneschi, que teria passado cerca de um ano no mosteiro com o monsenhor Jaelson de Andrade, um dos fundadores do mosteiro Mãe Ternura, uma equipe do Jornal da Paraíba foi até a cidade de Itatuba confirmar as informações, recolher dados em campo para que, só assim, a matéria pudesse ser publicada.

As denúncias também eram de abuso sexual. Que o padre acobertava os casos e o nome dele também estava envolvido. Recebimento de seminaristas expulsos de outros locais, da convivência de casais de seminaristas lá dentro, que não é admitido dentro da igreja por causa dos dogmas. Ainda chegaram a falar da venda de indulgências no céu, mas não conseguimos confirmar (SINÉSIO, entrevista concedida à pesquisadora no dia 29 de outubro de 2019).

Segundo a matéria, a carta trazia o depoimento de dom Raphael que afirmava que o mosteiro não estaria de acordo com as normas da Igreja Católica. O documento trazia a denúncia, entre diversas coisas, a respeito de o consentimento para relações homossexuais dentro do mosteiro e a permissão da chegada de outros monges de outras religiões, não católicas.

Ainda de acordo com o Jornal da Paraíba, a carta teria sido entregue a dom Aldo e o arcebispo de Garanhuns, na época, dom Fernando Guimarães, no ano de 2013 durante visita canônica. Porém, o documento só veio a público devido a veiculação dele no Jornal da Paraíba em 2015.

A carta foi entregue no jornal para gente e fomos lá no município de Itatuba, checamos e também ligamos para a representação de Roma aqui no Brasil. Checamos todos os locais que poderíamos checar, buscamos o outro lado em todos os momentos e mais uma vez a Arquidiocese. Inclusive nessa última matéria, a carta denúncia foi contestada pelo próprio padre que era alvo dessa carta. A Arquidiocese também afirmou que não poderia responder porque o mosteiro era privado, foi construído com recursos próprios e não fazia parte da Arquidiocese (SINÉSIO, entrevista concedida à pesquisadora em 25 de março de 2019).

O ano de 2016 teve mudanças na cobertura do caso, na data que se é comemorado o dia do jornalista, 7 de abril, o jornal anunciou o fechamento do impresso e início do digital. A última versão impressa que circulou nas bancas foi no dia 10 de abril do mesmo ano. Em razão das mudanças acontecidas na empresa, a repórter Valéria Sinésio foi demitida devido ao corte de pessoal ocorrido com o fechamento do jornal. Outros repórteres continuaram na versão online do jornal e trouxeram mais duas notícias sobre o caso, ainda no mesmo ano.

Dia 14 de março de 2016, a repórter Angélica Nunes, que acompanhou toda trajetória de Valéria com o compromisso em divulgar o caso de pedofilia deu continuidade a cobertura do assunto. A novidade naquele dia era a visita eclesiástica do arcebispo de Teresina, Dom Jacinto, à Paraíba. Ele teria sido designado pelo papa Francisco para realizar uma sindicância a fim de apurar as denúncias de que Dom Aldo seria suspeito de envolvimento de exploração sexual de menores.

Na matéria, Angélica Nunes relatou como foi a visita de Dom Jacinto durante os dias 13 a 18 de março de 2016 e sua rotina no Lar da Providência, onde ficou acolhido. Ela também trouxe a notícia de que o arcebispo de Teresina tinha ouvido relatos de pessoas envolvidas no escândalo, entre vítimas de abuso sexual, como coroinhas, seminaristas, além de padres, diáconos que serviram de acusação e outros envolvidos que deram depoimentos em defesa de Dom Aldo.

Esta é a segunda visita canônica realizada para apurar as denúncias que chegaram à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) contra Dom Aldo. A primeira ocorreu em agosto de 2013, ocasião em que Dom Fernando Guimarães, então arcebispo de Garanhuns (PE), hoje arcebispo da diocese militar em Brasília, ouviu cerca de 26 padres que prestaram depoimentos contrários à conduta de Pagotto (JORNAL DA PARAÍBA, 14 de maio de 2016).

Não demorou muito tempo até uma nova informação ser veiculada na imprensa. Após quase dois meses da visita de Dom Jacinto à Paraíba, o Jornal da Paraíba publica a notícia que Dom Aldo Pagotto não seria mais o arcebispo do estado. De acordo com a matéria, o arcebispo teria divulgado que o Papa Francisco acatou o pedido de renúncia apresentado por ele e, com isso, ele estaria deixando a Arquidiocese da Paraíba, após 12 anos de serviços.

Figura 7 - Manchete do portal Jornal da Paraíba.com.br no dia 06 de julho de 2016¹⁹

The image shows a screenshot of the website 'Jornal da Paraíba'. The header is blue with the site's name in white. Below the header is a navigation bar with various categories like 'ÚLTIMAS', 'POLÍTICA', 'VIDA URBANA', etc. The main content area has a yellow bar with the text 'VIDA URBANA'. Below that, the date '06/07/2016 07H07 - ATUALIZADO HÁ 3 ANOS' is visible. The main headline reads 'Dom Aldo Pagotto renuncia e não é mais o arcebispo da Paraíba'. A sub-headline below it says 'Pedido foi aceito pelo Papa Francisco. No lugar dele assume temporariamente Dom Genival Saraiva.'

¹⁹ Disponível em <http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/dom-aldo-pagotto-renuncia-e-nao-e-mais-o-arcebispo-da-paraiba.html>. Acesso em 20 de agosto de 2019.

Após o pedido de renúncia de Dom Aldo, o assunto repercutiu em diversos veículos locais que especularam a relação da renúncia dele com os casos de pedofilia praticados no clero paraibano divulgadas pelo Jornal da Paraíba.

Já fora do Sistema Paraíba de Comunicação, Valéria Sinésio ainda continuou acompanhando o caso diante fazendo matérias especiais para o blog “Rubens Nóbrega”, ligado ao Jornal da Paraíba na sua versão online. No dia 29 de setembro de 2016, Valéria traz uma matéria falando sobre a Arquidiocese suspender monsenhores e padres que ligados a Dom Aldo, entre os suspensos estavam o Monsenhor Jaelson, de Itatuba.

Após a divulgação da matéria dos monsenhores e padres suspensos de ordem pela Arquidiocese, mais uma vez, a repórter Valéria Sinésio foi criticada por fiéis que estavam revoltados com a suspensão da ordem. No dia posterior o blog trouxe outra matéria falando sobre a revolta dos fiéis.

Apesar da grande cobertura do caso de pedofilia na Arquidiocese do Estado, o Jornal da Paraíba fechou as portas do jornalismo impresso no dia 12 de em abril de 2016. Meses antes de Dom Aldo renunciar ao cargo de arcebispo.

Dentro da notícia do fechamento de um dos principais jornais impressos da Paraíba, constava a declaração que a suspensão do veículo impresso estava acompanhando uma tendência mundial “a dos muitos veículos atingidos pelo crescimento das plataformas digitais e adesão de seus leitores à agilidade por elas ofertadas”, igualmente creditada sobre “a crise brasileira, que tem atingido todo o setor produtivo e provocado milhões de baixas no mercado de trabalho.” (JORNAL DA PARAÍBA, 8 de abril de 2016).

Três anos após a renúncia de Dom Aldo, em 2019, saiu uma sentença na Justiça condenando a Arquidiocese a pagar multa milionária por casos de exploração sexual contra menores. A notícia sobre o crime foi novamente repercutida no Jornal da Paraíba, desta vez, em sua versão online.

4.1 Spotlight na Paraíba

A população espera que o jornalismo seja cem por cento isento e adquira uma imparcialidade cobrada pela empresa e pela própria sociedade. Eles esquecem que por trás de uma matéria, uma grande cobertura jornalística ou posições empresariais, exige um ser humano que é muito além da função que exerce. Desta forma, a população cobra, exige e aponta defeitos e consequências diante do profissional que, claro, possui uma grande influência na sociedade devido a imagem de “formador de opinião”.

Existem diversas vertentes dentro do jornalismo, o que vai atrás de solucionar um problema da comunidade; o que acompanha a agenda dos políticos e traz as novidades do meio; o jornalismo cotidiano, do dia-a-dia e, entre eles, o jornalista investigativo, que é conhecido por aquele que “seu foco é apurar e divulgar informações sobre atos desviantes que afetem o interesse público e que sejam prejudiciais à sociedade” (AGUIAR, 2006, p. 74). O jornalista investigativo atua como uma forma de enfrentar e divulgar esquemas para torna-los conhecidos diante da sociedade. Alsina (2009) acredita que este tipo de jornalismo que fiscaliza o Poder Executivo, Judiciário e Legislativo, mostra-se como Davi enfrentando o gigante Golias.

Para Melo (2015) uma reportagem para ser considerada investigativa precisa conter três itens: “1) A investigação deve ser fruto do trabalho de um jornalista; 2) o tema de investigação deve ser relevante para o leitor; 3) o assunto deve ser algo que alguém está tentando ocultar do público”. Já Aguiar (2006, p. 74-75) acredita que o jornalismo investigativo é “[...] uma forma de reportagem extensa que exige longo tempo de trabalho na apuração das informações por parte dos repórteres”.

Algumas histórias contadas por jornalistas terminam se transformando em obras cinematográficas, outras narram de que forma foi a cobertura jornalística em relação ao caso que teve grande destaque na imprensa. Nesta lista de filmes que falam sobre a profissão, podemos citar: Todos os Homens do Presidente (1976), Cidadão Kane (12941), The Post (2018), O Abutre (2014) e Spotlight: Segredos Revelados (2015).

O Filme ‘Spotlight: Segredos Revelados²⁰’ é baseado em fatos reais, que conta sobre como aconteceu a reportagem de um grupo de repórteres do jornal impresso “The Boston Globe”, que investigaram casos de pedofilia e abuso sexual envolvendo padres da Igreja Católica de Boston, nos Estados Unidos. A obra cinematográfica além de mostrar como foi o método e de apuração dos jornalistas, traz consigo discussões sobre relacionamento deles com as vítimas, colegas de trabalho, quais transtornos aquela cobertura trouxe para o seu ambiente com amigos e familiares. Desta forma, o filme aborda a forma como o jornalista pôde representar as pessoas que não são favorecidas pelo sistema que é falho e, que de certa forma, privilegia os que obtêm mais vantagens no poder, a Igreja.

Diferente da maioria dos jornalistas da redação do The Boston Globe, a equipe do Spotlight é composta por quatro jornalistas que trabalham nas ruas procurando histórias,

²⁰ Nome do filme: Spotlight - Segredos Revelados. Tom McCarthy (diretor), Ano de produção: 2015, Atores principais: Robinson (Michael Keaton), Mike Rezendes (Mark Ruffalo), Sacha Pfeiffer (Rachel McAdams) e Matt Carroll (Brian d'Arcy James).

conversando com as pessoas e assim mantendo o contato para que possam conseguir algum detalhe importante, podendo resultar no início de uma grande investigação.

Sobre a investigação dos repórteres no filme *Spotlight*, em 2002, podemos afirmar que eles têm bastante em comum com o caso que aconteceu na Paraíba em 2013 e seus desdobramentos para investigar os casos de abuso sexual na Igreja. Diferente do *Spotlight*, que era um grupo de jornalistas cuidando do caso, Valéria Sinésio foi a única repórter que insistiu nas investigações sobre os casos de pedofilia que estavam sendo encobertos pela Arquidiocese da Paraíba.

Da mesma forma que alguns jornalistas do jornal *The Boston Globe* se mostram receosos, já que o caso se trata sobre a Igreja Católica e cerca de 53% dos assinantes do jornal são católicos praticantes, também houve receio na hora de investir no caso dentro do *Jornal da Paraíba*, já que o estado é considerado de maioria católica e a Igreja ter uma grande influência na política e na população local. Mesmo assim, indo contra a maré e da população que não estava nada satisfeita com a repercussão do caso, os repórteres do filme e na vida real, Valéria Sinésio, investigaram para apurar mais informações diante de fontes e órgãos públicos para confirmar os casos de abuso sexual que aconteciam pelo clero.

Ainda no filme dirigido por Tom McCarthy é abordado a dificuldade em se discutir os casos de pedofilia na Igreja, já que a instituição não assume a responsabilidade e acoberta os abusos, pagando para as vítimas ficarem caladas ou transferindo os padres para outras paróquias. Igualmente Valéria conseguiu apurar na Paraíba. A Arquidiocese do Estado negou qualquer tipo de envolvimento de seus padres em crimes de abuso sexual, apesar do arcebispo ter relatado a repórter e depois ter se arrependido e negado tudo que disse.

Durante os três anos de cobertura do *Jornal da Paraíba*, em nenhum momento a Arquidiocese se posicionou a favor da cobertura ou assumiu sua responsabilidade no caso de abuso sexual e acobertamento de padres em suas paróquias quando os mesmos estavam sendo denunciados como abusadores em outros estados. Durante os anos de 2013 a 2016, a Arquidiocese se manteve sempre na defensiva, nunca emitiu um comunicado e sempre negava todas as acusações que estavam sendo feitas no *Jornal*, sempre afirmando que era mentira e que todas as denúncias se tratavam de jogadas políticas.

Os dois casos, seja em Boston ou na Paraíba, tiveram investigações que resultaram na revelação de escândalos da Igreja Católica. Na Paraíba, Valéria sentiu o peso da repressão sobre a sua cobertura, quando diversas pessoas da comunidade ligaram para o *Jornal* chegando a ameaçá-la ou acusando o jornal de estar mentindo e difamando a Igreja. Em

contrapartida, outras pessoas acreditavam naquilo que estava sendo veiculado e na ética da repórter e do Jornal em qual trabalhava, tanto que a cobertura do Jornal foi um dos motivos para incitar a renúncia do Arcebispo em 2016.

No processo investigativo os repórteres averiguaram e checaram todas as informações a respeito do assunto para que poderem denunciar o crime que estava sendo cometido dentro da Igreja. Este tipo de jornalismo garante à sociedade o acesso à informação permitindo que a mesma possa interpretar e ter empatia pelas vítimas de abuso sexual na Igreja.

Traquina (2005, p.53) acredita que o jornalista deve-se abster de desejos pessoais, tendo em vista que o jornalismo trabalha com checagem dos fatos no do dia-a-dia seja no horário de trabalho ou não. “O Jornalismo não é uma simples ocupação, um passatempo; é mais que um trabalho porque é uma vida. O jornalista casa-se com a profissão [...] o jornalista trabalha 24 horas por dia”, de forma que também tem sua vida pessoal afetada por está entrelaçada com o seu profissional.

Da mesma forma que os repórteres de Spotlight tiveram sua vida pessoal e profissional afetada devido ao tipo de trabalho que estavam realizando e a quem estavam enfrentando: a Igreja, Valéria Sinésio também foi afetada, essa dedicação que estava dando ao trabalho e em busca dos fatos, terminaram sendo um fato crucial para atingir sua vida pessoal, tendo uma enorme carga de estresse e desgaste emocional. Desta forma, a equipe do Spotlight e a do Jornal da Paraíba permitiram que todos, acreditando ou não, pudessem saber os crimes que estavam acontecendo dentro da Igreja Católica.

4.2 Os efeitos da cobertura na vida da repórter

Em agosto de 2013 a repórter Valéria Sinésio estava fazendo uma matéria factual (da qual não se recorda o assunto) e precisava ouvir o arcebispo do Estado, Dom Aldo Pagotto. Era ainda no turno da manhã quando ela iniciou a ligação, entre assuntos sobre o factual que estava acontecendo na época, o assunto de pedofilia foi abordado. De acordo com Valéria (2019) o arcebispo falava sobre postura religiosa dentro da Igreja.

Após a revelação, a repórter perguntou novamente se ele realmente afirmava aquilo que tinha dito, o arcebispo desconversou e a conversa chegou ao fim. É importante destacar que um assunto como este que envolve o crime de pedofilia na Igreja ainda não tinha sido tratado em jornais paraibanos. O tema poderia render a manchete do dia seguinte do Jornal da Paraíba caso as denúncias fossem realmente confirmadas pelo Ministério Público da Paraíba - MPPB.

Então, eu comecei a fazer a matéria e essa matéria foi publicada no dia 20/21 de agosto de 2013. Terminou meu horário e a matéria ficou pendente porque eu não consegui falar com o MP. Depois de ter desligado com o arcebispo, eu também falei com a assessoria de imprensa da Arquidiocese, passei mais detalhes sobre isso. [...] Tentei mais informações por meio da assessoria de imprensa, mas chegou meu horário e eu tive que ir embora e ficou a matéria pendente (SINÉSIO, 2019 em entrevista concedida à pesquisadora em 25 de março de 2019).

Devido ao seu expediente no trabalho ter chegado ao fim, foi com a ajuda de outra repórter, que confirmou as duas denúncias no MPPB, que Valéria teve a manchete publicada no jornal do dia 20 de agosto de 2013. Foi neste dia o início de uma cobertura tida como exclusiva do Jornal da Paraíba sobre os casos de pedofilia que envolvia a Arquidiocese e o início de um processo de amadurecimento profissional e pessoal da repórter que teve seu nome exposto e vinculado a todas as matérias que circularam no Jornal a respeito do caso.

Ainda no dia da apuração das informações para a produção da primeira matéria sobre o crime, Valéria relata ter sentido uma tentativa de desqualificação do seu trabalho como jornalista dentro da própria empresa em que trabalhava.

À tarde, a editora do jornal me liga para dizer que uma das pessoas da assessoria tinha ido até ela para dizer que eu havia me confundido, que o arcebispo não tinha dito isso e que eu realmente estava confusa. Ou seja, foi uma tentativa clara de desqualificar o meu trabalho. Assim, até falando sobre essa coisa de anos de profissão que essa pessoa já tinha mais do que eu. Lembro muito bem que ela ligou para mim para dizer que ele tinha questionado a veracidade dessa informação e que eu certamente havia me confundido, aí a editora me perguntou “você se confundiu?” e eu disse que não. Ela disse “então vai ser minha manchete, você está certa do que está dizendo?” Eu disse “tô, eu não tiro uma vírgula do que eu disse porque eu ouvi isso do arcebispo” (SINÉSIO, em entrevista concedida à pesquisadora em 25 de março de 2019).

Uma questão importante se destaca quando afirmamos que o repórter tem que coletar sempre o material que comprove o que o entrevistado lhe disse. Porém, no caso de Valéria houve complicações técnicas, já que não havia no telefone da empresa um gravador de chamadas para confirmar aquilo que lhe foi dito pelo arcebispo.

Há uma certa vulnerabilidade para o repórter em uma situação como esta, porque o arcebispo me falou isso e não havia gravador no telefone em que eu estava. Na verdade, em 99% dos telefones do jornal não havia gravador, o que, claro! Vai deixar um repórter vulnerável, é sua palavra contra a de quem está lhe rebatendo (SINÉSIO, em entrevista concedida à pesquisadora em 25 de março de 2019).

Desta forma, para a matéria ser publicada no dia seguinte, foi necessário a confirmação das denúncias no MPPB, além da total confiança da editora na palavra de sua repórter contra o arcebispo, que até o momento negava as afirmações da repórter e sua assessoria falava sobre confusão de informações.

Com a publicação desta primeira matéria, segundo Valéria, ela começou a sentir os impactos que a repercussão daquela notícia poderia gerar em sua carreira. Como a manchete foi publicada num dia de semana, uma quarta-feira, a maioria dos programas de rádio, TV, portais e outros veículos estavam repercutindo o caso e citando seu nome como jornalista responsável pela publicação da matéria.

O pessoal me procurava tentando confirmar e até mesmo teve repercussão dentro da própria empresa, os colegas falando, perguntando como tinha sido e alguns outros vibrando porque a matéria saiu, justamente porque acompanharam essa tentativa de me desqualificar enquanto profissional. A partir do momento que o MP confirmou, não havia como se questionar que existiam as denúncias. Ninguém da Arquidiocese me procurou, foi silêncio mesmo (SINÉSIO, em entrevista concedida à pesquisadora em 25 de março de 2019).

A sua segunda matéria só foi publicada em agosto de 2014, um ano após a repercussão das denúncias de pedofilia. A pauta era sobre a queda no número de católicos na Paraíba, porém o que a repórter conseguiu foi o suficiente para dar início a outra matéria sobre a falta de ética na conduta religiosa dentro do seminário católico de João Pessoa.

A matéria no seminário era para falar como era lá dentro, o que eles aprendiam, como era a rotina. Fui lá e fiz alguns questionamentos também ao reitor do seminário, ele me foi muito acessível e gentil também para me passar essas informações. Porém, outras pessoas já tinham conversado comigo sobre a postura que era adotada lá dentro que não condizia com a postura da Igreja aqui fora. Foi com esses relatos que eu consegui produzir a segunda matéria (SINÉSIO, em entrevista concedida à pesquisadora em 25 de março de 2019).

Ainda sobre a matéria dentro do seminário católico, Valéria relata que se sentiu intimidada ao entrar no local. O reitor da época, ela não lembra nomes, a deixou entrar e a Arquidiocese deu a autorização, porém a entrevista foi quase que conduzida pelos membros do clero a todo momento. “Eles chegaram a dizer ‘você não pode perguntar a seminaristas nada sobre relacionamento, se você perguntar a gente vai encerrar a entrevista’. Eles devem viver o celibato”, (SINÉSIO, entrevista concedida à pesquisadora no dia 29 de outubro de 2019).

Valéria chegou a sofrer pressões sobre o sigilo de suas fontes. Ela tinha as fontes que queriam permanecer anônimas e que lhe passaram informações suficientes para enriquecer a matéria com as denúncias, por outro lado a repórter sofria pressão da sociedade e dos membros da Igreja para que as fontes fossem reveladas.

A repórter foi acusada pela Arquidiocese, amigos de profissão e até mesmo alguns familiares de inventar as informações para difamar a Igreja Católica. Porém, sua ética como

profissional para manter o anonimato das fontes foi fundamental para a obtenção das informações que fundamentaram as denúncias que eram publicadas no Jornal.

Até hoje continuo sem poder revelar as fontes. Eles (os informantes) já haviam conversado comigo (e dito) já ter passado no seminário e algumas coisas a respeito da postura adotada lá dentro. Isso foi questionado ao reitor do seminário e eu contatei duas pessoas, se não me engano, que tinham me falado as situações que ali aconteciam e pediram para preservar a identidade. Essas duas pessoas deram relatos sobre essas coisas que aconteciam no seminário católico (SINÉSIO, em entrevista concedida à pesquisadora 25 de março de 2019).

Valéria acredita que, para os padres que denunciaram os casos de abuso dentro da Igreja não foi fácil, por que eles correram o risco de serem descobertos pelo arcebispo e sofrerem algum tipo de retaliação da Arquidiocese.

Várias pessoas desistiram de falar, marcava e a pessoa desistia de última hora e não ia, também não se sentiu segura. O que também acho compreensível. Eram pessoas da própria Igreja que denunciavam. (SINÉSIO, em entrevista concedida à pesquisadora 25 de março de 2019).

Durante a cobertura do caso, Valéria destaca a importância do envolvimento da editora com a pauta, já que são os editores dos jornais que decidem o que entram ou não no jornal e o seu grau de relevância como vimos no tópico sobre critérios de noticiabilidade.

Chegou um momento que a situação estava tão delicada que eu cheguei em Nara (editora do Jornal) e disse que precisava de testemunha, pedi para que ela fosse comigo em uma das reuniões com minhas fontes. Porque se alguém dissesse que eu estava inventando alguma coisa, tinha ela como testemunha. Eu mesma a convidei. (SINÉSIO, em entrevista concedida à pesquisadora em 25 de março de 2019).

Nara Valuska chegou ao Jornal da Paraíba, como editora chefe, no ano de 2015 e permaneceu até o fechamento do jornal impresso, em 2016. Apesar de ter chegado dois anos após a primeira matéria sobre o caso de pedofilia, foi Nara que decidiu retomar a cobertura que estava há um ano parada.

A gente recebeu denúncias anônimas, pessoas ligaram e começaram a denunciar. Foi quando surgiu a história da famosa carta que uma funcionária da Arquidiocese escreveu relevando histórias escabrosas, a carta tinha sido publicada nos portais. A partir daí começamos a investigar, para não ficar só no oba-oba na internet e as pessoas levando para o lado da chacota porque envolvia todo assunto de homossexualidade, as pessoas sempre tendem a brincar. Conversamos e decidíamos que íamos investigar, que era um assunto que renderia e a gente estava afim mesmo de investigar. (VALUSCA, entrevista concedida à pesquisadora no dia 04 de novembro de 2019).

A editora do jornal destaca o mérito da cobertura ter sido bem sucedida devido a relação de confiança entre Valéria e as fontes, mas afirmou que além de manter a relação de

confiança entre os informantes, foi necessário realizar uma checagem junto ao MP e a outras fontes para não realizar um jornalismo de “disse me disse”.

Eram fontes confiáveis, mas eram fontes sigilosas porque eles não queriam se expor e foi através deles que a gente começou a descobrir coisas bem pesadas e no momento fomos fazer a entrevista, inclusive Valéria é cuidadosa e tem o cuidado que todo jornalista deve ter, eu acabei indo com ela para uma dessas entrevistas, entrevistamos alguns padres e eles contaram coisas horríveis. Só que não podíamos fazer “fulano disse e vamos colocar”. Nós fomos atrás de mais informações, queríamos ouvir o Vaticano, não conseguimos, mas conseguimos ouvir os padres e conseguimos ouvir outras pessoas envolvidas que no momento não lembro. (VALUSCA, em entrevista concedida à pesquisadora no dia 04 de novembro de 2019).

Quando questionada sobre o motivo pelo qual a editora achou necessário investigar e investir na cobertura do caso, após as denúncias que chegavam ao jornal, Nara alega que estava fazendo o seu papel como jornalista, cobrir um crime que estava sendo cometido dentro de uma das maiores esferas de poder no Estado.

É crime, hoje em dia temos certeza do porque que o Vaticano tomou a decisão mais radical que poderia ter que foi a suspensão da ordem de Dom Aldo, o afastamento, que ele cometia crimes. Existia pedofilia dentro da Igreja e também existia os dogmas e as normas da Igreja que ele também estava indo contra isso. Só ele não, outros padres também estavam descumprindo. Então assim, para os fiéis também era importante saber a verdade. Porque se o fiel vai à igreja ele imagina que aquela pessoa que está lá na frente está representando toda sua fé, enfim... Os preceitos da Igreja e o que ela determina, mas não era isso que eles faziam. Então a gente tinha sim, no meu ponto de vista, tínhamos a obrigação de fazer. Não poderia simplesmente dizer que é Dom Aldo, o arcebispo e Igreja católica “não vamos mexer com isso”. Se fosse um bandido a gente ia, então fomos. (VALUSCA, entrevista concedida à pesquisadora no dia 04 de novembro de 2019).

Para a repórter, todas as decisões tomadas envolvendo o caso de pedofilia no clero foram tomadas em conjunto, discutindo a importância de informar ao público sobre os crimes e, principalmente, de que forma o jornal e a repórter poderiam ser afetados devido ao anonimato das fontes.

Foi falado sobre o anonimato das fontes o tempo inteiro para a edição, até porque não fui eu que sugeri a pauta ou escolhi, eu corri atrás das informações que recebia e, quando encontrei esses relatos, sugeri para a editora e tudo foi discutido em conjunto. Até porque eu não tinha autonomia e não queria essa responsabilidade só para mim, porque sabemos que é complicado demais publicar uma matéria sem identificar a fonte (SINÉSIO, em entrevista concedida à pesquisadora no dia 25 de março de 2019).

Com inúmeros obstáculos encontrados pela repórter durante os três anos de investigação e produção das matérias, foram inúmeras as vezes que o nome de Valéria se cruzou com o de Dom Aldo. Ela, ainda uma jovem repórter, critica a posição do então arcebispo em lidar com as denúncias que ali estavam sendo realizadas. A sua editora, Nara,

acredita que teve um momento em que a repórter não estava mais suportando o peso que estava carregando em levar adiante as investigações. “Ela chegou pra mim e disse que não aguentava mais, que não queria fazer. Acredito que ela se abalou pelo fato da fé dela, pela pressão, os telefonemas, por tudo”, (VALUSCA, em entrevista concedida à pesquisadora no dia 04 de novembro de 2019).

Muitas vezes, a profissional foi duramente criticada pelo clero durante ligações da assessoria da Arquidiocese para as redações ou em conversas pessoais, que afirmava sofrer perseguição do Jornal e de padres ligados a Arquidiocese que tinha o objetivo de derrubar Dom Aldo do posto.

Na época ele tinha no mínimo a obrigação de se pronunciar sobre os casos, até porque ele era Arcebispo, e os padres já denunciavam que ele era conivente com muitas situações de, por exemplo, receber seminaristas que haviam sido expulsos de outros seminários em outros estados. A arquidiocese rebateu tudo que foi dito de Dom Aldo, inclusive ele próprio, porque depois que os padres fizeram as denúncias e reclamações que ele acatava essas pessoas quando não deveria acatar, que ele permitia posturas que não deveriam ter dentro da Igreja, aí ele próprio negou tudo e disse que era vítima de perseguição e que nada disso existia. Então foi essa a resposta (SINÉSIO, em entrevista concedida à pesquisadora no dia 25 de março de 2019).

Além de sofrer pressões externas, a repórter também carregava uma responsabilidade sobre o anonimato das fontes, já que tudo que ali era publicado era atribuído apenas ao seu nome, ela teria que responder a tudo que foi dito por terceiros que não desejavam identificar-se caso houvesse um processo na justiça por calúnia e difamação.

A situação estava tão complicada no sentido da pressão, que eu chamei a editora do jornal para conversar com as fontes. Eu não poderia revelá-las, mas eu a chamei para dividir comigo essa responsabilidade. Ressaltando também que o dono do jornal cobrava essa matéria e ele tinha dado carta branca, disse mesmo que eu podia publicar. Sendo que o que estava em jogo era o nosso nome também, porque dono do jornal é uma coisa, repórter é outra. (SINÉSIO, em entrevista concedida à pesquisadora no dia 25 de março de 2019)

Para Nara Valusca, além da pressão sofrida por Valéria, a empresa também foi cobrada por pessoas influentes que eram ligadas à Igreja e que não estavam satisfeitas com a repercussão que a cobertura do caso de pedofilia estava tendo no Jornal. De acordo com ela, a confiança veio através do respaldo do diretor da empresa para publicar as matérias.

Recebíamos telefonemas diários de pessoas reclamando. “como vocês fazem isso com o Arcebispo?” Como se fosse a gente que tivesse fazendo alguma coisa de errado. Algumas fontes realmente não podíamos revelar, mas as pessoas tinham que confiar no jornalista e no veículo. Tanto Valéria quanto o Jornal da Paraíba gozavam de credibilidade, a gente superou esses problemas (VALUSCA, entrevista concedida à pesquisadora no dia 04 de novembro de 2019).

Valéria também conta sobre a cobrança que sentia por carregar o peso da assinatura do seu nome nas matérias. Apesar de ter o Jornal da Paraíba por trás, ela acredita que a atenção dos leitores e da mídia local estava voltada para ela e não para a empresa que trabalhava, já que a maioria das críticas, de acordo com ela, chegavam endereçadas ao seu nome. Também podemos enxergar essas críticas, em anexo ao fim deste trabalho, em alguns comentários das matérias que Valéria publicava no “Blog do Rubão”, blog vinculado ao Jornal da Paraíba na versão online.

E assim, na época tinha o Jornal por trás, que ainda era muito pouco em relação porque estava tudo muito voltado para mim, não era o jornal, estava muito concentrado em mim e isso começou de certa forma a mexer comigo, porque estava muito concentrado. Tinha o jornal por trás, as pessoas precisavam entender isso, eu não queria fugir da responsabilidade, mas eu também não podia levar sozinha. Mas assim, a maior tranquilidade que tivemos em tudo isso é que não houve um processo. Não tinha medo que viesse processo de jeito nenhum, o jornal não tinha medo e nem eu tinha. Talvez se tivesse um processo fosse mais e ficássemos na dúvida, porque uma pessoa que está certa, se tivesse falado isso de mim claro que iria processar! Porque era mentira, mas do outro lado só recebemos silêncio. Inclusive na edição do domingo seguinte oferecemos a mesma quantidade de páginas no jornal completas com a versão dele, ele desmentindo tudo e ele não quis (SINÉSIO, em entrevista concedida à pesquisadora no dia 29 de outubro de 2019).

A repórter relata que também sofreu pressão na vida pessoal. Ela sempre foi envolvida na Igreja Católica, mas o seu princípio básico para realizar a cobertura é que antes de ser católica, ela era jornalista e sua prioridade era sua profissão e credibilidade. Para Sinésio (2019) “a profissão está acima da religião, com toda certeza. E como católica era um motivo a mais para que essa verdade viesse realmente à tona”.

Sou católica porque fui criada dentro de uma Igreja católica. Então eu acredito que é a situação de muitos brasileiros, você já está habituado a isso, você é levado a isso. Mas a minha fé sempre foi em Deus, é tanto que eu acho que até meus 16 e 17 anos eu me confessava, isso é uma coisa que não faço mais. Eu decidi naquela época que eu não ia me confessar mais a um homem da terra. Que eu só ia me confessar a Deus. Minhas convicções são muito anteriores a isso. Claro que tudo isso abala não a minha fé, mas abala a forma que vejo a Igreja dos homens. Seria estranho se não abalasse. Até porque, infelizmente, a gente vê que não são casos isolados. Não aconteceu só aqui, toda semana vemos os apelos do papa Francisco, vimos vários casos e denúncias gravíssimas! Então eu acho que isso não é só uma questão de decepção, é uma questão perigosa. Porque sabemos o poder que a religião tem de construir, de mexer com as pessoas e de realmente não fazer enxergar. Porque você está tão levado pelo bom pastor, que muitas vezes se revela nem tão bom assim, que você é induzido ao erro. Então eu fico pensando muito nos pais e mães que confiam seus filhos nas igrejas. Como mãe, eu não faço isso. Infelizmente não faço (SINÉSIO, em entrevista concedida à pesquisadora no dia 29 de outubro de 2019).

De acordo com o setor comercial do Jornal da Paraíba, a edição que trouxe matéria sobre a suspensão da ordem de Dom Aldo foi uma das que obtiveram mais vendas em todo o

Estado. Neste momento, com dois anos de cobertura sobre as denúncias, muitas pessoas atribuíram à Valéria um dos principais motivos para a suspensão do arcebispo.

Foi muita pressão, meu psicológico foi muito afetado. Fiquei sem dormir, só ficava pensando nisso, afetou de verdade minha vida, meu equilíbrio emocional. Se falava muito sobre esse assunto, principalmente nesta última matéria, né? Que fala as denúncias de Dom Aldo seria suspenso de ordem. Repercussão nas redes sociais, em rádio, TV, o JPB fez a chamada da matéria do jornal do domingo e falava que era uma reportagem minha, falava meu nome, então tudo colocava a matéria para mim e a repercussão foi gigantesca. Para você ter ideia: o gerente comercial do jornal disse que o jornal esgotou nas bancas poucas horas depois de ser colocado à venda. Ele não lembrava de outro momento como este e ainda mais esgotado tão rapidamente (SINÉSIO, em entrevista concedida à pesquisadora no dia 25 de março de 2019).

Apesar da repercussão sobre o caso, Valéria conta que essa foi a única matéria que ela acreditou que seria barrada pela empresa devido a pessoa envolvida no caso era a autoridade máxima da Igreja Católica no estado. Ela ainda afirma, também sofreu pressão do próprio Arcebispo, quando em momentos de desespero chegou a implorar pela não publicação da matéria.

As outras matérias, tanto a primeira dos padres afastados como a segunda que foi a do seminário, eu, em nenhum momento, achei ela seria barrada. A de Dom Aldo achei que seria barrada pela pessoa envolvida, por ele. Eu tinha muito respeito por ele. Diferente do que algumas pessoas acham, em nenhum momento eu fiquei feliz em fazer essa matéria, em nenhum momento. Como pessoa, como católica, eu preferia que isso não existisse na igreja, mas já que existe... Sofremos pressão do próprio arcebispo, porque o fato dele começar a chorar, dizendo que tinha câncer, claro que isso foi uma forma de pressionar pela emoção. Também assim a Arquidiocese foi muito forte em tentar barrar, chegou a pedir minha demissão (SINÉSIO, em entrevista concedida à pesquisadora no dia 29 de outubro de 2019).

Antes da publicação da matéria, Valéria conta que ficou relutante em assinar a matéria por temer ameaças que estava sofrendo constantemente. Ao contrário do que ela achava que aconteceria, a empresa não tentou barrar a matéria, ela queria que a matéria fosse publicada rapidamente, já que a suspensão já tinha acontecido e eles só foram dar a notícia meses depois. “Eu me recusava a finalizar a matéria logo porque eu sabia que se tratava de algo muito sério. Eu não daria (a matéria) de qualquer jeito” (SINÉSIO, em entrevista concedida a pesquisadora no dia 29 de outubro de 2019).

Em algum momento talvez eu tenha ficado relutante em assinar a matéria não porque queria desistir, mas porque eu temia ameaças. Uma coisa era o jornal, outra coisa era eu. Mas aí decidi colocar meu nome. Nas reuniões discutíamos o assunto muito sério, complexo. Um dos editores sugeriu colocar que Dom Aldo tinha chorando pedindo para não publicar a matéria, mas eu decidi não colocar na matéria e não coloquei. O editor disse que tinha que colocar. Mas ele [Dom Aldo] já estava tão exposto que não tinha necessidade de expor mais ainda só para uma tentativa de humilhar ou diminuir. Achei totalmente desnecessário. Aí eu disse que se colocasse poderia retirar meu nome, eu deixei claro que qualquer alteração que realizassem no

texto eu não assinaria (SINÉSIO, em entrevista concedida à pesquisadora no dia 29 de outubro de 2019).

A suspensão da ordem do arcebispo veio após dois anos da visita do representante do Vaticano à Paraíba. Ela teria acontecido em 2013, ano que teve a Jornada Mundial no Rio de Janeiro, em 2015 houve a suspensão da ordem de Dom Aldo. Para Valéria, a visita do Vaticano foi devido a repercussão da primeira matéria sobre os padres que estavam afastados envolvidos em casos de pedofilia.

Ficamos sabendo disso através do grupo que denunciou, não eram denúncias vazias. Eram várias evidências que infelizmente não tivemos como mostrar o que acaba dificultando o trabalho jornalístico porque termina sendo nossa palavra contra a dele, que no caso é uma autoridade. Mas aí, várias evidências eram informadas por várias pessoas também que denunciavam, esse representante veio aqui na Paraíba e ficamos sabendo que ele tinha proibido determinada coisa. Quando fomos atrás de determinada situação, realmente estava suspensa. A Igreja sempre se recusava a falar. Então a visita do representante serviu para afirmar tudo aquilo que estávamos suspeitando. As denúncias tinham fundamento (SINÉSIO, em entrevista concedida à pesquisadora no dia 29 de outubro de 2019).

A repórter afirma que no início da cobertura, ainda em 2013, não esperava que Dom Aldo estivesse qualquer tipo de ligação com os crimes que estavam acontecendo no clero paraibano. No início, ela afirma que percebia apenas a resistência dele em falar sobre o assunto, já que o MP admitia que existiam padres afastados devido ao crime de pedofilia e ele negava qualquer tipo de acusação.

Assim, na verdade, não posso dizer que ele estava envolvido porque seria uma acusação grave. Mas ele fugia completamente do assunto como se não dissesse respeito a ele. E ele, como autoridade máxima da arquidiocese aqui, estava totalmente omissivo. Ele apenas revidava tudo que era perguntado, que era mentira, intriga e complô. Mas por outro lado tinha o MP e os demais padres que acusavam ele também, denunciaram a suspensão da ordem dele, tanto que por esse motivo fazia mais de um ano que havia se ordenado padres aqui na arquidiocese da Paraíba. Tudo que ele omitiu durante as reportagens foi revelado depois. Porque na época das matérias o que falávamos era da acusação contra outros padres e do acobertamento por parte dele, sendo que depois a história ficou muito pior porque ele apareceu como personagem principal dessa história. (SINÉSIO, em entrevista concedida à pesquisadora no dia 29 de outubro de 2019).

Valéria também relata que a repercussão das matérias publicadas resultou em problemas com a alimentação e desequilíbrio na sua vida pessoal. Pessoas de dentro da própria empresa na qual trabalhava falavam coisas desagradáveis questionando se era realmente aquilo que teria acontecido, dizendo que a repórter tinha tido um papel fundamental na suspensão da ordem de Dom Aldo, tirando “brincadeiras” sobre sua relação com o catolicismo e sua coragem de publicar as denúncias contra a Igreja.

Além de afetar minha vida pessoal, afetou muito mesmo, como disse, afetou minha alimentação e causou um certo desequilíbrio, tirou minha paz. Porque foi uma denúncia muito forte, assinada com meu nome, não me arrependi em nenhum momento do que eu estava fazendo, reportar os fatos, até porque é o papel de todo repórter, mas o fato das fontes não serem reveladas, isso teve um peso maior ainda, porque a gente assumiu a responsabilidade (SINÉSIO, em entrevista concedida à pesquisadora no dia 25 de março de 2019).

Sentindo o peso da ausência de identificação das fontes e a responsabilidade em bater de frente com uma das instituições mais fortes no estado paraibano, Valéria não se arrepende de ter investigado e publicado as denúncias no Jornal, pois foi o seu trabalho e sua dedicação que ajudou a expor o crime. Apesar de alguns amigos lhe parabenizarem, as críticas ao seu trabalho foram fortes e mexeram com seu estado psicológico.

Parecia uma coisa simples, as pessoas talvez não falassem por maldade, mas isso afeta você, claro que afeta! Pelo fato de ser católica foi o que menos pesou de verdade, porque eu até justifiquei para algumas pessoas que vieram dizer “nossa, você como católica fazer uma coisa dessa!”, coisas totalmente diferentes. Não que eu forçasse, porque eu não queria forçar isso de coisa alguma, porque eu não queria que isso acontecesse nem na minha Igreja e nem em outra Igreja, nem outra religião, mas se acontece que esses casos sejam denunciados e os responsáveis sejam punidos (SINÉSIO, em entrevista concedida à pesquisadora no dia 25 de março de 2019).

Tanto para Valéria quanto para Nara a matéria mais marcante durante a apuração, produção e veiculação foi sobre as denúncias sobre crimes que estavam sendo cometidos dentro de um Mosteiro no município de Itatuba, localizado a 115,9km da capital. “Acredito que é com esse tipo de denúncias que o jornalista se sente vivo. Porque você está investigando e descobrindo. Eu acho que de certa forma contribuímos com a sociedade mostrando o que acontecia ali”, (VALUSCA, em entrevista concedida a pesquisadora no dia 04 de novembro de 2019).

Quinze dias depois que saiu a matéria de Dom Aldo a gente decidiu fazer uma matéria sobre outro padre lá em Itatuba. Nessa do Mosteiro, foi, por incrível que pareça, a maior pressão que eu sofri. Eu pensei que o pior já tinha passado com a de Dom Aldo, mas na verdade não, a pior pressão foi a de Itatuba. Porque o religioso de lá era muito querido, inclusive, há uns dias, me disseram que as pessoas fazem abaixo assinado para ele voltar para a Igreja, porque as pessoas não acreditam. E quando as pessoas começaram a saber, elas começaram a ligar para o jornal para não publicar porque era tudo mentira! Que ele era um anjo, que ajudou pessoas e mudou a vida delas. Foi um amigo dele no jornal, ficou de joelhos pedindo para, por favor, não publicar a matéria. Se existisse alguma possibilidade de não ser publicada, não sei se ele estava querendo me testar para saber se eu pediria dinheiro. Aí eu disse que existia a possibilidade sim, se ele falasse com o dono do jornal e ele dissesse que não seria publicado, ele nem se preocupasse porque não seria publicado (SINÉSIO, em entrevista concedida à pesquisadora no dia 29 de outubro de 2019).

Foi através dos contatos externos da repórter que chegou na redação do Jornal, para ela, uma carta denúncia sobre o Mosteiro de Itatuba. De acordo com Valéria, para a

construção dessa matéria, foi necessário que o Jornal deslocasse uma equipe, para checar a informação *in loco*. A equipe formada por fotógrafo e repórter foi até o município para recolher mais informações e checar algumas denúncias. “Quando nossa equipe chegou lá percebemos que a coisa era muito maior do que a própria Valéria sabia”, (VALUSCA, em entrevista concedida a pesquisadora no dia 04 de novembro de 2019).

A gente chegou lá, fui com o fotografo, entramos no Mosteiro. A gente conseguiu entrar, mas passamos pouco tempo porque eles já tiraram. Mas antes de ir lá, fomos na igreja que estava o padre denunciado, falei com ele e ele estava confessando uma pessoa e eu estava sentada no banco da igreja. Uma quinta-feira à tarde. Quando saiu essa pessoa eu fui lá falar com ele. Ele disse “pois não, você quer se confessar?”, na verdade ele que tinha que se confessar a mim. Mas eu disse: hoje não. Me apresentei como jornalista e disse que tinha ido lá falar com ele porque estávamos fazendo uma matéria que envolvia seu nome (SINÉSIO, em entrevista concedida à pesquisadora no dia 29 de outubro de 2019).

Valéria ainda conta que o padre foi solícito e possuía um grande poder de argumentação, que chegou a se questionar se realmente aquelas denúncias sobre os crimes que ali aconteciam tinha qualquer fundamento. A matéria demorou dez dias para ser produzida, entre esses dias, a repórter teve cerca de três encontros com o padre.

Depois eu tive um segundo encontro com ele, aqui em João Pessoa, ele era daqui. Tive esse segundo encontro depois disso, uma semana depois, ele pediu para a gente conversar, a gente conversou mais uma vez ele negou tudo isso, que ele era vítima de uma armação, perseguição. A matéria ainda não tinha ido para o ar. Ele disse que se sentia muito injustiçado e chegou a dizer que temia pela reação da família dele quando sáísse a matéria, falando isso de uma forma muito humilde, diferente do arcebispo. Ele que não sabia o que ia ser porque sua mãe era uma pessoa idosa e não sabia como ela reagiria, se iria resistir a isso. Ele chegou até cogitar entrar com uma ação para que a matéria não fosse publicada. Agora ele falando isso de uma forma muito tranquila e eu recebendo da mesma forma. Disse a ele que se estava previsto na lei não tinha porque ele não fazer. Que ele ficasse à vontade. Eu estava fazendo meu trabalho, mas que compreendia o posicionamento dele (SINÉSIO, em entrevista concedida à pesquisadora no dia 29 de outubro de 2019).

Durante a produção desta matéria, a repórter relata que a carta foi contestada pelo monsenhor Jaelson de Andrade, alvo da denúncia. Segundo Valéria, a Arquidiocese, mais uma vez lavou as mãos em relação às denúncias publicadas no jornal. A instituição declarou que não poderia responder devido o mosteiro ser privado, construído com recursos próprios e não ter ligação alguma com a instituição.

Não foi apenas no ambiente profissional que Valéria foi criticada, dentro de sua própria família alguns questionavam a veracidade nas informações que foram publicadas. Firme naquilo que acreditava e com a consciência limpa sobre a veracidade de tudo que foi publicado com profissionalismo e ética diante das informações e fontes, a repórter sempre deixou claro que o fato de ser católica não a atingia de forma alguma.

Inclusive peguei discussões com pessoas próximas que tentavam justificar esses atos de padres envolvidos em casos de pedofilia, sabe? Então assim... acho que é indiscutível isso, o grande problema que existe nisso, além de ser pecado para religião, é crime (SINÉSIO, em entrevista concedida à pesquisadora no dia 25 de março de 2019).

Para Valéria, a todo momento ela fazia o seu papel como jornalista, tranquila e ciente dos fatos que estavam ocorrendo no mundo exterior. Apesar de temer as consequências que poderia causar na sua vida profissional e pessoal, ela investiu na cobertura do caso por saber que era o seu papel fundamental como jornalista, investigar e revelar os fatos.

Teve um dia que um amigo chegou e perguntou se eu não me envergonhava do que eu estava fazendo, eu disse que quem teria que se envergonhar era outra pessoa, não eu, eu não estou abusando de ninguém. Sempre tive minha consciência muito tranquila, mas por outro lado eu temia, porque eu sabia que era uma força poderosíssima e ele sabia quem eu era. Eu não temia diretamente A o B, eu temia o todo. Porque quando você mexe na Igreja, que é uma instituição poderosíssima, e que os fiéis são alucinados, porque recebi muitas ligações no jornal dizendo que era tudo mentira, que íamos para o inferno, “essa Valéria vai para o inferno”. Não me envolver é impossível, você pode não colocar suas impressões diretamente no texto, agora não se envolver eu acho impossível (SINÉSIO, em entrevista concedida à pesquisadora no dia 29 de outubro de 2019).

Valéria ainda lembra sobre de que forma ficou sua situação com a repercussão em massa das matérias, principalmente com a que trouxe a suspensão da ordem de Dom Aldo, na véspera do aniversário do primeiro ano de seu filho.

Eu não conseguia me alimentar, não conseguia dormir direito, porque tudo me remetia a isso. Eu tinha uma criança de um ano em casa. Eu lembro até que a matéria da suspensão da ordem saiu no domingo e nesse domingo seria o aniversário de dois anos do meu filho e eu estava fazendo uma festinha para ele. E no sábado, à noite, lá na minha casa, eu ajeitando as sacolinhas da festinha dele e com a TV ligada no JPB2, foi quando anunciaram a matéria e falou meu nome, meu celular não parou mais. Eu não tive paz nesse fim de semana no sentido de todo mundo procurando saber, me abalou demais. Vários colegas de outras emissoras me ligando, muita gente querendo saber quem tinham sido os padres, eu não falei, eu seria igual a Joana Dark, ia na fogueira e não falaria. Eu não tinha lado, nem de um e nem de outro. Ao contrário, quando eu estava na apuração eu queria muito que isso fosse mentira que fosse blasfêmia, que o MP dissesse que nada existia, que era intriga, mas infelizmente não foi isso que aconteceu. Alguns colegas dizendo que era bom pra mim, isso em nenhum momento me envaideceu. Eu não sei como alguém pode achar que uma coisa dessa é boa para outra, porque todo mundo perde. (SINÉSIO, em entrevista concedida à pesquisadora no dia 29 de outubro de 2019).

Com a tecnologia no século XXI, as redes sociais possuem um papel fundamental na divulgação de informações, mas quando mal utilizada ela pode servir como um júri social do qual a vítima que está sendo criticada não tem como escapar. Valéria foi uma dessas, durante

o período das denúncias, a repórter preferiu se afastar das redes para não comprometer sua saúde emocional.

Eu ouvia comentários de pessoas dizendo que era mentira, calúnia, que o jornal deveria ser processado, a repórter ser processada porque estava levantando falso. Isso eu vi muito nas redes sociais. Mas como falei, teve um momento que eu já estava tão fragilizada emocionalmente, não arrependida ou com dor na consciência porque eu apenas fiz meu trabalho, estava tão fragilizada dessa pressão e desses comentários diretos que eu parei de olhar as redes sociais. E também não fui para as redes sociais para rebater, ficar discutindo com ninguém. É importante porque algumas pessoas ligaram para o jornal para dizer que é um absurdo o que estava acontecendo, porque estávamos denunciando os padres. Como se a gente tivesse realmente fazendo alguma coisa errada. Eu lembro que alguns repórteres chegavam lá e que fulano falou isso, na casa deles falaram isso, na igreja falaram aquilo. E todas essas pessoas se reportavam a mim, então chegou uma hora que eu estava cansada já da situação, mas sabia que fazia parte do trabalho de repórter, afinal de contas (SINÉSIO, em entrevista concedida à pesquisadora no dia 25 de março de 2019).

Para Valéria Sinésio (em entrevista concedida à pesquisadora no dia 25 de março de 2019) “O jornalismo que não incomoda talvez não esteja cumprindo o seu papel”. Para ela, o seu dever era ir atrás da missão que lhe foi dada, ela conseguiu esgotar todas as fontes e todos os meios para apurar as informações. A última matéria, sobre as denúncias e a suspensão de Dom Aldo, demorou meses para ser publicada. Em meio a reunião, pressão e discussões na redação, o que prevaleceu foi o compromisso que o Jornal tinha com o seu público.

A gente avançava, recuava, avançava, recuava. Isso aconteceu por diversas vezes e por diversas vezes acreditei que não teria matéria. Ao menor sinal de denúncia mesmo, a gente tentava se aprofundar procurando as instâncias superiores, procurando MP, Justiça, a própria Arquidiocese para questionar tudo que chegou até nós (SINÉSIO, em entrevista concedida à pesquisadora no dia 25 de março de 2019).

No dia 06 de julho de 2016, Valéria não fazia mais parte da equipe do Jornal, a versão impressa já tinha sido fechada e funcionava apenas a sua versão online. Foi neste dia que Valéria acordou com a notícia que Dom Aldo tinha pedido renúncia do cargo de arcebispo do Estado da Paraíba. As mensagens chegavam de todo lugar, alguns atribuíram a renúncia às denúncias que a repórter publicou. Para ela, a cobertura do jornal teve um papel fundamental para que esta situação tivesse um desfecho como teve, pelo menos publicamente aos olhos da sociedade. Para Valéria Sinésio (em entrevista concedida à pesquisadora no dia 25 de março de 2019), “ao que tudo indica, dentro da Igreja essa situação já era conhecida, poderia ter esse desfecho, mas talvez ela chegasse com outra roupagem para o público caso não tivesse tido a cobertura”.

Ainda no dia 06 de julho de 2016, Valéria postou um desabafo em seu Facebook relatando seu percurso durante os três anos como a repórter com o rosto principal na cobertura do caso.

O papel do jornalismo investigativo na queda de um bispo

Era perto do meio-dia quando peguei o telefone e liguei para o arcebispo da Paraíba, dom Aldo di Cillo Pagotto. Ele atendeu prontamente. Eu me identifiquei. Iniciamos uma conversa amistosa, como das outras vezes. Mas eu tive que perguntar sobre coisas que ele não queria responder. E foi aí que o clima mudou. De um lado, eu, meio que atônita com a reação dele; do outro, a maior autoridade da Igreja Católica da Paraíba aos prantos, pedindo para eu não fazer matéria sobre 'essas mentiras', que, se eu fizesse, não teria diferença dos que fazem a mídia sensacionalista. Em oito anos de profissão, ninguém tinha me dito palavras tão duras, muito menos me acusado de ser sensacionalista. Dias depois, quando a reportagem foi publicada, senti o peso do que escrevi. De certa forma, sofri perseguição. Recebi críticas - as mais pesadas até então na minha carreira de jornalista. Passei noites sem dormir. Fui questionada por colegas de redação. Por amigos. Por familiares. Vi meu nome, como jornalista, no meio do fogo cruzado. Mas não retirei uma linha do que escrevi. Poderia perder o emprego, mas não recuaria. Em meio ao caos, minha consciência estava tranquila. A reportagem do Jornal da Paraíba, publicada em 30/08/2015, provocou um clima ainda maior de guerra nos bastidores da Igreja Católica. Enquanto isso, meu telefone não parava de tocar. Uns comemoravam, outros me odiavam. Cheguei a ouvir de uma pessoa querida que 'aquilo não era papel de uma pessoa católica'. Ouvi tudo, permaneci firme. O jornalista que se dispõe a investigar precisa de firmeza, antes de qualquer coisa. Não é fácil resistir às pressões. A reportagem sobre o então arcebispo não nasceu de uma hora para outra. Foram meses de investigação, de conversas, de tentativas frustradas. E de questionamentos, muitos questionamentos. Se um dia as coisas avançavam, no outro davam errado. Foi uma reportagem sofrida. Desgastante. O jornalismo investigativo exige muito de nós, repórteres, e, não raro, a vontade de desistir bate à porta. Mas a diferença está em persistir, e investigar, claro. A reportagem mostrou os bastidores da Igreja na Paraíba e trouxe a insatisfação de um grupo de padres, que revelou, dentre outras coisas, que o arcebispo estava proibido de ordenar padres e diáconos porque havia uma investigação em andamento no Vaticano. Hoje, quase um ano depois, o arcebispo pede renúncia. Na carta, ele cita o jornal (ou melhor, um jornal), e fala em grupos de pressão (os padres anônimos). Diz que as matérias sobre a vida da Igreja da Paraíba foram "descritas de forma unilateral, distorcida, provocatória". Com todo o respeito, não foi isso o que aconteceu. Sabemos que não foi assim. Sempre ouvi todos os envolvidos. Tive paciência. Deixei meu contato, inclusive meu telefone particular, mas ele preferiu não falar. Ainda tinha muito a contar. Não deu tempo. Ele renunciou. (SINÉSIO, 2016)

Após o fim da jornada de Valéria em cobrir o caso de pedofilia na Arquidiocese, nota-se em seus depoimentos o quanto a sua carga de trabalho somada as responsabilidades a respeito das reportagens criou um ambiente propício para que ela chegasse ao esgotamento físico e psicológico. De acordo com seu relato, ela sentiu problemas de saúde devido a carga que levou durante os três anos de cobertura do caso. Além da responsabilidade de ser a repórter que estava à frente do caso, investigando e expondo crimes que eram ocultados pela Igreja Católica, ela recebia constantemente ameaças de fiéis que desacreditavam na sua investigação e na sua ética jornalística.

O jornalismo investigativo, embora não seja consensual sua demarcação, está associado a denúncia de irregularidades sejam políticas, econômicas ou sociais, cometidas por órgãos públicos, privados, entidades sem fins lucrativos ou organizações criminais, por exemplo. [...] Assim, o/a repórter está no centro da condução das investigações, logo está suscetível a ameaças, perseguições, situações de stress, agressões e confrontos. (SANTOS, BARBOSA E ROCHA, 2017, p.6)

A violência contra jornalistas acontece quando uma determinada comunidade não está satisfeita com o trabalho do profissional que está investigando e colocando como conhecimento público aquilo que oculto por uma instituição, um partido, uma facção criminosa, etc. Ou apenas por discordar de uma notícia que é veiculada com a assinatura de determinado repórter. De acordo com o relatório da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) devido ao período eleitoral, 2018 foi o ano em que avançou o número de registros de violência contra jornalistas.

No ano eleitoral, três radialistas foram assassinados em situação semelhantes. De acordo com a pesquisa da Abert (2018), todos os três atuaram em cidades do interior do Brasil e morreram após divulgarem críticas e denúncias sobre autoridades públicas e políticos da região em que atuava profissionalmente.

No caso de Valéria, ela sofreu ameaças, ofensas e descrédito do seu trabalho, em 2018 houve um aumento no número de registros de jornalistas que sofreram este tipo de “atentado”, o aumento foi de 50% se comparado ao ano anterior, em 2017, no número de registros de jornalistas que sofreram este tipo de atentado. A Abert contabilizou 114 registros, envolvendo 165 profissionais e veículos de comunicação.

De acordo com o Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa (2019), divulgado pela organização não governamental Repórteres sem Fronteiras, o Brasil foi classificado na 105ª posição da classificação mundial da liberdade de imprensa. De acordo com o relatório, apesar da posição que ocupa, o país continua sendo um dos mais violentos da América Latina para a prática do jornalismo. Em 2018, quatro jornalistas foram assassinados durante o cumprimento de sua função. Já em 2019, de acordo com o Repórteres sem Fronteiras, foram registrados assassinatos de 37 jornalistas durante a sua função em 17 países, não houve registro no Brasil.

Já de acordo com o relatório do Impunity Index (Índice de Impunidade), realizado por Elizabeth Witchel (2018) e divulgado pelo Comitê To Protect Journalists (CPJ), o Brasil foi classificado como o 10º país no mundo com o pior índice de impunidade em crimes contra o profissional da comunicação. O CPJ ainda aponta 17 casos de impunidade entre os anos de 2008 a 2018. A maior parte das ocorrências de agressões físicas e verbais, assassinatos e atentados contra jornalistas, acontecem em cidades pequenas.

O jornalista trabalha com a construção de ideias e de notícia, muitas terminam agradando um público e desagradando outros e, nem sempre, a sociedade insatisfeita recebe a informação que não lhe agrada de maneira pacífica. Este tipo de trabalho está entrelaçado entre o prazer da profissão e as consequências em que lhe é exposto.

Para Valéria Sinésio o papel do jornalista é fundamental para descobrir e divulgar fatos. Apesar de ela sentir prazer no trabalho, chegou um período durante a cobertura do crime que envolvia a Igreja Católica que ela passou a sofrer e sentir medo da própria condição como jornalista. Valéria relata que quando o jornal saía no outro dia, principalmente o que trouxe a suspensão da ordem de Dom Aldo, ela teve a certeza de ter cumprido uma missão.

O sofrimento gerado pelo trabalho, no entanto, é amenizado quando o jornalista tem seu trabalho reconhecido e quando consegue atribuir um valor positivo para a atividade que realiza. Ele constrói estratégias para realizar seu trabalho e chegar a um resultado satisfatório. Passa-se, então, do sofrimento ao prazer (REIMBERG, 2014, p. 2).

De acordo com estudos de Heloani (2003) o trabalho jornalístico é criado em torno de um imaginário no qual o profissional é tido como alguém que teve determinada “vocação” e trabalhada por amor à profissão. Ele desmistifica a questão de que todo profissional da comunicação trabalha por sentimentalismo e aceita receber pouco, se comparado com sua carga horária e seu acúmulo de trabalho. Ele traz uma visão que o jornalista é um profissional como qualquer outro, em qualquer outra área, porém tem uma carga de estresse que pode afetar a sua saúde emocional e física, ele ainda critica ausência de estudos sobre a saúde ocupacional do profissional da comunicação.

Verificamos que faltam estudos sistemáticos acerca da atividade do jornalista como sendo propiciadora de stress e outras doenças ocupacionais. A experiência clínica nos leva a supor que o stress nesta área advém sobretudo do trabalho que faz do jornalismo uma profissão de risco e também de morte precoce. Pesquisas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), junto a sindicatos de jornalistas, demonstram uma tendência nada promissora para essa profissão: devido às doenças insidiosas e, portanto, de difícil diagnóstico precoce, parte significativa desses profissionais não alcança sequer a aposentadoria... Ademais, a partir da implantação de novas tecnologias nas redações nacionais, os usuários – jornalistas em sua maioria – se vêem cada vez mais diante dos “Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho” (DORT) (HELOANI, 2003, p.20).

Para Ribeiro (2001) ele mostra de que forma a tensão é utilizada para gerar mais produção, principalmente dentro do ambiente jornalístico. A pressão está sempre presente no ambiente de trabalho, principalmente nas redações onde o peso de colocar uma notícia no ar é carregado pelos profissionais. Para Reimberg (2014, p.10) no jornalismo “há um grande

envolvimento com a profissão e não há separação entre trabalho e vida”, o profissional termina trabalhando 24 horas por dia, mesmo fora da sua rotina de trabalho devido ao fato de trabalhar com notícias. Ainda para Reimberg (2014, p.10) “o envolvimento e a mistificação da profissão fazem com que se aceitem as condições organizacionais, como o excesso de trabalho, [...] ritmo e pressão, ainda que essas condições sejam fatores de sofrimento”.

Durante a entrevista realizada com Valéria Sinésio para a construção dessa pesquisa, a pesquisadora deste trabalho percebeu que o seu sofrimento estava ligado as condições de trabalho. Apesar dela ter passado por um momento que, de acordo com a repórter, foi primordial para sua carreira jornalística, ela afirmou que o seu desgaste físico e emocional foi atrelado ao seu sofrimento durante o trabalho realizado nos anos de 2013 até 2016.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi no fim do século XX, na década de 1980, que a imprensa, corajosamente, deu início a grandes investigações que resultaram numa enxurrada de denúncias de crimes de pedofilia ocorridos entre os muros dos conventos, mosteiros, colégios religiosos, capelas e outros espaços confessionais da Igreja católica. Instigados, talvez, pelo pioneirismo da imprensa estadunidense não restou muito tempo para que denúncias com o mesmo teor surgissem em diversas partes do mundo, tanto na Europa – onde se tem, assim como os EUA, uma consolidada tradição de liberdade de imprensa – como em outros continentes.

Na América Latina, países como o México, Chile, Argentina e Colômbia foram formalmente denunciados pela ONG Child Rights International Network (CRIN), já mencionada neste trabalho, por mais de mil casos. Mas sabemos, e o relatório o diz, que tudo isso é apenas a ponta do iceberg, o documento afirma que há denúncias a serem investigadas em Cuba, Equador, Honduras e no maior país católico do mundo: o Brasil.

Interessante observar que neste mesmo documento se afirma que nos países onde ainda não ocorreram denúncias abrangentes capazes de gerar ondas de revelações e consequentes ações de punição é porque a mídia ainda não realizou uma investigação séria, já que consoma ser através do jornalismo que as primeiras denúncias vêm à tona.

No Brasil, também foi na imprensa que as primeiras denúncias de pedofilia na Igreja vieram à tona. Marcados pelo segredo, envoltos no sagrado, no tabu, no respeito que goza os religiosos e no poder que a Igreja exerce na sociedade, os crimes de pedofilia denunciados pelo jornalismo foram postos sob suspeitas, a ação dos repórteres foram questionadas e não raro as empresa jornalísticas foram aconselhadas a não seguirem com as investigações.

Na Paraíba, em 2013, a Igreja católica, através da sua Arquidiocese, foi publicamente denunciada pelo Jornal da Paraíba por ter padres envolvidos em casos de abuso sexual e pedofilia. As denúncias do crime de pedofilia publicadas na imprensa paraibana, foram protagonizadas pela jornalista Valéria Sinésio que deu um furo de reportagem capaz de fazer esgotar nas bancas os exemplares do Jornal, na época impresso.

Nossa pesquisa se propôs responder de que forma foi realizado o processo de investigação no caso de pedofilia na Arquidiocese do estado, pela equipe do Jornal da Paraíba, em particular pela repórter Valéria Sinésio, no período entre a primeira denúncia, em 2013 até 2016, ano da renúncia do bispo, e que, apesar das críticas e ameaças sofridas pelo público católico, durou cerca de três anos no jornal impresso e se transformou em um marco para a história do jornalismo na Paraíba e como a jornalista, principal responsável pelas

reportagens, teve sua vida afetada de maneira pessoal e profissional por causa da sua assinatura nas matérias sobre o caso.

Para atender a proposta do trabalho, foram utilizadas fontes bibliográficas e documentais, especialmente as matérias publicadas pelo jornal, e entrevistas com a jornalista Valéria Sinésio e com outros profissionais de se envolveram com o processo investigativo dos casos de pedofilia e abuso sexual na Arquidiocese da Paraíba, durante o período.

Durante as entrevistas foi possível se ter uma dimensão do modo como o exercício profissional pode afetar a vida do jornalista, considerada uma das carreiras mais estressantes e perigosas do mundo²¹ e perceber como cada matéria que foi sendo veiculada desencadeou uma série de consequências na vida da repórter, responsável pelo furo que resultou na renúncia do arcebispo da Paraíba.

Certamente que o poder da Igreja se mantém através de um misto de devoção e o medo. A partir disto pode-se inferir o impacto que a cobertura do caso de pedofilia na Arquidiocese da Paraíba gerou na vida pessoal e profissional de Valéria Sinésio.

Os relatos dos profissionais do Jornal da Paraíba acerca da reação da comunidade católica, após a denúncia ser publicada, nos contam sobre fiéis questionando a conduta da repórter e do Jornal, realizando ameaças ou fazendo apelos dramáticos para que o assunto não fosse exposto, alegando inexistência do crime.

Os depoimentos também reafirmam a importância da relação ética com os informantes e entrevistados e a manutenção do princípio do sigilo da fonte, quando necessário para lhe garantir segurança e a continuidade das investigações. Nem sempre o informante diz a verdade, mas sempre tem intenções, por vezes não explícitas ou louváveis, para que aquilo seja exposto. Cabe ao profissional, a partir da informação que lhe é repassada, iniciar o processo de apuração para que o conteúdo a ser publicado seja de interesse da sociedade e não para atender a um público específico. Muitos dos depoimentos coletados, alguns com restrições de publicação neste trabalho, falam também da necessidade do jornalista controlar seu desejo por manchetes em respeito à dignidade dos envolvidos, ponderando que algumas revelações não acrescentariam valor à sociedade, não contribuiriam para a elucidação dos fatos nem gerariam justiça e apenas alimentariam o sórdido, embora pudessem gerar manchetes e vendas.

Com cinco matérias publicadas em seu nome, Valéria Sinésio revelou que só foi possível realizar a cobertura através da confiança que suas fontes, ligadas à Arquidiocese,

²¹<https://exame.abril.com.br/mundo/hostilidade-contrajornalistas-torna-a-profissao-a-mais-perigoso-no-mundo/>

possuíam nela. Durante a construção desta pesquisa, vimos que é necessário obter confirmação daquilo que chega ao profissional, principalmente quando é possível recorrer também a órgãos oficiais ou documentos que legitimam ou descartam aquilo que a fonte primária apontou.

No caso das reportagens em foco, as informações que foram repassadas foram confirmadas, a repórter conseguiu fechar o ciclo de dúvidas que lhe pairavam sobre o caso. As suas fontes, ainda que anônimas, lhe permitiram trazer denúncias contundentes e exclusivas para o jornal.

Conforme proposto na pesquisa, a cobertura deste caso impactou a vida da repórter durante os três anos de cobertura. Declarada como católica, membro de uma família que professa a mesma religião, Valéria teve sua vida e fé modificada desde o momento em que aceitou acompanhar as denúncias e expor o caso. Após receber ameaças constantes de fiéis da Igreja Católica, repressão no ambiente de trabalho, quando fiéis ligavam para a redação para falar mal sobre o seu trabalho e a conduta do Jornal da Paraíba, a repórter teve problemas de saúde devido à ligação do seu nome com as denúncias que estavam sendo realizadas.

Desta forma, entendemos que apesar do repórter aparentemente ser apenas funcionário de determinada empresa, ao ter seu nome divulgado em uma matéria ele começa assumir, a partir dos olhos da sociedade, a responsabilidade de cada palavra publicada.

O caso ainda repercute na imprensa, em 2019, o Fantástico, programa dominical da Rede Globo, trouxe novas denúncias de casos de abuso sexual de menores praticado por padres, na Paraíba. Logo após a exibição da matéria, o padre foi afastado pelo então Arcebispo estadual, Dom Manoel Delson. A decisão foi realizada através de procedimento interno, instaurado para apurar denúncias.

Apesar do fechamento do Jornal da Paraíba em sua versão impressa, os casos de abuso sexual e exploração de menores continuam sendo acompanhados pela imprensa local e nacional. As últimas decisões jurídicas sobre os casos foram noticiadas através de portais eletrônicos e serve para que possamos compreender com ainda mais clareza sobre o processo de conversão dos meios de comunicação impressos para o campo digital.

Explicando melhor, a notícia segue a linha do tempo proposta por Curado (2002), em que ele acredita que a notícia é informação que possui determinada relevância para o público, neste caso de pedofilia na Igreja católica da Paraíba é retratado desde a chegada de uma informação que se transforma em um processo de criação, sendo lapidada a cada nova etapa, fundida à novas percepções.

Após seis anos do início da cobertura do caso, em janeiro de 2019, a Justiça do Trabalho condenou a Arquidiocese da Paraíba a pagar uma indenização de R\$ 12 milhões de reais por casos de exploração sexual contra menores de idade. Todos os processos de escândalo sexual contra a Arquidiocese correm em segredo de justiça.

Tendo em vista os apontamentos realizados, é correto afirmar que a pesquisa cumpriu o objetivo de mostrar a forma que a produção do conteúdo impactou a vida da repórter e determinou alguns dos pontos que demonstram a importância do jornalismo e de uma cobertura prudente, responsável e isenta para quebrar o sigilo de casos como este, apresentando à sociedade os crimes que são cometidos enquanto as palavras ditas são de pregação de fé e confiança entre vítimas fiéis.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Leonel Azevedo de. **O jornalismo investigativo e seus critérios de noticiabilidade:** notas introdutórias. Alceu, v. 7, n. 13, jul/dez, 2006.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia.** Petrópolis: Vozes, 2009.

AMARAL, Luiz. **Jornalismo** – Matéria de primeira página; Rio, Tempo Brasileiro, 1997.

ANTONIOLI, Maria Elisabete; JÚNIOR, Enio Moraes. **Jornalismo e Newsmaking no século XXI:** Novas formas de produção jornalística no cenário online. Revista Altegor, São Paulo, vol. 02, ano 07, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. **Princípios internacionais da ética profissional no jornalismo,** 2009. Disponível em: <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/principios-internacionais-da-etica-profissional-no-jornalismo/> Acesso em: 13 abr. 2019.

BRANDÃO, N. G. (2006). **Prime-time:** do que falam as notícias dos telejornais. Cruz Quebrada: Casa das Letras.

BRASIL. **Constituição Federal. Brasília:** Senado Federal, 2010.

BRASIL. Decreto n 2.848 de 7 de dezembro de 1940. **Código penal brasileiro.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 05 nov. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo.** Tradução de Mateus S. Soares. 3a edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

CAVALINI, Marcela. **Pesquisa Teórica e Pesquisa Empírica.** Experimentando Métodos, 2016. Disponível em: < <http://www.midia.uff.br/metodologia/?p=169694>>. Acesso em: 14 de jan. de 2019.

CENTOFANTI, Sérgio. **Apresentado na Alemanha estudo sobre abusos encomendado pela Igreja.** Vatican News. Vaticano, 2018. Disponível em: <<https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2018-09/alemanha-conferencia-episcopal-estudo-abusos-sexuais-menores.html>> Acesso em: 02 de nov. 2019,

CIFUENTES, Rafael Llano. **Curso de Direito Canônico.** São Paulo, Saraiva, 1971.

COSTA, Elis Regina da; OLIVEIRA, Kênia Eliane de. **Sexualidade segundo a teoria psicanalítica Freudiana e o papel dos pais neste processo.** Intinerarius Reflectionis, Jataí, v. 2, n. 11, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/20332>>. Acesso em: 20 de nov. de 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discursos das mídias.** São Paulo: Contexto, 2007.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética na Comunicação.** São Paulo: Contexto, 2008

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade:** para uma ética da informação. Tradução de Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

CURADO, Olga. **A notícia na TV – o dia-a-dia de quem faz Telejornalismo.** São Paulo: Alegro, 2002.

DALABREDA, Elias. A sexualidade nos seminários religiosos. Em entrevista ao autor deste artigo. Guarapuava, novembro, 2007. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/728-4.pdf>>. Acesso em: 20 de set. 2019.

DANTAS, Bruna Suruagy. **Sexualidade, Cristianismo e Poder.** Estudos e pesquisas em Psicologia. Rio de Janeiro, vol.10, n.3, dez. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812010000300005>. Acesso em: 20 de set. 2018.

DINES, Alberto. **Morte sem epitáfio.** Observatório da Imprensa, 2010. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/morte-sem-epitafio/>. Acesso em: 10 de jan. 2019.

DINIZ, Lilia apud. Mayrink. **Pedofilia na Igreja e Nas Manchetes.** Observatório da Imprensa, 2010. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/pedofilia-na-igreja-e-nas-manchetes/>>. Acesso em: 15 de dez. 2018.

DOYLE, Thomas P. **Sex, Priests, and Secret Codes: The Catholic Church's 2.000-Year Paper Trail of Sexual Abuse.** Los Angeles: Ed. Volt, 2006.

DUARTE, Jorge. **Entrevista em profundidade.** In: DUARTE, Jorge & BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2008.

FENAJ. **Código de ética dos jornalistas brasileiros.** Brasília: Federação Nacional dos Jornalistas, 2008. Disponível em: http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros..pdf Acesso em: 13 abr. 20019.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade.** 11 ed. Rio de Janeiro, 6 raal, 1993. v. 1-3.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. Disponível em <edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf>. Acesso em: 03 de nov. 2019.

FRANCISCO, Papa. **Carta Apostólica Sob Forma de Motu Próprio.** Vaticano, 2019. Disponível em: < http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/motu_proprio/documents/papa-francesco-motu-proprio-20190507_vos-estis-lux-mundi.html> Acesso em: 10 de out 2019.

FREUD, Sigmund. **Um caso de histeria, Três ensaios sobre sexualidade e outros Trabalhos.** 1901-1905. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume VII. Imago Editora. 2006. Rio de Janeiro.

_____. **Conferências Introdutórias sobre Psicanálise (Parte III) 1915-1916**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume XVI. Imago Editora. 2006. Rio de Janeiro.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Mapa das Religiões**. 2011. Disponível em: <<https://www.cps.fgv.br/cps/religiao/>>. Acesso em: 20 de jan. 2019.

FONTCUBERTA, MAR. **A Notícia**. Alfragide: Casa das Letras, 2010.

GALARÇA, Sandro. **Pirâmide invertida, lead clássico e interesse público: 50 anos depois, jornalismo impresso catarinense ainda segue padronização**, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1523-1.pdf>>. Acesso em: 10 de fev. 2019.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari. (1965). The Structure of Foreign News. Journal of Peace Research. Disponível em: http://www.archivio.formazione.unimib.it/DATA/Insegnamenti/10_2226/mat_eriale/aa_2014-2015_galtung-ruge-newsvalues.pdf. Acesso em: 22 abr 2019.

GAMBINI, Paolo; LLANOS, Mario Oscar; ROGGIA, Giuseppe Mariano. **Formazione affettivo-sessuale: Itinerario per seminaristi e giovani consacrati e consacrate**. Coleção “Vita religiosa”. Bolonha: EDB, 2017.

GENARO, Luís Felipe; BENATTE, Antônio Paulo. **A pedofilia na Igreja Católica contemporânea: da Santa Sé à ordem mexicana legionários de Cristo**. Ateliê de História, vol. 03, n.2, pág 11-38, 2015.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GRANDIM, Anabela. **Manual de Jornalismo livro de estilo do Urbi et Orbi**. 2000. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/gradim-anabela-manual-jornalismo-1.pdf>> Acesso em: 17 maio 2019.

HALL, Stuart et al. **A produção social das notícias**. In: TRAQUINA, Nelson. Jornalismo: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Vega Editoria, 1999.

HELOANI, José Roberto. Mudanças no Mundo do Trabalho e Impacto na Qualidade de Vida do Jornalista. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, NPP – Série Relatórios de Pesquisa – Relatório n° 12/2003.

IJUIM, Jorge. **A responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire**. Em Questão, Porto Alegre, v. 15, n° 02, 2009. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/viewFile/10060/7368>>. Acesso em: 20 de mar. 2019.

JORGE, Thaís. **A notícia e os valores-notícia**. O papel do jornalista e dos filtros ideológicos no dia-a-dia da imprensa. UNIrevista, Brasília, vol. 1, n° 3, 2006. Disponível em: <<https://focusfoto.com.br/wp-content/uploads/2011/11/Fotornalismo-e-Valores-da-Noticia.pdf>>. Acesso em: 10 de mar. 2019.

LOBATO, Camila Daniella. **A violência sexual contra crianças e adolescentes**: eficácia da pena aplicada ao agressor infantil, 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/72368/a-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: 14 de set. 2019.

LOBO, Tiago. **Sobre o papel social do jornalismo**. Observatório da Imprensa, 2013. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/ed743_sobre_o_papel_social_do_jornalismo/>. Acesso em: 13 de jan. 2019.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo**: a saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

_____, **O Capital da Notícia**, Porto Alegre, Ed. Ática 1986.

MEDINA, Cremilda. **Profissão jornalista**; Responsabilidade social. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1982.

MELO, Seane Alves. De que jornalismo investigativo estamos falando?. Disponível em: <http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-b29faa73-0764-405e-8558-024d7ea913f0_2853.pdf> Acesso em: 05 de out. 2019.

MIRANDA, A. **Que seja em segredo** – textos freiráticos, séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 1998.

PEREIRA, Fábio Henrique. **De Gramsci a Ianni**: condições histórico-estruturais para a emergência do “intelectual jornalista”. Lisboa: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabio-de-gramsci-a-ianni.pdf>> Acesso em: 09 abr. 2019

PINTO, Ênio. **Casos de Pedofilia na Igreja**: retirando alguns véus. 2010. Disponível em: <<http://www.crpsp.org.br/diverpsi/arquivos/CASOS-DE-PEDOFILIA-NA-IGREJA-RETIRANDO-ALGUNS-V%C3%89US.pdf>>. Acesso em: 10 de nov. 2018.

RANKING MUNDIAL DA LIBERDADE DE IMPRENSA. Repórteres sem Fronteiras, 2019. Disponível em: <<https://rsf.org/pt/brasil?nl=ok>>. Acesso em: 20 de out. 2019.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre Alerta**: Condições e Contradições do Trabalho Jornalístico. São Paulo: Editora Brasiliense e Olho D'água, 2001.

REIMBERG, Cristiane Oliveira. **Prazer e sofrimento no trabalho do jornalista**. Foz do Iguaçu, 2014. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-1479-1.pdf>>. Acesso em: 10 de out. 2019.

ROBERTSON, Geoffrey. **O papa é culpado?**: A responsabilidade do Vaticano por violações de direitos humanos. Porto Alegre: Ed. L&PM, 2011.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo** – volume 1. Centro de Especialização em Jornalismo/Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. **Teorias do jornalismo:** A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Vol. 2. Florianópolis: Insular, 2005.

VASCONCELOS, Túlio. **O jornalismo e a construção social da realidade.** Observatório da Imprensa, 2011. Disponível em: < <http://observatoriodaimpresa.com.br/diretorio-academico/ed674-o-jornalismo-e-a-construcao-social-da-realidade/>>. Acesso em 12 de dez. 2018.

VIOLAÇÃO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO, Relatório Anual 2018. Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, 2018. Disponível em: <https://www.abert.org.br/web/images/Biblioteca/Liberdade/abert_relatorio_anual_2018_fina_l_web.pdf>. Acesso em: 08 de nov. 2019.

VELOSO, Wendell dos Reis. O regramento sexual no pensamento agostiniano: alguns apontamentos. S/D. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/praticas-discursivas/artigos/regramento.pdf>> . Acesso em 15 de nov. 2019.

WITCHEL, Elizabeth. **Global Impunity Index.** Committee To Protect Journalists, 2018. Disponível em: <<https://cpj.org/reports/2018/10/impunity-index-getting-away-with-murder-killed-justice.php>>. Acesso em: 20 de nov. 2019.

ZOLLNER, Hans. **O celibato não leva ao abuso.** Instituto Humanitas Unisinos, 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/587076-o-celibato-nao-leva-ao-abuso-entrevista-com-hans-zollner>>. Acesso em 15 de nov. 2019.

ANEXOS

Anexo 1 - Confira a carta-renúncia de Dom Aldo na íntegra:

“Carta aberta aos Irmãos Bispos do Regional NE 2 da CNBB, ao Clero e ao Povo de Deus da Igreja Particular da Paraíba.

Invocando o santo nome de Deus Uno e Trino, coloco-me sob a proteção da Imaculada Virgem Maria e, em espírito de oração, discernimento e obediência, apresentei ao Santo Padre, o Papa Francisco, o meu pedido de renúncia ao governo pastoral da Arquidiocese da Paraíba. Cito sumariamente alguns fatores que me obrigam a tal atitude.

1. Ao longo de 12 anos, preposto ao governo pastoral desta Arquidiocese, tentei desenvolver a missão evangelizadora e pastoral que o Senhor me confiou junto ao Clero, aos cristãos fieis, às autoridades constitucionais e às lideranças institucionais, seguindo o lema: “Há um só Corpo e um só Espírito” (Ef 4, 4).

- Minha intenção sempre se voltou à promoção da comunhão na caridade, tentando participar de forma proativa na edificação da Igreja fraterna e solidária, e da construção da sociedade com inclusão e justiça social.

- Tentei doar o melhor de mim mesmo, não obstante as sérias limitações de saúde, ademais das repercussões no equilíbrio emocional, causadas pela constante necessidade de superar conflitos inevitáveis, advindos de reações ao meu modo de ser e de agir.

2. Tomei decisões enérgicas e inadiáveis em relação à reorganização da administração, finanças e recuperação do patrimônio da Arquidiocese, sempre em sintonia com o nosso ecônomo. Embora tenha sido exitoso, desinstalei e desagradei muita gente, por razões facilmente presumíveis.

- Acolhi padres e seminaristas, no intuito de lhes oferecer novas chances na vida. Entre outros, alguns egressos, posteriormente suspeitos de cometer graves defecções, contrárias à idoneidade exigida no sagrado ministério. Cometi erros por confiar demais, numa ingênua misericórdia.

- Tomei posições assertivas diante de políticas públicas estruturais em vista do desenvolvimento integral de nossa gente e de nossa terra. Evitei “ficar em cima de muro”. Foi inevitável acolher reações e interpretações diferentes, independente de minha reta intenção de não me imiscuir na esfera político-partidária, e jamais almejar algum poder de ordem temporal.

3. Não tardaram retaliações internas e externas, ademais da instauração de um clima de desestabilização urdida por grupos de pressão, incluindo os que se denominaram “padres anônimos”, escudados no sigilo da fonte de informações, obtendo ampla cobertura num jornal. Matérias sobre a vida da Igreja da Paraíba, descritas em forma unilateral, distorcida, provocatória, foram periodicamente veiculadas, seguidas de comentários arbitrários por várias redes sociais.

- A exemplo, um blog divulgou carta difamatória, envolvendo o arcebispo e vários sacerdotes, arbitrariamente expostos ao escárnio público. As redes sociais encarregaram-se de espalhar comentários peregrinos e duvidosos. A presumida autora da carta responde em foro criminal.

4. A ideia obsessiva espalhada intenciona afirmar à fina força que o clero esteja dividido, que o governo da Arquidiocese esteja desestabilizado, e que, nesse contexto, o arcebispo perdeu a capacidade de coordenação e, por fim, não vale à pena ordenar padres numa igreja dividida.

5. Esse sucinto relato sobre fatos amplia-se em relatórios que eu enviei à Nunciatura Apostólica no Brasil e às demais instâncias da Santa Sé, como pedido de compreensão e ajuda, porquanto eu não tenha nada a esconder. Sabe-se que outro dossiê foi enviado às mesmas instâncias, por parte de membros do Clero e de leigos.

6. Por tanto tumulto, embora eu esteja sofrendo muito, permito-me afirmar que conservo a minha consciência em paz. Sempre estarei disposto a corrigir rumos, a reorientar passos, a confirmar êxitos alcançados, contando com a graça de Deus e também com a efetiva presença de bons padres, religiosos presbíteros e de bons leigos e leigas, qualificados como forças vivas de nossa amada Igreja Particular da Paraíba.

7. Auto-elogio e passividade não fazem parte do meu feitio. Deus sabe o que faz e o tempo é juiz da história. Minha nonna (avó) dizia: “quando alguém te caluniar e tentar destruir tua vida, tua resposta seja o silêncio e mais trabalho, não se rebaixando ao nível mesquinho do espírito da treva”.

8. Passo por duras provações, sentindo a frustração de alguns sonhos que, entanto, entrego nas mãos de Deus. Que a minha vida seja para a maior glória de Deus, não para a busca de mim mesmo e de outros interesses que não provenham do Senhor. Comigo sofrem

muitas pessoas e comunidades. Todos esperam em Deus que tem saídas inesperadas para os impasses criados. Não há mal do qual Deus não tire um bem maior!

- Penso que eu não tenha o direito de provocar ou de prolongar sofrimentos ainda maiores, especialmente aos jovens que esperam servir a Deus na vida sacerdotal nesta Igreja da Paraíba que tanto nós todos amamos.

9. Creio que o melhor, pelo momento, para a Igreja Universal e para a Igreja Particular da Paraíba, seja a minha renúncia. Ante o desgaste enfrentado, sinto-me no dever de evitar comprometer a Unidade na Caridade, a expressão característica e essencial da Igreja de Jesus Cristo.

- Sinto-me fortalecido na fé, cultivando a espiritualidade eucarística e marial. O Senhor é meu Pastor. Ele não me faltará (Sl 23). Ele me dará forças, sustentar-me-á ao longo das provações, impulsionando-me a fazer o dom de mim mesmo para a continuidade da missão que Ele ainda me confia. Há muitos espaços e oportunidades. Estou disposto a buscá-los, pedindo a Deus que me mostre o lugar onde eu possa ser útil, a começar pela minha Congregação do Santíssimo Sacramento, que eu tanto amo.

10. Deixo registrado o meu pedido sincero de perdão às pessoas a quem eu tenha feito sofrer, voluntária ou involuntariamente. Cometi erros, acertei passos, estou disposto a caminhar com quem queira caminhar, construindo dias melhores para todos, superando o apego a cargos, títulos, privilégios.

- Peço perdão a Deus e perdão os que me fizeram sofrer muito. Não há nada de oculto que um dia não venha a ser revelado e proclamado pelos tetos. Nem devemos temer quem mata o corpo, mas não o espírito (Lc 12, 1-4).

11. Passo, em obediência, o comando da Arquidiocese para um Irmão mais jovem, com forças, coragem e capacidade para tomar rumos acertados, mostrados pelo Pai de amor e misericórdia, o Senhor da vida!

- Sigo o exemplo de SS. o Papa Bento XVI, dando o espaço àquele que Deus enviar para o bem de sua Igreja.

12. Sirvo-me, pois, da 2ª Carta de Paulo aos Coríntios (2 Cor. 4, 1 ss) para expressar meus sentimentos e auspícios: “Detentores desse ministério, nós não perdemos a coragem. Dissemos não aos procedimentos secretos e vergonhosos. Conduzimo-nos sem duplicidade e

não falsificamos a Palavra de Deus” (...) “Não é a nós mesmos, mas a Jesus Cristo Senhor que nós proclamamos. Mas este tesouro nós o guardamos em vasos de argila, para que o poder incomparável seja de Deus e não nosso. Pressionados de todos os lados, não somos esmagados; em impasses, nós conseguimos passar; perseguidos, mas não alcançados; prostrados por terra, mas não liquidados. Sem cessar trazemos em nosso corpo a agonia de Jesus, a fim de que a vida de Jesus seja manifestada em nosso corpo”.

13. Oro e desejo de todo o meu coração que a Igreja Particular da Paraíba prospere na ação evangelizadora e pastoral, seja fecunda na promoção da unidade interna e das obras de apostolado externo, abençoado por Nosso Senhor e por Nossa Senhora das Neves, nossa padroeira.

- Que cresça sempre mais em qualidade e em número de cristãos fiéis, que dêem testemunho do Evangelho de Jesus, pela palavra e pelos exemplos de vida, vivida na unidade e no amor. Em tudo, amar e servir, unidos a Nosso Senhor, qual ramos à videira, para que se produzam muitos frutos (cf. Jo 15, 1s).

- Deixo o território material da Paraíba. Espiritualmente, porém, a pequenina gigante, a Paraíba, nunca sairá do meu coração, agradecido pelo muito que aprendi com o espírito guerreiro, hospitaleiro e amoroso de nossa gente.

- Deixo a todos e todas, além de minha constante prece, um forte abraço, um beijo no coração e as saudades jamais saciadas, na esperança de quando em vez voltar para visitar as mil amizades sinceras e fraternas, a quem agradeço e a quem eu quero bem de verdade.

João Pessoa (PB), 6 de julho de 2016

+ Aldo di Cillo Pagotto, sss

Arcebispo Emérito da Paraíba

Assessoria de Imprensa e Comunicação da Arquidiocese da Paraíba”

Anexo 2 – Matéria publicada no Jornal da Paraíba no dia 20 de agosto de 2013

“Segundo Dom Aldo Pagotto, pelo menos dois padres da Arquidiocese da Paraíba estão afastados por suspeitas da prática de pedofilia, em João Pessoa. Os casos estão sendo investigados pelo Ministério Público da Paraíba (MPPB) e os padres podem ser suspensos definitivamente da Igreja Católica caso as denúncias se confirmem. Os nomes e as paróquias dos padres não foram revelados.

“Não posso dizer os nomes nem dar mais detalhes porque posso expor demais essas pessoas, de forma indevida. As denúncias podem ser infundadas. Vamos esperar a apuração do MP”, disse o arcebispo. Segundo ele, atualmente há cinco padres afastados de suas funções, o que não quer dizer que são todos por denúncias de pedofilia. O afastamento dura o tempo necessário para esclarecer os fatos. A pedofilia é a prática sexual realizada com crianças ou adolescentes.

De acordo com o arcebispo, quando um padre tem um comportamento inadequado, pode ser afastado ou mesmo suspenso. “A suspensão acontece quando é uma falta grave, que implica em crime ou escândalo, como pedofilia, por exemplo”, declarou. “Temos pelo menos dois padres afastados por denúncias de pedofilia. Os casos foram comunicados imediatamente ao Ministério Público, eu não poderia jamais ficar omissos”, disse Pagotto.

Segundo ele, as decisões dentro da Igreja Católica são unilaterais, quando há um desvio de comportamento, a situação é julgada pelo conselho, que vai decidir a punição para o padre.

“O conselho tem o papel de orientar, não é uma camisa de força, mas não podemos admitir nenhum comportamento que vá contra a moral ou a doutrina do Catolicismo”, afirmou. “Diante disso ele é convidado a se afastar de suas funções, podendo ou não retornar ao cargo”, afirmou.

Mas em casos de pedofilia, segundo o arcebispo, a consequência prevista é a suspensão do sacramento da Ordem. Ao decidir se tornar padre, o homem deve renegar qualquer desejo sexual. Pela doutrina católica, os padres têm que abraçar o celibato, lei que os proíbe casar e ter filhos. O celibato, inclusive, é uma questão polêmica que atravessa séculos.

O arcebispo reforçou que, ao escolher ser padre, as pessoas devem ter absoluta clareza do papel de um sacerdote e voltou a falar do crime de pedofilia. “Em todos os escândalos que

já estouraram pelo Brasil afora envolvendo pedofilia na Igreja Católica os padres foram afastados e suspensos da Ordem. É inadmissível”, comentou. A expulsão do sacerdócio é feita pela Congregação para a Doutrina da Fé, órgão da Santa Sé.

Pagotto informou também que esporadicamente chama a atenção de alguns padres, por questões diversas. “Se observamos algum comportamento que deve ser reorientado de acordo com o que manda a Igreja, certamente o faremos. Temos que aceitar as opiniões diferentes, mas não podemos nunca fugir ao que rege a igreja”, afirmou Aldo Pagotto.

Denúncias encaminhadas ao MP

De acordo com dom Aldo, as denúncias foram encaminhadas ao conhecimento do Ministério Público. No entanto, apesar da pedofilia ser um crime envolvendo crianças e adolescentes, a denúncia não será apurada pela Promotoria da Juventude e da Infância de João Pessoa, como explicou o titular do órgão, Arley Escorel.

“A Promotoria é protetiva, ou seja, se identificarmos qual criança ou adolescente que foi vítima da violência, iremos prestar assistência a essa vítima”, afirmou.

A coordenadora do Centro de Apoio Operação da Criança e do Adolescente, promotora Soraya Escore, também acrescentou que as denúncias sobre práticas de crimes são encaminhadas para à Promotoria Criminal, onde o inquérito judicial é instalado e, para em seguida, ser remetido à justiça.

Através da assessoria de imprensa, o Ministério Público da Paraíba informou que não localizou o processo em que aparecem as denúncias contra os padres. O setor ainda explicou que, caso as investigações estejam correndo em segredo de justiça, não aparecem no sistema eletrônico do MPPB.

Papa pede ação contra abusos. Em abril deste ano, o papa Francisco pediu publicamente uma ação decisiva contra os abusos sexuais de crianças e adolescentes cometidos por membros da Igreja Católica. Na ocasião ele disse que a Igreja precisa agir com determinação para ajudar os menores e adotar os procedimentos necessários para os culpados. O papa anterior, Bento XVI, quando assumiu prometeu combater a pedofilia clerical, mas críticos o acusaram de acobertar abusos no passado e de não ter protegido as crianças da ação de padres pedófilos.

Valéria Sinésio”.

Anexo 3 – Matéria publicada no Jornal da Paraíba no dia 13 de setembro de 2015

“NOVO ESCÂNDALO ABALA A IGREJA

Um mosteiro com ares de palácio e cercado de polêmicas. Construído há dez anos por iniciativa do monsenhor Jaelson de Andrade, atual pároco da Igreja Santo Antônio do Menino Deus, em João Pessoa, O MOSTEIRO MÃE DA TERNURA, EM ITATUBA, é um convite ao recolhimento e à reflexão dos fiéis que visitam o local. Contudo, por trás da aparente tranquilidade, a história do mosteiro, que funciona sem o reconhecimento da Arquidiocese da Paraíba, tem um capítulo obscuro, com denúncias e acusações.

O JORNAL DA PARAÍBA teve acesso à cópia de uma carta-denúncia redigida pelo monge da Igreja Anglicana dom Raphael Caneschi, que teria passado quase um ano no local a convite do monsenhor Jaelson. A carta foi entregue ao arcebispo da Paraíba, dom Aldo Pagotto, e ao então arcebispo de Garanhuns, dom Fernando Guimarães, responsável pela visita à arquidiocese no ano de 2013, durante visita canônica. O documento estaria também na Nunciatura Apostólica do Brasil, em Brasília, órgão da Igreja equivalente à embaixada do Vaticano no país.

Segundo a carta, o funcionamento do mosteiro não estaria de acordo com as normas da Igreja Católica. A denúncia foi encaminhada à Arquidiocese em 2013, mas só agora a imprensa teve acesso ao conteúdo. Até então, era 'segredo' tratado apenas dentro da Igreja, longe dos fiéis. O documento denuncia, entre outras coisas, o consentimento para relacionamentos homoafetivos dentro do mosteiro e a permissão da vinda de monges de outra igreja, que não a católica. O monge relatou, na carta, que viveu sob forte estresse e pressão para 'abafar' tudo o que acontecia lá dentro. Ele contou que chegou a ter surtos psicóticos enquanto estava no local.

Como monge beneditino anglicano, o autor das denúncias conta que foi convidado, junto com um companheiro, dom Guilherme, pelo monsenhor Jaelson, para ajudá-lo na fundação do mosteiro. Em troca, o monsenhor ajudaria os monges anglicanos a fazerem parte da diocese.

Na carta, dom Raphael diz que mantinha um relacionamento homoafetivo com dom Guilherme – o que seria permitido pela igreja a qual faziam parte – e que essa relação era de conhecimento do monsenhor Jaelson. “O monsenhor liberou para que nós pudéssemos ter relacionamento no Mosteiro quando assim desejássemos; não somente nós, mas também os

outros irmãos que têm esse desejo”, narra o monge. Dom Raphael ainda acrescenta que, além do mosteiro, havia apartamentos em João Pessoa e Recife, onde os eles poderiam “praticar a homossexualidade”.

O monsenhor teria começado a ficar preocupado, segundo o monge, quando soube que haveria uma visita canônica à arquidiocese. “Ele queria que saíssemos de férias para não descobrir o que se passava no mosteiro, já que eu e o dom Guilherme somos um casal homossexual”. Na narrativa, dom Raphael ainda fala sobre casais homoafetivos dentro do mosteiro.

O mosteiro Mãe da Ternura está localizado na zona rural de Itatuba e recebe fiéis durante todo o ano, realizando, inclusive, retiros e outros eventos católicos. A carta redigida pelo monge é de conhecimento do arcebispo da Paraíba. Procurada, a arquidiocese confirmou a existência e o recebimento da carta e informou que apurou as denúncias, mas nenhuma delas foi confirmada.

Diante dos questionamentos sobre o funcionamento do mosteiro, a Arquidiocese da Paraíba afirmou, por meio da assessoria de imprensa, que o local é de propriedade particular, não tendo ligação alguma com a diocese, e que, por esse motivo, quem responde pelo local é exclusivamente o monsenhor Jaelson. A assessoria disse ainda que, por ser particular, sem vínculo com a arquidiocese, não necessitaria de autorização do arcebispo para funcionar.

PARA O MONSENHOR, CARTA É CALUNIOSA

Após receber uma cópia da carta, a reportagem procurou o monsenhor Jaelson de Andrade para que ele apresentasse sua versão. A entrevista não foi agendada; o encontro foi de surpresa. Jaelson colocava um cartaz no altar da Igreja Santo Antônio do Menino Deus, no Jardim Cidade Universitária, em João Pessoa. Duas horas depois ele celebraria a missa diária. Antes disso, atendeu os fiéis, pois o dia era de confissão. Algumas pessoas o esperavam pacientemente nos bancos da igreja. No confessionário, o monsenhor passou cerca de 10 minutos ouvindo uma mulher que buscava, por intermédio dele, o perdão para os seus pecados. Em seguida, os papéis se inverteram. O monsenhor, que minutos antes ouvia as confissões dos fiéis, agora dava suas próprias declarações. Começou dizendo que estava assustado por ser procurado pela imprensa em razão da carta, que, segundo ele, é caluniosa. “Essa carta é mentirosa, caluniosa, podre”, disse. A todo instante, ele aparentou tranquilidade e falou com firmeza. Não fugiu de nenhuma pergunta, mas negou todo o conteúdo da carta. Foram 36 minutos de conversa na casa paroquial da Igreja Santo Antônio

do Menino Deus. Inicialmente, Jaelson disse que foi vítima de uma armação. Ele admitiu a presença dos monges vindos de fora para o mosteiro Mãe da Ternura e que teria expulsado um deles por motivo de força maior, que seria problemas de saúde de um dos rapazes. “Não quero expor aqui a vida de ninguém, mas nos vimos obrigados a tirá-los. Ele precisava se tratar”, declarou. Segundo Jaelson, o monge omitiu que pertencia à Igreja Anglicana e chegou a apresentar carta de recomendação quando chegou ao mosteiro. O monsenhor disse que o monge o ameaçou, dizendo que iria caluniá-lo. “Ele disse que iria jogar calúnias envolvendo o meu nome, mas eu garanto que é tudo mentira”, destacou. Na entrevista, o monsenhor revelou que prestou esclarecimentos à Arquidiocese da Paraíba e que todas as denúncias apresentadas são infundadas. “Respondi ponto a ponto as denúncias, e nada ficou provado. Eu estou sendo vítima de calúnias e de injustiça”, declarou. Segundo Jaelson, ele foi orientado a acionar o monge judicialmente, mas desistiu da ideia ao saber que ele (o monge) estava fora do país.

MONASTÉRIO SEM RECONHECIMENTO

O mosteiro, embora se denomine beneditino, não tem reconhecimento da Ordem de São Bento, segundo informações que chegaram ao JORNAL DA PARAÍBA. A reportagem procurou a Ordem, no Rio de Janeiro, e lá recebeu a informação que realmente não há esse reconhecimento. Contudo, foi ressaltado que não há problemas em relação a isso. Segundo a Ordem, não há essa obrigatoriedade de reconhecimento. O monsenhor Jaelson disse que há no Brasil diversos mosteiros e que o Mãe da Ternura é uma fraternidade monástica da Santa Cruz, que segue a regra de São Bento. “Não somos da Ordem, se alguém entendeu assim, entendeu errado”, pontuou. Sobre o não reconhecimento por parte da Arquidiocese da Paraíba, ele explicou que o mosteiro está em um período de experimento, e que é comum o reconhecimento demorar alguns anos. Apesar de ter sido construído há dez anos, o mosteiro só funcionaria há quatro, segundo Jaelson. “A Igreja não reconhece nada a priori. É necessário o período de experiência, isso é a regra”, declarou. Segundo o monsenhor, o arcebispo dom Aldo Pagotto quis reconhecer o mosteiro Mãe da Ternura, mas ele pediu mais tempo. A intenção de reconhecimento teria acontecido há dois anos, conforme Jaelson. “O espaço ainda é muito novo”, frisou.

A mesma inveja, que levou Caim a matar o irmão Abel, conforme conta a Bíblia, seria a explicação para as intrigas que dividem o clero na Arquidiocese da Paraíba, segundo declarou o monsenhor Jaelson. Ele se disse triste e decepcionado com o momento atual vivido na Igreja Católica. “É terrível, lamentável. Quando um padre é atacado injustamente, muita

gente sofre. Há toda uma comunidade por trás dessas acusações”, disse. O monsenhor disse que nunca teve conflitos com os colegas religiosos, e que por isso não saberia explicar o motivo pelo qual a tal carta teria escapado dos segredos da Igreja Católica. “Sou uma pessoa pacífica, não sabia que tinha inimigos no clero, mas agora, pelo jeito, tenho. Mesmo sem provocar, sem tocar em ninguém, sobrou para mim”, lamentou. Ele também falou sobre as recentes denúncias envolvendo dom Aldo: “Se existe algum motivo para alguém não gostar do arcebispo, por que não tratar isso internamente? Não precisa de escândalos”, afirmou. A crise na Arquidiocese da Paraíba parece evidente. Na semana passada, quando foi realizada a reunião do conselho presbiteral, foi apresentada uma carta de solidariedade a dom Aldo, mas os padres teriam se recusado a assinar o documento. Há duas semanas o JORNAL DA PARAÍBA publicou reportagem sobre a suspensão do arcebispo em ordenar presbíteros e diáconos por determinação do Vaticano. O arcebispo estaria sob investigação, com processo em andamento na Nunciatura Apostólica.

Valéria Sinésio”.

Anexo 4 - Matéria publicada no Jornal da Paraíba no dia 06 de julho de 2016

“DOM ALDO PAGOTTO RENUNCIA E NÃO É MAIS O ARCEBISPO DA PARAÍBA

Dom Aldo Pagotto não é mais o arcebispo da Paraíba. O religioso divulgou nesta quarta-feira (6) que o Papa Francisco acatou o pedido de renúncia apresentado por ele e, com isso, deixa o comando da Arquidiocese após 12 anos. Para o seu lugar foi nomeado temporariamente o Administrador Apostólico Dom Genival Saraíva de França. A renúncia do bispo emérito foi aceita pelo Papa Francisco com base no Artigo 2 do cânone 401 do Código de Direito Canônico, que refere-se a “grave causa ou doença

Em carta divulgada aos fiéis, Dom Aldo explica os motivos que fizeram com que ele renunciasse ao cargo, colocando como principal a saúde. “Tentei doar o melhor de mim mesmo, não obstante as sérias limitações de saúde, ademais das repercussões no equilíbrio emocional, causadas pela constante necessidade de superar conflitos inevitáveis, advindo de reações ao meu modo de ser e de agir”, afirma. Em junho de 2011, o bispo tinha iniciado um tratamento contra um câncer de próstata.

Esse prossegue afirmando que nos 12 anos que ficou à frente da Arquidiocese tomou “decisões enérgicas e inadiáveis em relação à reorganização da administração, finanças e recuperação do patrimônio” da instituição. “Embora tenha sido exitoso, desinstalei e dessagrei muita gente, por razões facilmente presumíveis”, diz. “Acolhi padres e seminaristas, no intuito de lhes oferecer novas chances na vida. Entre outros, alguns egressos, posteriormente suspeitos de cometer graves defecções, contrárias à idoneidade exigida no sagrado ministério. Cometi erros por confiar demais, numa ingênua misericórdia”, destaca outro trecho.

Na carta, Dom Aldo não fala abertamente na investigação do Vaticano contra ele, por suspeita de envolvimento em exploração sexual de menores. Em função desse processo, o arcebispo estava proibido de ordenar padres e diáconos, como mostrou a reportagem do JORNAL DA PARAÍBA publicada em maio.

“Não tardaram retaliações internas e externas, ademais na instauração de um clima de desestabilização urdida por grupos de pressão, incluindo os que se denominaram ‘padres anônimos’, escudados no sigilo da fonte de informações, obtendo ampla cobertura num jornal. Matérias sobre a vida da Igreja da Paraíba, descritas de forma unilateral, distorcida, provocatória, foram periodicamente veiculadas, seguidas de comentários arbitrários por várias redes sociais”, destaca Dom Aldo. Apesar das críticas à reportagem do JORNAL DA

PARAÍBA, o agora arcebispo emérito foi procurado na época da publicação e se negou a falar sobre o assunto.

Dom Aldo também pontua na carta que encaminhou todos os esclarecimentos à Nunciatura Apostólica “como pedido de compreensão e ajuda”. O Arcebispo afirma que outro dossiê contra ele foi enviado às mesmas instâncias, por membros do clero e leigos.

“Por tanto tumulto, embora eu esteja sofrendo muito, permito-me afirmar que conservo a minha consciência em paz. Sempre estarei disposto a corrigir rumos, a reorientar passos, a confirmar êxitos alcançados, contanto com a graça de Deus e também com a efetiva presença de bons padres, religiosos presbíteros e de bons leigos e leigas, qualificados como forças vivas de nossa amada Igreja Particular da Paraíba”, ressalta Dom Aldo. “Creio que o melhor, pelo momento, para a Igreja Universal e para a Igreja Particular da Paraíba, seja minha renúncia. Ante o desgaste enfrentado, sinto-me no dever de evitar comprometer a Unidade na Caridade, a expressão característica e essencial da Igreja de Jesus Cristo”, diz.

Jornal da Paraíba.”

Anexo 5 – Matéria publicada no Blog do Rubão no dia 29 de setembro de 2016

“ARQUIDIOCESE SUSPENDE PADRES E MONSENHORES LIGADOS A DOM ALDO

A Arquidiocese da Paraíba suspendeu de Ordem, nesta quinta-feira (29), três padres de João Pessoa que teriam participado do círculo mais íntimo do poder da Igreja Católica no Estado durante a gestão de Dom Aldo Pagotto. São eles: Monsenhor Jaelson de Andrade, Monsenhor Ednaldo Araújo e Padre Severino Lima.

Com a decisão, assinada por Dom Genival Saraiva, administrador apostólico, os religiosos ficam impedidos de celebrar missas, realizar batizados e de fazer qualquer outra atividade inerente ao cargo de padre ou monsenhor.

A suspensão é por tempo indeterminado. Não foram revelados os motivos da decisão de Dom Genival. Sabe-se, contudo, que a conduta dos religiosos é investigada pela Arquidiocese da Paraíba por supostas práticas incompatíveis com o exercício do sacerdócio atribuídas a Jaelson, Ednaldo e Severino. Um deles seria investigado também pelo Ministério Público do Trabalho na Paraíba (MPT-PB).

Nos bastidores da Igreja Católica, a notícia circula desde do início da tarde de hoje. No começo da noite, a informação foi confirmada ao blog pela Assessoria de Imprensa da Arquidiocese da Paraíba.

Em setembro do ano passado, o Jornal da Paraíba publicou reportagem na qual um grupo de padres denunciava relações sexuais dentro do Mosteiro de São Bento, em Itatuba, fundado por Monsenhor Jaelson, pároco da Igreja Santo Antônio do Menino Deus, no bairro dos Bancários, em João Pessoa. Na ocasião, ele negou todas as denúncias e se disse vítima de ‘armação’.

A suspensão da ordem dos três religiosos acontece quase três meses após a renúncia de Dom Aldo Pagotto, arcebispo católico da Paraíba nos últimos 12 anos que renunciou ao cargo após sofrer acusações de envolvimento homo-afetivo e exploração sexual de menores. Em carta divulgada aos fiéis, todavia, ele afirmou que se afastava do comando da Igreja por motivos de saúde.

Valéria Sinésio”.

Anexo 6 – Matéria publicada no Blog do Rubão no dia 30 de setembro de 2016

“SUSPENSÃO DE MONSENHOR JAELSON REVOLTA FIÉIS

A informação divulgada ontem (30) à noite sobre decisão da Igreja Católica na Paraíba de suspender dois monsenhores e um padre das funções sacerdotais revoltou bom número de leitores. Desde a publicação da matéria vêm comentando o assunto. Principalmente para repudiar o que consideram ‘injustiça’ baseada em ‘calúnias’ contra o Monsenhor Jaelson, alvo da solidariedade de dezenas de fiéis que se manifestaram no espaço do blog reservado aos comentários, inclusive para criticar ou atacar o blog e o blogueiro.

‘Conduta ilibada’ – Somente quem se esvazia de si mesmo, numa entrega total a Deus, é capaz de realizar tantos feitos como celebrar a Eucaristia, pregar o Evangelho, acolher os pecadores, orientar e acompanhar como somente um pai sabe fazer. Acompanho o Monsenhor Jaelson desde a Igreja de Nossa Senhora Aparecida, e sei de toda a transformação na minha vida e da minha família, através das suas homilias e ensinamentos. Conheço de perto e sei da sua postura e conduta ilibada, homem íntegro. Ele realmente é um servo do Senhor! Repudio toda esta calúnia! (Onailza Aquino, onailza06@hotmail.com)

‘Zeloso e respeitoso’ – Meu nome é Doriane Maria, sou psicóloga, e repudio essa acusação contra o Monsenhor Jaelson. Eu e minha família (esposo e filhos), conhecemos o Monsenhor há mais de 6 anos, servimos na Paróquia Santo Antônio do Menino Deus nas pastorais da Crisma, Acolhida e Dízimo, e nunca vimos nenhum comportamento não condizente com o exercício do seu sacerdócio. Sempre foi muito zeloso com o Sagrado e respeitoso com os paroquianos. Também faço parte do Conselho, e sou testemunha de sua honestidade e seriedade no trato com a Igreja como um todo. É lastimável essa calúnia!!! (Doriane Maria Alves, ica2122@gmail.com)

‘Verdade prevalecerá’ – Lamentavelmente a nossa Igreja tem que submeter-se a escândalos como esse. Mas se é para utilizar-se de práticas inadequadas com os compromissos prometidos, sabendo-se da existência do celibato, assim como outras práticas ilícitas, torço para que chegue a verdade. Rezo que não haja injustiça com ninguém, mas que cada um responda pelos seus atos podendo assim restaurar a nossa Igreja. É uma pena

chegarmos a esse ponto. Mas é bom lembrar que onde se reza e se usa o nome de Deus a mentira virá à tona e a verdade prevalecerá. (Aedja, aedjapontes@gmail.com)

‘Sem oportunidade de se defender’ – Sinto no meu peito uma dor de morte por um amigo ferido na alma, traído, humilhado e massacrado. E o mais grave: sem ter oportunidade de se defender! Ora, até o pior dos assassinos tem direito ao contraditório! Até o Cristo soube oficialmente do que lhe acusavam! Ele não... Mons. Jaelson foi afastado das suas funções; pois é... Finalmente!!!

‘Silêncio de tristeza’ no Mosteiro – O QUE PASSO A RELATAR AQUI É UM TESTEMUNHO DE QUEM VIU E OUVIU E NÃO DE QUEM OUVIU FALAR. Esse servo que foi silenciado celebrava todos os dias a Santa Missa, esteja onde estivesse. Gastava a sua vida pela missão que abraçou de levar a Palavra de Deus sem enrolação, mas com a dignidade que lhe é devida. Foi perseguido... Sempre foi! Sabe por quê? Porque Defende uma liturgia sóbria, sem oba oba onde o Cristo é o centro; por querer construir uma “catedral” como dizem seus algozes; por usar Casula e Clergyman!!! Por investir em uma comunidade que jamais foi deixada em paz; por levantar um mosteiro que hoje está em silêncio, não o silêncio da escuta de Deus ou da meditação, mas o silêncio da tristeza. Eu vi esse homem celebrar doente sem a menor condição física, porém com a fé de quem sabe da importância de servir a Cristo e àqueles que buscam seu consolo na Eucaristia. Jamais, Nunca seus paroquianos ficaram sem a Santa Missa!!! Eu vi um padre que separava a manhã de sábado para o Recolhimento e preparação para as Celebrações do final de semana. Eu encontrei consolo, paz e um novo caminho nas suas palavras, quando a dor também atingiu a minha vida e eu estava perdida ou tomada pela cegueira do ódio, ele em três palavras me trouxe à Luz que é Cristo. Eu jamais o ouvi falar mal de alguém ou da Igreja; eu jamais o vi com gestos ou palavras incoerentes com a sua missão. Enfim, eu poderia passar horas aqui descrevendo o que vi e ouvi e que me fizeram admira-lo e amá-lo, mas de que adianta se o que interessou foi apenas o que o denegriu? Esse é o Jaelson que conheço, que escuto e que continuarei amando como a um pai. Essa é a verdade que resolvi escrever para que aqueles que me conhecem saibam o outro lado dessa história. Que venham melhores dias e que o Espírito Santo nos conduza. Christianne Serrano, christianne_serrano@hotmail.com)

‘Que Deus o proteja’ – Bom dia. Estamos todos muito tristes diante dos acontecimentos na nossa paróquia. O que vi e posso afirmar zelo dedicação respeito pelas coisas de Deus por Monsenhor Jackson. Muito trabalho, e preocupação em querer ajudar a comunidade. Onde com seu equilíbrio, fez crescer espiritualmente muitos dos nossos irmãos. Inclusive a mim. Que Deus o proteja. (Maria do Socorrido Pordeus, sspordeus@gmail.com)

‘Que blog é esse?...’ – Que blog é esse que não divulga os comentários postados? (Fabiano Vieira, fcvieir@hotmail.com)

‘Uma grande luz’ – Minha esposa e eu fazemos parte da Paróquia Santo Antônio do Menino Deus, onde mais do que acolhidos nós nos conhecemos, trabalhamos juntos preparando fiéis para o sacramento da Crisma sob a orientação do Monsenhor Jaelson até que em 2015 no dia da Festa de Santo Antônio do Menino Deus nos casamos. Em todos esses momentos Monsenhor foi uma grande luz para os nossos caminhos, sempre nos orientando e formando nos caminhos do Senhor. Repudio completamente o conteúdo deste artigo e reafirmo aqui a minha confiança que em Deus tudo será esclarecido e a verdade aparecerá! #ForçaMonsenhor #OremosPeloMonsenhor #Jo8_32 (Pedro Henrique Silva Gabi, pedrohsgabi@hotmail.com)

‘Um bom pastor’ – Como paroquiana na Santo Antônio do Menino Deus, onde Monsenhor Jaelson era pároco, testemunho que a conduta dele sempre foi irrepreensível e ele é um bom pastor. Sirvo na paróquia e nunca tive nenhuma razão que diminuísse o respeito que sinto por ele. Ele é um homem de Deus, como foi Padre Léo e São Padre Pio. Maristela Ribeiro Feitosa de Moraes, Arquiteta (Maristela, telamoraes@gmail.com)

‘Blasfêmia’ – Repudio toda blasfêmia contra Monsenhor Jaelson. Conheço sua índole e sua caminhada é de luz. (Alana Cláudia, alanamendees@hotmail.com)

‘Calvário’ – Conheço e acompanho o Monsenhor Jaelson há quase vinte anos. Trata-se de um padre comprometido com seu sacerdócio e com a igreja. Pregador da palavra como ninguém, uma homilia que lota as igrejas por onde ele passa. Trabalhador e grande empreendedor, basta ver a igreja que ele está construindo no jardim cidade universitária, a maior de João Pessoa, onde era pároco até ontem, de onde foi afastado sem nenhuma

explicação e sem direito a se defender, num verdadeiro ato inquisitorial. Esta é a igreja misericordiosa, em pleno ano da misericórdia (...) Monsenhor Jaelson é vítima desse grupo de padres (que a sociedade sabe quem são), e por ser um padre tradicional, conservador, honesto, trabalhador fiel pregador da palavra de Deus e comprometido com a igreja, está passando por esse calvário. Reafirmo que o conheço há quase vinte anos e não há nada que desabone sua moral. Força Monsenhor, a verdade prevalecerá. Sebastião Feitosa – Advogado (Sebastião Feitosa, zeaefe1932@hotmail.com)

‘Conversão’ – Agradeço a monsenhor Jaelson pela orientação espiritual e pelo exemplo dele como sacerdote. Ele me ajudou a amar mais a Cristo, na minha conversão e hoje eu sou Coordenador do Terço dos Homens da paróquia onde ele era pároco. E para mim, continuará sendo. Minervino Feitosa de Moraes, Engenheiro Civil (Minervino, minervino.m@hotmail.com)

‘Um homem íntegro’ – Eu como católica estou profundamente decepcionada com a Igreja enquanto instituição. Monsenhor Jaelson é um homem íntegro que vive para a Igreja, foi condenado sem ao menos ter a chance de se defender. Ora... Sem ao menos ter a oportunidade de ser comunicado dos motivos da sua condenação. Conheço e acompanho o monsenhor há pouco mais de 10 anos. Sempre se mostrou um padre dedicado à sua missão. Um pastor de muita sabedoria e amor ao seu ministério. CHRISTIANNE SERRANO – contadora e advogada (christianneserrano@gmail.com)

‘Apedrejamento virtual’ – Sou da paróquia do Monsenhor Jaelson. Conheço-o junto com minha família há seis anos. Não posso afirmar pelos outros padres que não conheço, mas também desconfio que seja igualmente calúnias graves e perniciosas contra homens inocentes. A postura desse pároco, Jaelson, foi sempre a mais séria e coerente possível. Nunca vi (e sou bastante chata com detalhes) motivo para desconfiar dele. Cada atitude dele sempre visava o bem do seu rebanho e o ensino correto da doutrina católica. Eu e minha família servimos na paróquia e, se houvesse qualquer coisa estranha teríamos observado e só houve mais motivos para admirá-lo enquanto sacerdote. Rezemos pelo clero e também pelos leigos que cometem apedrejamento virtual! Lara Maria Ribeiro Feitosa de Moraes, Estudante de Enfermagem (Lara, laracroff01@hotmail.com)

‘Por acaso estarias a receber dinheiro de alguém, Rubão?’ – Olá, Rubão, vejo que você gosta de falar algumas palavras que não se encaixam na realidade e gostaria de saber qual a dificuldade de colocar: “A Arquidiocese da Paraíba suspendeu de Ordem, nesta quinta-feira (29), três padres de João Pessoa que foram acusados, sem qualquer prova, de participar de atitudes homossexuais com outros padres da Igreja Católica no Estado durante a gestão de Dom Aldo Pagotto”. Percebo em suas palavras uma vontade imensa de querer pré condenar os três padres, que estão em INVESTIGAÇÃO. Provavelmente a falta de sensacionalismos em suas palavras, não lhe trariam qualquer audiência, não? Se é preciso jogar sujo, para ter credibilidade em UMA ÚNICA notícia, deve ter uma motivação muito grande por trás. Por acaso estarias a receber dinheiro de alguém ou somente prostituis a tua profissão para ter acessos em sua página? Sinceramente, eu só espero que no dia do seu julgamento particular com Deus, tenhas a mesma cara de pau de se explicar para Deus, que utilizas para colocar confusão na cabeça dos fiéis. A inocência dos 3 será provada e eu DUVIDO que utilizarás do mesmo artifício que usas para espalhar tendenciosamente mentiras, para ter postura de homem e se desculpar pela sujeira em que te metestes. (Odir, odirmilanez@hotmail.com)

‘Tenho certeza de que RUBÃO é gay’. Tenho certeza de que Rubão é gay. Aliás, nos bastidores da Imprensa, a notícia circula desde o início da tarde de hoje. No começo da noite, a informação foi confirmada ao blog pelas pessoa que faziam orgias com o mesmo... Em setembro do ano passado, o Jornal da Paraíba publicou reportagem na qual um grupo de meninos denunciava relações sexuais dentro do Jornal da Paraíba... Na ocasião, ele negou todas as denúncias e se disse vítima de ‘armação’. É CLARO QUE EU ACREDITEI, POIS TUDO O QUE SE FOFOCA NA MÍDIA É VERDADE... (ROBERTO, rob_1376@gmail.com)

‘Crescimento espiritual’ – Como membro da Paróquia Santo Antônio do Menino Deus, repudio veementemente esse ato da Arquidiocese da Paraíba. Eu e minha família frequentamos a Paróquia há 4 anos e somos testemunhas do expressivo crescimento espiritual dos paroquianos sob a direção de Monsenhor Jaelson. Sua conduta ilibada é um exemplo a ser seguido. Espero fortemente que essa decisão seja revista em respeito a todos os paroquianos que frequentam aquela Igreja. Fabiano Vieira – Eng. Mecânico (Fabiano Carneiro Vieira, fcvieir@hotmail.com)

‘Acusado sem direito de se defender’ – Ficamos perplexos diante dessa notícia do afastamento do Monsenhor Jaelson. Creio que como Cristão Católico posso afirmar: essa decisão arbitrária de suspender a ordem de um homem que convivemos há 6 anos e indiscutivelmente todos nós que fazemos parte da Paróquia acima citada não acredita em nenhuma dessas inverdades. Eu e minha família frequentamos, somos coordenadores de um Grupo de Oração para casais há três anos, temos contato com o Mons. e em momento algum vimos desrespeito ou algo que desabonasse a sua conduta. Quero deixar aqui nosso repúdio e dizer que assim como pregamos orientados pela Palavra de Deus, tenhamos a ombridade de sermos misericordiosos para com esse sacerdote. Não conheço em parte alguma do mundo onde você é acusado e não tem o direito de se defender. Arlindo Júnior (arlindocostafelix@hotmail.com)

‘Tratado como culpado’ – Acho um absurdo o afastamento do Mons Jaelson, o qual atesto juntamente com minha família sua correção e dignidade como padre, ser humano e pastor. Indignamente foi tratado como culpado de acusações que sequer tomou conhecimento. Deus o guarde. Eduardo mathieson (eduardosolar1@hotmail.com)

‘Condenado antes de ser julgado’ – Fuleiragem completa! estamos fu...! Temos que f... tb os outros? A Universal e tantas outras denominações com tantas safadeza! Agora a igreja católica! O Santo Padre prega tanto a misericórdia e o perdão, no entanto condenando antes de ser julgado! Vai entender! Será que não são farinha do mesmo saco? Não sou a favor a coisas erradas, mas quem não tem teto de vidro que atire a primeira pedra! “Líderes meros humanos e imperfeitos”. (Anonimo, Kaka1036@hotmail.com)

Tentando ouvir o outro lado

Através da jornalista Valéria Sinésio, o blog vem tentando desde ontem ouvir os monsenhores Jaelson de Andrade e Ednaldo Araújo e o Padre Severino Lima sobre a decisão da Administração da Arquidiocese de suspendê-los de suas funções sacerdotais. Independentemente de conseguir ou não contato com os três ou algum deles, o espaço está aberto a qualquer manifestação que os religiosos afastados queiram publicizar.”